

FACULDADES EST  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

JAIR SOUSA PEREIRA

PROSPERIDADE E SALVAÇÃO NA BÍBLIA:  
UMA ANÁLISE SOBRE A BÊNÇÃO DE  
SER PRÓSPERO NO ANTIGO TESTAMENTO E O PERIGO DE SER RICO  
NO EVANGELHO DE LUCAS

São Leopoldo

2023



JAIR SOUSA PEREIRA

PROSPERIDADE E SALVAÇÃO NA BÍBLIA:  
UMA ANÁLISE SOBRE A BÊNÇÃO DE  
SER PRÓSPERO NO ANTIGO TESTAMENTO E O PERIGO DE SER RICO  
NO EVANGELHO DE LUCAS

Dissertação apresentada à Faculdades EST em  
cumprimento aos requisitos para obtenção do  
título de mestre em teologia.

**ORIENTADORA: Professora Dr<sup>a</sup>. Carolina Bezerra de Souza**

São Leopoldo

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P436p Pereira, Jair Sousa

Prosperidade e salvação na Bíblia : uma análise sobre a bênção de ser próspero no Antigo Testamento e o perigo de ser rico no Evangelho de Lucas / Jair Sousa Pereira ; orientadora Carolina Bezerra de Souza . – São Leopoldo : EST/PPG, 2023.

91 p. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2023.

1. Bíblia. 2. Riqueza. 3. Pobreza. 4. Espiritualidade. 5. Prosperidade. 6. Salvação. I. Souza, Carolina Bezerra de, orientadora. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

JAIR SOUSA PEREIRA

**PROSPERIDADE E SALVAÇÃO NA BÍBLIA: UMA ANÁLISE SOBRE A BÊNÇÃO  
DE SER PRÓSPERO NO ANTIGO TESTAMENTO E O PERIGO DE SER RICO NO  
EVANGELHO DE LUCAS**

Dissertação de Mestrado  
Para a obtenção do grau de Mestre em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação em Teologia  
Área de Concentração: Tradições e Escrituras  
Sagradas

Data de Aprovação: 23 de maio de 2023

PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> CAROLINA BEZERRA DE SOUZA (PRESIDENTE)  
Assinado digitalmente

PROF. DR. RUBEN MARCELINO BENTO DA SILVA (EST)  
Assinado digitalmente

PROF. DR. MARCELO DA SILVA CARNEIRO (UMESP)  
Participação por webconferência

Assinado digitalmente  
por  
Carolina Bezerra de  
Souza  
Data: 26/05/2023  
11:19:35 -03:00



Assinado digitalmente  
por  
Ruben Marcelino Bento  
da Silva  
Data: 26/05/2023  
12:01:57 -03:00



**Dedico este trabalho,**

***À minha mãe, Maria Helena um exemplo de perseverança e amor pelos seus filhos; ao meu pai, Alcebíades (In memoriam), uma prova viva da honestidade e da grandeza de caráter; aos meus irmãos, pela fraternidade, ensinamentos e exemplos; à minha amada esposa pelo companheirismo e pela renúncia de momentos que foram dedicados a este trabalho e às minhas filhas Letícia e Sofia, a alegria e a sabedoria que iluminam minha vida.***

## **Agradecimentos**

Ao nosso Deus pela criação de tudo o que existe e pela minha Redenção.

À Igreja Memorial Batista de Brasília pelo apoio na formação de obreiros.

Aos colegas de turma que colaboraram para realização desta obra.

A Professora Carolina Bezerra de Souza pela transmissão dos fundamentos necessários ao desenvolvimento desta dissertação e pelo apoio dispensado.

*"Porque é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no Reino de Deus."*

Lucas 18.25





## Resumo

Na Bíblia é possível notar duas linhas teológicas que versam sobre a riqueza e a salvação do indivíduo. Se por um lado é possível perceber que a obediência e a fidelidade a Deus, de alguma forma, indicam certa expectativa de atenção, proteção e até recompensa da parte do criador, por outro lado, nota-se que a perspectiva de abandono das riquezas e a efetiva dedicação a Deus, sem se preocupar com outras coisas, é que seria o verdadeiro caminho para a felicidade e salvação do ser humano. Nesta obra busca-se analisar o que a Bíblia diz sobre a prosperidade em trechos do Antigo Testamento (AT), bem como qual a relação das pessoas daquele tempo com a prosperidade. Investigar-se-á qual o pensamento predominante e o entendimento mais recorrente quanto ao acúmulo de bens e também o que diziam os homens usados por Deus sobre essa temática. Para comparar as percepções das duas linhas teológicas citadas, será analisado o que Evangelho de Lucas relata sobre esse mesmo assunto e qual a visão de Jesus sobre isso. Nesse sentido, a pretensão desse trabalho é efetuar uma pesquisa focada em compreender a relação entre os ensinamentos bíblicos e a acumulação de riquezas e busca de prosperidade em trechos do AT, face aos escritos de Lucas e a sua ideia predominante de abandono das riquezas. Para isso, serão efetuadas análises de modelos de gestão, de produção e de distribuição de renda, além do estudo da revisão de parte da literatura judaica ao longo da sua história. Espera-se dessa forma entender em que medida a riqueza pode interferir no processo de salvação do ser humano.

Palavras chave: Riqueza, pobreza, prosperidade, espiritualidade, igreja, salvação.

## **Abstract**

In the Bible it is possible to notice two theological lines that deal with the wealth and salvation of the individual. If, on the one hand, it is possible to perceive that obedience and fidelity to God, in some way, indicate a certain expectation of attention, protection and even reward from the part of the creator, on the other hand, it is noted that the perspective of abandoning riches and the effective dedication to God, without worrying about other things, would be the true way for the happiness and salvation of the human being. This work seeks to analyze what the Bible says about prosperity in excerpts from the Old Testament (OT), as well as the relationship of the people of that time with prosperity. It will investigate the predominant thought and the most recurrent understanding regarding the accumulation of goods and also what the men used by God said about this theme. In order to compare the perceptions of the two theological lines mentioned, what the Gospel of Luke reports on this same subject and what Jesus' view on it is will be analyzed. In this sense, the intention of this work is to carry out a research focused on understanding the relationship between biblical teachings and the accumulation of wealth and the pursuit of prosperity in Old Testament passages, in light of Luke's writings and his predominant idea of abandoning riches. For this, analyses of management, production and income distribution models will be carried out, in addition to the study of the review of part of the Jewish literature throughout its history. In this way, one hopes to better understand to what extent wealth can interfere in the process of human salvation.

Keywords: Wealth, poverty, prosperity, spirituality, church, salvation.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>A PROSPERIDADE, TRIBALISMO E MONARQUIA.....</b>	<b>16</b>
2.1	ABRAÃO E O TRIBALISMO.....	20
2.2	A MONARQUIA E AS DENÚNCIAS DOS PROFETAS.....	29
2.3	O EXÍLIO E A REVISÃO DA TRADIÇÃO JUDAICA.....	36
<b>3</b>	<b>A RIQUEZA NO EVANGELHO DE LUCAS.....</b>	<b>44</b>
3.1	OS GRUPOS RELIGIOSOS.....	51
3.2	A DESTACADA PREFERÊNCIA PELOS POBRES.....	59
3.3	A VISÃO SOBRE OS RICOS.....	64
<b>4</b>	<b>A MENSAGEM DE JESUS PARA POBRES E RICOS.....</b>	<b>70</b>
4.1	O CAMELO E A AGULHA.....	74
4.1.1	Versículo destacado do texto – Lucas 18.25 .....	74
4.1.2	Delimitação do texto e estrutura .....	75
4.1.4	Análise de conteúdo.....	76
4.2	PASSANDO UM CAMELO PELO FUNDO DA AGULHA.....	81
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>84</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>89</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Riqueza é a situação comumente aplicada à condição de alguém ter abundância na posse de dinheiro e bens. É o oposto da pobreza. Rico, portanto, segundo o dicionário Priberam, seria aquele que possui muitos bens ou muito dinheiro. Pessoa abastada, abonada, que tem algo em abundância<sup>1</sup>. Rico é aquele que acumulou muito mais do que os seus pares ou em relação à sociedade onde vive. Ainda assim, o conceito de “rico” é relativo, uma vez que, com determinado patrimônio, uma pessoa pode ser considerada rica em uma localidade, mas quando comparada com outra região poderia não fazer parte dessa destacada classe social.

Vale salientar ainda, a existência de um grupo de ricos, que certamente está contemplado na lista de ocupações, mas que suas histórias de enriquecimento, por fugirem ao modelo tradicional, merecem destaque. São os chamados "milionários de primeira geração"<sup>2</sup>. Geralmente não herdaram nada de valioso de seus pais ou familiares e, no mesmo tempo de vida em que seus colegas construíram carreiras profissionais ou acadêmicas, conseguiram acumular riquezas, ficando muito mais ricos que a média dos pares.

Assim, com maior acesso às riquezas disponíveis, com maior nível de renda e infraestrutura, conforme relatos históricos, os ricos vivem em uma condição tão privilegiada que lhes permite abrir mão da solidariedade de vizinhos e amigos, do auxílio de associações e instituições filantrópicas ou religiosas, dos órgãos de assistência do governo e, em contrapartida, a sua maioria também não está disposta a colaborar com estas entidades ou setores. Esta condição, provavelmente, não é exclusividade deste século.

A história da humanidade, conforme Huberman, registra diversas situações similares às atuais, guardadas as proporções, de volume e contexto de riqueza<sup>3</sup>. A narrativa bíblica também retrata a relação do ser humano com as riquezas e do convívio social com os seus pares. Essa complexidade é abordada por Medeiros quando este afirma que o estudo dos ricos não é importante apenas pela sua dimensão histórica e econômica, mas também pela questão política. Os ricos

---

<sup>1</sup> RICO. In: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. Lisboa, PT: Priberam, 2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/rico>. Acesso em: 27 dez. 2021.

<sup>2</sup> DANKO, William D.; STANLEY, Thomas J. *O Milionário Mora ao Lado*. São Paulo: Manole, 1999.

<sup>3</sup> HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

detêm poder e no Brasil ou em qualquer outro lugar do mundo, riqueza e poder político estão associados<sup>4</sup>.

É recorrente essa discussão entre o acúmulo de riquezas e seus desdobramentos no tocante à salvação. Enquanto a visão da prosperidade no Antigo Testamento parece traduzir um indicador de bênção divina, apesar de alguns textos denunciarem um estado de opressão sobre os pobres, na visão do Novo Testamento, mais destacado no Evangelho de Lucas, ocorre visível indicativo de castigo para aqueles que possuíam muitos bens. Realmente é possível perceber duas linhas de pensamentos na Bíblia que versam sobre a posse riqueza e o relacionamento com Deus.

Por um lado, em alguns textos do Antigo Testamento (AT) é possível perceber que a obediência a Deus, de alguma forma, sustenta expectativas de atenção do criador e até de recompensa com riquezas, dando a entender a existência de certa teologia da retribuição ou compensação pelos bons atos, pela obediência às regras e princípios históricos estabelecidos por Deus. Essa forma de pensar levou e tem levado muitas pessoas buscarem nas riquezas a ratificação da aprovação de Deus sobre suas vidas.

Esses acabam buscando exercer uma vida considerada meritória entendendo que esse caminho garante a salvação em qualquer contexto, seja ela física ou metafísica, ou mesmo trilhando o caminho do pensamento positivo e determinante da teologia da prosperidade, que na verdade é o produto da vida prospera e não o vetor desta, que também possui na essência o mesmo elemento de validação através da abastança e da prosperidade.

Por outro lado, no Evangelho de Lucas, alvo dessa pesquisa na comparação temática com o Antigo Testamento, existe o forte indicativo de que é o abandono das riquezas e a efetiva dedicação a Deus, sem reservas, que proporciona a verdadeira boa atitude e o único caminho para o bom relacionamento entre o Senhor e o ser humano em detrimento daqueles que são ricos.

Alguns intérpretes dos textos de Lucas têm a percepção que quanto mais pobre, melhor. Quanto menor quantidade de bens o indivíduo possuir, mais feliz ele será. Quanto mais perto do “nada tenho”, mais perto estará do “tudo tenho”. O evangelista parece oferecer em algumas parábolas a sugestão de que há um bom

---

<sup>4</sup> MEDEIROS, Marcelo. *O estudo dos ricos no Brasil. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Econômica, v. 7, n.1, p. 99-128, jun. 2005. p 104.

lugar preparado para os pobres, pelo simples fato de serem pobres, há exemplo de Lázaro, personagem moribundo de uma de suas narrativas, que é posicionado no “Seio de Abraão”, um lugar de prazer, enquanto o personagem rico da mesma história se encontra em lugar de tormento, entre alguns outros fatores, pelo fato de ter sido rico na vida terrena.

Quando escreve sobre o sermão da planície, a visão Lucana se aproxima da paradoxal realidade de que “felizes são os infelizes”, como diria Yancey em sua obra<sup>5</sup>. Diante dessas duas proposições, algumas pessoas poderiam pensar: que mal pode acometer o rico se ele tem tudo garantido? Outras, no entanto poderiam inferir: quem poderá se salvar tendo que passar por tamanho rigor?

Dessa forma pode-se ponderar: como a possibilidade de salvação dos ricos pode estar comprometida em função da relação destes com as riquezas? É possível que a dureza dos principais textos do Evangelho de Lucas sobre esse tema aponte para uma situação de condenação quase irreversível. Todavia o que está em questão não é uma suposta impossibilidade de salvação para o rico, uma vez que o próprio Cristo afirmou que, com Deus, nada seria impossível. O ponto fundamental é que o rico, por causa de seu apego às riquezas, desviar-se-ia do propósito espiritual que Deus estabeleceria para ele, atraindo sobre si, com maior probabilidade, a condenação divina.

Possivelmente, a avaliação em primeiro momento dos aspectos dominantes sobre a desigualdade entre pobres e ricos e sobre a forma destes lidarem com as riquezas na relação direta com os seus semelhantes possa inferir que Jesus veio para os pobres. É possível também que diante da orientação de Jesus sobre ajuntar tesouros nos céus, se chegue à precipitada conclusão que os ricos viveram bem na terra e que, portanto não haveria de desfrutar de um prazeroso lugar no céu.

Nesse sentido, esse trabalho guiar-se-á pela trajetória da riqueza ao longo da narrativa do AT (Abraão, Tribalismo, Monarquia, Exílio e Pós-Exílio), analisando suas mutações, influências e impactos em cada momento histórico, e como o uso destas, bom ou mau, contribuiu verdadeiramente para a formação do pensamento do homem da época Neotestamentária, mais específico na obra Lucana, e como a percepção teológica acerca da posse de riquezas transformou-as de um vetor de

---

<sup>5</sup> YANCEY, Philip. *O Jesus que eu nunca conheci*. Tradução Yolanda M. Kevin. São Paulo: Editora Vida, 2001, p. 109.

bênçãos para um possível fator de maldição e repulsa pelo Senhor, segundo os relatos dos escritos de Lucas.

A Bíblia como Livro dos Livros, como é conhecida, rica em ensinamentos, orientações, conselhos, salmos, provérbios e sabedoria destacados com louvor em seu compêndio, certamente auxiliará nessa pesquisa para que se encontrem as respostas a tantos questionamentos que partem de tantas direções.

Não obstante, a consulta a textos de grandes mestres da teologia, o “diálogo” com os principais comentaristas e pesquisadores interessados em conhecer melhor o ser humano em seu contexto social e espiritual, também enriquecerá essa jornada na busca de respostas que possam mostrar se as riquezas podem ser complementares no relacionamento de Deus com o ser humano, e se estas podem, nesse contexto, representar a bênção de Deus para que pessoas ricas possam investir e apoiar na propagação do evangelho. Que essa caminhada aponte possíveis novas visões sobre tema tão relevante para sociedade hodierna.

Sendo assim, transitando também por obras mais contemporâneas que mostram a preocupação de muitos ricos do nosso tempo com questões relacionadas à espiritualidade, pode-se observar que, a exemplo dos tempos antigos, mesmo na época de Jesus, pessoas mais abastadas refletem sobre uma existência após a morte e muitas, apesar de não aprofundarem conteúdos teológicos para dirimir suas incertezas, levam em conta perspectivas escatológicas.

Outros se antecipam ao simples caráter reflexivo e implementam ações materiais (doações e obras sociais) que, mesmo sabendo em seu íntimo que estas não garantem qualquer segurança de redenção ou escape, usam-nas apenas pelo desejo de aliviar a consciência quanto ao viver em comunidade e o senso de compartilhar.

Considerando os aspectos que permeiam a relação entre a prosperidade e a espiritualidade, tornar-se inevitável o questionamento: o que será que aproxima os ricos da espiritualidade? A pesquisa da socióloga Deis Siqueira<sup>6</sup> aponta a presença do sagrado como princípio unificador. Para a maioria, a busca de salvação mística estaria fundamentada na transformação interior do indivíduo.

---

<sup>6</sup> SIQUEIRA, Deis. *Novas religiosidades na capital do Brasil. Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 2002.*



Em concordância com ela, destacam-se as afirmações produzidas pelos autores Nash e MacLennan<sup>7</sup>, que mostram que existe de fato uma preocupação com o transcendente, independente de o caminho a seguir: Eles acrescentam que todos desse público se voltam para a espiritualidade como meio de serem mais eficazes, buscando a satisfação, a consciência do sagrado (alma), harmonia com uma ordem superior (equilíbrio), conexão com uma comunidade (comunidade sagrada) e moralidade religiosa (ética nos negócios). O fato interessante desta comparação é que a realidade brasileira não difere da realidade norte americana. Isso torna visível que pessoas com posses, independente do lugar estão buscando manter relacionamento com um ser considerando superior.

Sendo assim, espera-se, a partir da conclusão destas investigações, contribuir com Igrejas e missionários na tarefa de aproximação, empatia e evangelização desse público, de sorte a aprimorar a abordagem de comunicação, interação e até de discipulado com classe alta, visando também auxiliar na ampliação do alcance do braço social e kerigmático da própria Igreja.

---

<sup>7</sup> NASH, Laura; MCLENNAN, Scotty. *Igreja aos domingos, trabalho às segundas: o desafio da fusão de valores cristãos com a vida dos negócios*. Tradução Carlos Henrique Trieschmann. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004, p. 33.

## 2 PROSPERIDADE, TRIBALISMO E MONARQUIA

Se você quiser um ano de prosperidade cultive grãos. Se você quiser dez anos, cultive árvores. Se você quiser cem anos, cultive pessoas.

Confúcio

A vida na antiguidade baseava-se em um complexo sistema de propriedade. De modo geral a terra era o bem principal, porém, posteriormente, os rebanhos também passaram a fazer parte do sistema econômico. A maioria das terras era controlada por agentes que representavam poderes específicos. Isso levou aquelas comunidades buscarem um poder centralizado, escolhendo um chefe, que lançava mão de operadores para administração, conforme registra Roberts:

A maioria das terras era dos templos e do Estado que as distribuíam para rendeiros, colonos e funcionários públicos. Assim, de o intuito de atender plenamente às demandas pertinentes àquela sociedade, sentiu-se a necessidade de um poder centralizado, o monarca. Este “chefe de Estado” era visto como um deus e mantinha um grupo de sacerdotes para ajudá-lo a administrar as cidades. O controle político era exercido por uma elite, à qual também pertencia o chefe religioso e responsável pelo templo.<sup>8</sup>

Ainda de acordo com Roberts, a vida de muitos povos pertencentes à civilização mesopotâmica foi marcada pela desigualdade e exploração dos menos favorecidos, que passaram de uma sociedade comunitária para uma sociedade dividida em classes: Rica e Pobre:

Dessa forma, Estado e sacerdócio estabeleceram uma relação tão íntima que um não existia sem o outro. Por força disso, este pequeno grupo que controlava o governo passou a usar este poder para explorar o restante da sociedade, aumentando assim, as riquezas e privilégios dos governantes.<sup>9</sup>

Dentro do contexto da espiritualidade, aquelas civilizações também produziram material de cunho religioso e dogmático que norteavam a vida em comunidade, validava o domínio sobre a comunidade, conforme Roberts afirma:

Os deuses, embora nenhum habitante da Mesopotâmia os descrevessem assim, eram representação das tentativas de controlar o meio ambiente, resistir a repentinos desastres, assegurar a continuidade do ciclo de

<sup>8</sup> ROBERTS, J.M. *O Livro de ouro da História do mundo*. Tradução Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 88.

<sup>9</sup> ROBERTS, 2004, p. 85.

estações [...] toda a terra pertencia aos deuses; o rei, provavelmente era o representante desses deuses. À sua volta havia uma classe sacerdotal, cultivadora de habilidades especiais e responsáveis pelo sistema organizado de educação.<sup>10</sup>

Entre os principais povos que se estabeleceram na Mesopotâmia destacaram-se: os sumérios, amorreus (antigos babilônios), assírios, caldeus (novos babilônios), hititas, fenícios, arameus e os hebreus.<sup>11</sup> Tomando por base os hebreus, povo diretamente ligado à fé cristã, dada a sua condição de precursor do modelo religioso Judaico-Cristão<sup>12</sup>, destaca-se a pessoa de Abrão como exemplo do tipo de agrupamento semi-nômade que está entre as origens do povo Hebreu.

Segundo a narrativa contida no livro de Gênesis, Abrão vivia ao sul da Mesopotâmia em Ur dos Caldeus, mas deslocou-se para Harã onde ouviu o chamado de Deus. Segundo Gênesis 12.1, Abrão deixara Harã e partira com a sua família e bens para um novo lugar que Deus iria lhe mostrar. De acordo com Schultz, a exemplo dos outros moradores da região, Abraão vem de um ambiente politeísta, onde o deus-lua Nanar era reconhecido como principal divindade da cultura babilônica.<sup>13</sup>

A Bíblia é uma das muitas fontes com histórias que têm modelos de relacionamentos e processos econômicos de acumulação de bens. A palavra prosperidade ou a mais relacionada a ela nesta pesquisa, “riqueza”, surge na Bíblia pela primeira vez em Gênesis 13.2, onde o autor do livro informa que Abrão era muito rico.

De acordo com a gramática do hebraico, o termo para “rico” (כָּבֵד) registrado em Gênesis 13.2: מְקַנְהָהוּ קְצֹף הַיָּבֵה אֲבָרָם מֵאֵד כָּבֵד, quer dizer no seu sentido literal “estar pesado”, ou seja, por essa tradução, Abrão trazia consigo muitos bens, o que no sentido figurado foi traduzido por “rico”<sup>14</sup>.

Segundo Champlin, ele possuía as coisas pelas quais eram aquilatadas as riquezas no mundo antigo.<sup>15</sup> Entretanto, vale salientar que este conceito de

<sup>10</sup> ROBERTS, 2004, p. 87.

<sup>11</sup> ROBERTS, 2004, p.78-95.

<sup>12</sup> MESQUITA, A. N. *Povos e Nações do Mundo Antigo: uma História do Velho Testamento*. Rio de Janeiro: JUERP, 1975.

<sup>13</sup> SCHULTZ, Samuel J. *A história de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2009, p. 33.

<sup>14</sup> ROSS, Allen P. *Gramática do hebraico bíblico para iniciantes*. Tradução Gordon Chown. São Paulo: Editora Vida, 2005, p. 341.

<sup>15</sup> CHAMPLIN, Russel Norman. *O Novo Testamento Interpretado: versículo por versículo: v.2*. São Paulo: Hagnos, 2002, p. 104.

riqueza apontado no texto bíblico, traduzido por Allen e ratificado por Champlin, mais do que contextual, reflete de forma profunda o conteúdo postulado à posteriori pelos escritores pós-exílio que potencializavam o próprio conceito de riqueza para tratar a unidade do povo Judeu, girando em torno de interesses dos monarcas, conforme aponta Finkelstein:

Os especialistas críticos do texto que identificaram fontes distintas subjacentes ao texto de Gênesis insistiram em que as narrativas sobre os patriarcas foram postas por escrito em uma data relativamente tardia, no tempo da monarquia, ou até mais tarde, nos dias do exílio e do pós-exílio. O biblista alemão Julius Wellhausen argumentou que as narrativas dos patriarcas tanto do documento J quanto no documento E, refletiram os interesses da monarquia tardia de Israel, que foram projetados nas vidas dos pais lendários.<sup>16</sup>

Nesse sentido, escolhe-se essa perspectiva com destaque para as posses de Abraão, acompanhando o texto da tradição Deuteronomista, que Konings, corrobora com Finkelstein, inferindo que possivelmente foi escrita pela elite sacerdotal ainda em território persa, referindo-se à grande probabilidade da compilação desses escritos ter ocorrido no período pós exílio:

A elaboração da Torá não resultou de uma ordem do império persa, teoria da “autorização imperial”, mas, por razões internas do judaísmo. A elite sacerdotal e deuteronomista sentia a necessidade de produzir documento que fundamentasse a identidade comum do judaísmo nascente. Tal documento deveria ser aceito por essas elites, mas também pelos demais judeus do país e da diáspora.<sup>17</sup>

Finkelstein e Silberman acrescentarão ainda que a construção dessas narrativas desenvolveu um sentido de suma importância para Judá, haja vista que os escritos evidenciavam a intenção de Deus, desde a época dos patriarcas, de que Judá deveria reinar sobre toda a terra de Israel:

Judá via a si mesmo como herdeiro natural dos territórios israelitas e da população israelita que sobreviveu ao ataque assírio. O que se precisava era de uma maneira forte de expressar essa compreensão tanto para o povo de Judá quanto para as comunidades israelitas esparsas sob domínio assírio. Assim nasceu a ideia pa-israelita tendo Judá como seu centro. As

<sup>16</sup> FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia desenterrada: a nova visão arqueológica do antigo Israel e das origens nos seus textos sagrados*. Tradução Nélio Schneider. Petrópolis: Vozes, 2018, p. 51-52.

<sup>17</sup> KONINGS, Johan; SILVANO, Zuleica. *Deuteronomio: “Escuta, Israel”*. São Paulo: Paulinas, 2020, p. 32.

narrativas sobre patriarcas, portanto, retratam a ancestralidade unificada do povo israelita que remonta ao mais judaíta dos patriarcas – a Abraão.<sup>18</sup>

Vale salientar que o uso da história de Abraão e seus desdobramentos no tocante à prosperidade no Antigo Testamento buscam evidenciar muito mais o entendimento dos conceitos criados em favor da prosperidade em relação a Deus (alvo dessa pesquisa), mesmo tendo como origem escritos posteriores que serviram ao seu momento histórico por parte de quem os escreveu, do que questionar esses mesmos argumentos atualmente pacíficos entre biblistas, pesquisadores e comentaristas desse período patriarcal e do seu arcabouço.

Sendo assim, a jornada de Abraão como um dos textos que melhor retratam a vida de pessoas às quais foi atribuída a condição de prósperas para o período dado e suas relações em comunidade será destaque para essa pesquisa, dado a sua importância para os apontamentos e questionamentos acerca da prosperidade no Antigo Testamento.

É interessante que nessa época do registro patriarcal, parece não haver textos, mesmo consolidados à posteriori, que condenem a prosperidade ou mesmo a riqueza acumulada pelos agentes que atuam nesse período temporal no Antigo Testamento. No entanto, muitos textos trazem à baila a ideia de que ser rico é contar com os favores da divindade, conforme indica Tavares:

Não poucas vezes o Antigo Testamento deixa transparecer riqueza como sinônimo de vida abençoada e virtuosa. Riqueza espiritual: amizade com Deus. (Salmos 4.73). Espiritualmente, a questão pode ser igualmente explorada. O espírito que está em Deus (autor da aliança) está livre, e por isso mesmo se abre à realização plena e por isso mesmo, enriquece. A amizade com Deus é razão, princípio de alegria e bem estar.<sup>19</sup>

Contudo, outros aspectos da prosperidade no Antigo Testamento sejam sociais, religiosos e econômicos, também serão vistos nos períodos tribal e monárquico, este ampliado com o exílio e retorno a Judá.

Os relatos referentes a outros personagens tais como Saul, Davi, Salomão, Roboão e alguns profetas, serão abordados para analisar a percepção de prosperidade até ao momento em que sua aplicação venha a perder o sentido

---

<sup>18</sup> FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2018, p. 62-63.

<sup>19</sup> TAVARES, Cristiano. *Riqueza e pobreza no Antigo Testamento* - Academia.edu. PUCRS, 2008. Disponível em: [https://www.academia.edu/11915736/Riqueza\\_e\\_pobreza\\_no\\_Antigo\\_Testamento](https://www.academia.edu/11915736/Riqueza_e_pobreza_no_Antigo_Testamento). Acesso em 17 nov. 2021.

meritório, ou mesmo descobrir quando a acumulação de riquezas passará a ser um ato desabonador de conduta, a ponto de ser vista com outros olhos entrando para um contexto de reprovação tanto dos profetas quanto nos tempos de Jesus, relatados sob a ótica Lucana.

Entretanto, vale salientar que essa investigação não almeja dissecar todos os pressupostos epistemológicos, teológicos e exegéticos do período em questão, mas capturar na jornada da prosperidade e da riqueza em contraposição com a pobreza, informações elucidativas para a pesquisa nesse hiato de tempo.

Sendo assim, nessa fase referente ao Antigo testamento, esta pesquisa será desenvolvida a partir de estudo bibliográfico, com elaborações a partir de algumas fases, quais sejam: leitura de textos e comentários relacionados aos períodos patriarcal, tribal e monárquico da história de Israel, que podem auxiliar na compreensão das mudanças ocorridas na jornada do povo que reforçaram o entendimento do vínculo da prosperidade como resposta ao bom relacionamento com a divindade.

## 2.1 ABRAÃO E O TRIBALISMO

Partindo da perspectiva apontada por Finkelstein e Silberman, e Konings sobre a produção de uma literatura que reforçasse os valores e consolidasse a identidade de Judá, que padecera no exílio e que precisava olhar o futuro com esperança, pode-se perceber como a visão de pessoas simples, tais como lavradores e pastores, muitos nômades que se aglomeraram, agora sob a ótica desse resgate e consolidação da identidade de Judá, seriam vistos como pessoas prósperas que constituíram a base para uma grande nação. Sobre essa existência original comum e destituída de grandes posses, Gottwald traça o perfil real do povo em seu tempo de peregrinação:

O igualitarismo sociopolítico indica uma associação autônoma de lavradores e pastores economicamente autossuficientes constituindo uma única classe de pessoas com título comum de propriedade dos meios de produção investidos em famílias amplas. (...) Esse sistema dependia muito do acordo consensual e de compromisso com interesses comuns. (...) É lahweh a única divindade protetora zelosa agindo contra a divisibilidade e a obstinação nas fileiras dos seus adoradores.<sup>20</sup>

<sup>20</sup> GOTTWALD, Norman K. *As tribos de Yahweh: uma sociologia da religião de Israel libertado. 1250-1050 aC. Sheffield Academic Press.1999, p. 617-619.*

Nessa direção, acompanhar-se-á o relato sobre a Aliança de Yahweh com Abrão, um dos líderes dessas famílias nômades, que designando um novo povo, será o ponto de partida para esse estudo sobre a prosperidade no Antigo Testamento. Sobre isso, Blomberg apresenta a seguinte introdução:

Quando Deus escolheu um indivíduo, Abrão, para torna-lo, aparentemente o pai de um novo país, ele lhe prometeu: Farei de você um grande povo e o abençoarei. Tornarei famoso o seu nome e você será uma bênção. Abençoarei os que o abençoarem e amaldiçoarei os que o amaldiçoarem; e por meio de você todos os povos da terra serão abençoados. Essas promessas, com alguma variação nas palavras, são repetidas ao longo de Gênesis, não apenas para Abrão, mas para seu filho Isaque e a seu neto Jacó<sup>21</sup>

Abrão deslocou-se de Harã (Síria) para Canaã (Palestina) atendo a um chamado de Deus. Segundo a narrativa Bíblica:

Partiu, pois, Abrão, como lho ordenara o Senhor, e Ló foi com ele. Tinha Abrão setenta e cinco anos quando saiu de Harã. Levou Abrão consigo a Sarai, sua mulher, e a Ló, filho de seu irmão, e todos os bens que haviam adquirido, e as pessoas que lhes cresceram em Harã. Partiram para a terra de Canaã; e lá chegaram. (Gênesis 12.4-5)

O capítulo 15 de Gênesis relata a aliança formada entre Deus e Abrão, que passou a se chamar Abraão, configurando assim o nascimento do chamado “Povo da Promessa”, conforme indica Kaiser:

Um filho (Gn 3.15) nascido a uma semita (Gn 11.10-27) chamado Abraão haveria de ser o instrumento para formar um povo e finalmente, uma nação separada. Este chamado para aceitar a condição de nação significava que a santidade ou separação para Deus, não era um aspecto opcional. Portanto, ambos os conceitos receberiam mais atenção durante esta era da revelação.<sup>22</sup>

De acordo com Konings, Deus selou uma Aliança também prometendo terra, um dos elementos da teologia deuteronômista. Nesse sentido cuidar desse bem e viver em harmonia era a expectativa de Deus para abençoar seu povo:

---

<sup>21</sup> BLOMBERG, Criag L. *Nem pobreza nem riqueza: as posses segundo a teologia bíblica*. 1ª ed. Tradução Aline Marques Kaehler. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2009, p. 35.

<sup>22</sup> KAISER, Walter C. *Teologia do Antigo Testamento*. 2ª Ed. Tradução Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 2007, p. 46.

A terra de Canaã foi o lugar escolhido por Deus para aí viver o seu povo. A terra é dom de Deus, expressão de seu amor. Israel haveria de experimentar as bênçãos reservadas pelo Senhor, na terra boa e espaçosa. Esta terra abençoada será marcada pela fertilidade dos seres humanos, dos animais e do solo.<sup>23</sup>

Konings acrescenta ainda que o Deuteronomio apresenta o instrumental teológico formulado pelos deuteronomistas na elaboração de sua teologia da história de Israel que era constituída por elementos fundamentais: A Aliança, Um Deus e um povo e a terra.<sup>24</sup>

Quanto a essa questão da bênção sobre a terra e da generosidade de Abraão, a narrativa bíblica relata que houve uma desavença entre os servos de Abraão e Ló, a ponto de precisarem se separar (Gênesis 13.7-8). Não obstante este litígio e, na separação o seu sobrinho Ló tenha escolhido as terras mais férteis, Abraão não ficou menos rico, sendo generoso com o sobrinho. Conforme sugere Blomberg:

Abraão permitiu que Ló escolhesse a terra mais fértil. Esse ato é reconhecido pela maioria dos comentaristas como sendo um modelo para que seus descendentes imitassem, dado que o Senhor transformaria o que foi deixado para Abraão em uma terra de promessa.<sup>25</sup>

Apesar de o texto bíblico trazer a ideia de que Deus continuou abençoando Abraão em toda a sua jornada, o patriarca falhou em alguns momentos de sua vida. Quer sendo induzido a duvidar da promessa, quer faltando confiança suficiente a ponto de levá-lo a um grave erro, como no caso de Abimeleque registrado em Gênesis 20.1-18. Sobre essa passagem, Champlin resume:

Uma meia verdade é uma mentira. A lógica de Abraão mostrou-se capenga nesse ponto. Ele não apresentou nenhum argumento válido. Sara continuava sendo sua mulher, sem importar o que mais ela possa ter sido para ele.<sup>26</sup>

Contudo, o continuar do texto relata que ainda assim, o patriarca continuava próspero de acordo com o relato de Gênesis 20.14-15: Então tomou Abimeleque ovelhas e vacas, e servos e servas, e os deu a Abraão; e restituiu-lhe

<sup>23</sup> KONINGS, 2020, p. 33.

<sup>24</sup> KONINGS; SILVANO, 2020, p.12-14.

<sup>25</sup> BLOMBERG, 2020, p.36.

<sup>26</sup> CHAMPLIN, Russell Norman. *O Antigo Testamento Interpretado: versículo por versículo*. 2ª ed. São Paulo: Hagnos, 2001, p. 147. v.1.



Sara sua mulher. E disse Abimeleque: Eis que a minha terra está diante da tua face; habita onde for bom aos teus olhos. Sobre isso, avançando um pouco na narrativa do Antigo Testamento (AT), Lage destaca em Jó<sup>27</sup> o paralelismo entre riqueza e integridade como ponto de partida para uma economia voltada para a Teologia da Retribuição que, garante riquezas e bens para aqueles que se mantêm firmes e fiéis.

É interessante notar que no livro do Jó, o econômico é sempre uma questão relacionada à ação de Deus, seja na posse de bens, nos filhos, o respeito dos outros e o reconhecimento social, o aspecto econômico torna-se sinônimo de uma vida tranquila abençoada por Deus. Portanto, falar de Deus é também falar de modelos econômicos, pois a crise vivenciada por Jó tem a ver com Deus, mas é uma crise de modelos econômicos.<sup>28</sup>

Contudo, considerando esta mesma relação, na qual Abraão, apesar das falhas, continuava prosperando, é possível admitir que nos textos referentes a esse período, fica evidente que a riqueza não se constitui moeda de troca na ótica de Deus, uma vez que os atos ordinários dos homens não são capazes de induzir o Todo-Poderoso a conceder mais ou menos bênçãos, maior ou menor castigo. É nesse sentido, ainda no contexto do Livro de Jó, que Lage aponta para a negação da chamada Teologia da Retribuição:

A pergunta de Elifaz a Jó a fim de consolá-lo, tem como pano de fundo uma profissão de fé enraizada na religiosidade e na perfeição da conduta. Se por um lado a pretensão era fundamentar a conduta prática de fé numa relação individual e confiante em Deus, garantindo um sentido ético para a religiosidade pessoal, por outro, havia um desejo de dar sentido mais profundo à ingênua Teologia da retribuição. A simples referência à realidade social expressa no livro de Jó era capaz de desmontar as injustas circunstâncias deste postulado teórico da retribuição.<sup>29</sup>

Também no contexto relacionado a Abraão, deve-se observar que não são os atos generosos do patriarca ou a completa ausência de falhas que garantem a bênção de Yaweh, mas sim o relacionamento e a fidelidade entre as partes da Aliança, conforme observa Blomberg:

<sup>27</sup> "O livro de Jó pode datar de tão tarde quanto o século VII a.C., ou mesmo depois do exílio babilônico." É o que afirma Champlin (CHAMPLIN, Russell Norman. *O Antigo Testamento Interpretado: versículo por versículo*. São Paulo: Hagnos, 2001, v.6. p. 4546.).

<sup>28</sup> LAGE, Juvanir. *Os pobres no livro de Jó: da teologia da retribuição para a economia de retribuição*. *Revista Caminhando* v. 24, n. 1, jan/jun. 2019, p. 93-102.

<sup>29</sup> LAGE. 2019, p. 93-102.

A riqueza dos patriarcas deve, portanto, ser entendida no claro contexto de aliança. Na era cristã, em que os cristãos não vivem em uma terra prometida, deve-se tomar o cuidado de não presumir que a riqueza necessariamente represente a bênção de Deus.<sup>30</sup>

Nesse sentido, Kaiser entende que a conexão entre a relação promessa-mandamento-bênção no patriarcado e a relação mandamento-promessa-bênção do Sinai, são aqui alinhadas na comparação entre a fidelidade patriarcal/tribal e a manifestação da graça:

Sinai era uma implicação e uma resposta natural à graça de Deus manifestada na promessa, especialmente uma representação da salvação nos próprios eventos no Êxodo. Para Abraão, a obediência não era uma condição da Aliança. Mesmo assim o dever de obediência foi especialmente ressaltado em Genesis 22.18 e 26.5.<sup>31</sup>

Nesse sentido, Elissen afirma que a história de Abraão e sua aliança com Deus é a parte mais importante do Gênesis Porque é dentro da construção do chamado, promessa e aliança que o Senhor consolida e executa o seu plano gracioso de redenção da humanidade:

Os primeiros onze capítulos retratam o dilema do homem ou o progresso do pecado e os últimos trinta e nove retratam o livramento de Deus ou a promessa de salvação. Essa promessa com os quatro elementos é chamada de aliança Abraâmica, e é o fundamento de todo o futuro programa divino para a humanidade. Deus prometeu a Abraão que traria bênçãos pessoais, nacionais, territoriais e espirituais através da sua semente. A vida de Abraão é uma história da dádiva da aliança.<sup>32</sup>

Após a libertação do povo do Egito, objeto da mesma Aliança com Yaweh, era esperado que o povo, agora dividido em tribos e não mais apenas família, replicasse o modelo de gestão e fidelidade dos patriarcas, aqui mais uma vez destacado o padrão de Abraão. Sobre isso, o teólogo Cristiano Tavares apresenta a seguinte abordagem:

A ideia de ascetismo no campo material, ou seja, a de se desfazer de bens para viver sob um código de conduta é totalmente ausente no Antigo Testamento. No período pré-exílico o usufruto dos bens era compartilhado por todo o clã, portanto, não havia carentes, necessitados, nesse período. A pobreza era partilhada assim como a riqueza. O sentimento forte de família e grupo funcionava como antídoto ao acúmulo desproporcional que gerava

<sup>30</sup> BLOMBERG, 2020, p.36.

<sup>31</sup> KAISER, Walter C. *Teologia do Antigo Testamento*. 2ª Ed. Tradução Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 2007, p.64.

<sup>32</sup> ELISSEN, Stanley A. *Conheça melhor o Antigo Testamento*. Tradução Emma Anders de Souza Lima. São Paulo: Editora Vida, 2002, p.22.

sofrimento e exclusão. Antes do estabelecimento da realeza em Israel os fundamentos da solidariedade eram bem visíveis<sup>33</sup>

Diante de tal apontamento, é possível notar que o acesso aos privilégios concedidos pelas riquezas, não transmitiam a ideia de desigualdade e insensibilidade da parte dos líderes (acumuladores das riquezas) em função do caráter solidário e de distribuição de renda entre os membros da família. Dentro da questão de uma visão panorâmica sobre a posse de riquezas, Tavares acrescenta:

A riqueza é um bem que vem acompanhado da boa vivência da Aliança. Na concepção vétero-testamentária, o homem bíblico é comprovadamente abençoado na medida em que manifesta de modo patente suas posses. É uma visão bastante concreta o fato de ligar o agraciamento divino por aquilo que se possui. É uma forma simplista de dividir-se entre aqueles que não estão incluídos no círculo da benção e por isso mesmo sujeitos a todo tipo de ação desde o servilismo até a escravidão propriamente dita. Mas também, não se pode negar o caráter didático-ideológico no sentido de estimular ao trabalho e crescer no clã/comunidade tendo por pano de fundo a ideia de recompensa proveniente dos céus<sup>34</sup>

Em Israel, durante o período Tribal, mesmo sem um código elaborado<sup>35</sup> e possivelmente guiados pela tradição oral, as orientações levadas aos clãs não parecem sugerir indicativo de crítica ou censura para com aqueles que enriqueceram, nem mesmo faziam denúncia a empobrecimento ou desfavor da comunidade, conforme relata o livro de Josué:

E falou-lhes, dizendo: Voltai-vos às vossas tendas com grandes riquezas, e com muitíssimo gado, com prata, e com ouro, e com metal, e com ferro, e com muitíssimas roupas; e com vossos irmãos reparti o despojo dos vossos inimigos. (Josué 22.8)

Nesse contexto pós-escravatura no Egito, as narrativas bíblicas apresentam um processo de ampla duração histórica, quando os pobres, em grande parte migrante, se recusaram a continuar submissos ao império egípcio e seus operadores regionais. Segundo Andrade, um possível empoderamento dos pobres

<sup>33</sup> TAVARES, Cristiano. *Riqueza e pobreza no Antigo Testamento*. Academia.edu. PUCRS, 2008. Disponível em: [https://www.academia.edu/11915736/Riqueza\\_e\\_pobreza\\_no\\_Antigo\\_Testamento](https://www.academia.edu/11915736/Riqueza_e_pobreza_no_Antigo_Testamento). Acesso em 17 nov 2021.

<sup>34</sup> TAVARES, 2008, p. 03

<sup>35</sup> Segundo Konings (2020, p. 44.) O Projeto de proteção aos empobrecidos, dentro da concepção deuteronomista é posterior e visava exatamente estabelecer um éthos fraternal em favor dos marginalizados e oprimidos. Inspirados na ação libertadora de YHWH, os israelitas elaboraram preceitos e legislações sociais com objetivo de proteger os pobres de sua sociedade da opressão.

abriu oportunidades, criando uma base para uma nova realidade, ou seja, um povo formado por pobres avançou de forma significativa e criou uma nova sociedade:

Israel em sua origem era “um povo de pobres” diante da suntuosidade do Egito e seus faraós. O impossível, ou pelo menos improvável, ocorreu: os marginalizados derrotaram o opressor e abriram caminhos viáveis para a realização de um ‘outro mundo’. Para que essa possibilidade histórica de mudança e, portanto, ruptura com a ordem vigente pudesse existir, foi preciso um processo de empoderamento dos pobres.<sup>36</sup>

Entretanto, os livros de Levítico e Deuteronômio, compostos posteriormente à vivência clânica, apresentam algumas normas.<sup>37</sup> Estas regras eram condição para a continuidade da prosperidade e liberdade e que, portanto, não deveriam ser negligenciadas ou descumpridas. De acordo com Konings, a defesa dos empobrecidos constitui um traço fundamental da experiência religiosa de Israel, vista a partir do modo de agir de Yaweh:

Em seu Deus, Israel encontra a grande inspiração para agir em favor dos marginalizados da sociedade, pois ele é, fundamentalmente, o Deus que ouve o clamor do aflito e o liberta da opressão. Ao insistir no caráter libertador de YHWH, os autores deuteronomista sinalizam o engajamento social que sua fé comporta, estimulando seus leitores a agirem à luz da práxis divina.<sup>38</sup>

Estas normas transmitiam a ideia de que havia grande preocupação de Deus em que todos usufríssem de uma vida digna, conforme ele desejava: “E quando teu irmão empobrecer, e as suas forças decaírem, então sustentá-lo-ás, como estrangeiro e peregrino viverá contigo. Não tomarás dele juros, nem ganho.” (Levítico 25.35-36). Outros textos também alertavam contra a avareza e o distanciamento de Deus, configurando clara ingratidão quanto às ações libertadoras do Senhor.

Guarda-te que não te esqueças do Senhor teu Deus, deixando de guardar os seus mandamentos, e os seus juízos, e os seus estatutos que hoje te ordeno; Para não suceder que, havendo tu comido e fores farto, e havendo edificado boas casas, e habitando-as, e se tiverem aumentado os teus gados e os teus rebanhos, e se acrescentar a prata e o ouro, e se multiplicar tudo quanto tens se eleve o teu coração e te esqueças do Senhor teu Deus, que te tirou da terra do Egito, da casa da servidão (Dt 8.11-14).

<sup>36</sup> ANDRADE, Cesar William. *As tribos de Israel: exemplo histórico de empoderamento dos marginalizados*. *Rev. Inter. Mob. Hum*, Brasília, Ano XVII, n. 33, 2009, p. 269-289.

<sup>37</sup> KONINGS, 2020, p. 34.

<sup>38</sup> KONINGS, 2020, p. 34.

Sendo assim, percebe-se que a estratégia destes escritos posteriores em vincular a prosperidade como bênção de Yaweh era também preparar o povo para um novo momento em suas vidas, gerando com esse vínculo, expectativas para um novo recomeço, conforme aponta Carrière:

Um livro do final da história da terra prometida, quer dizer, um livro que contém toda a experiência dessa história, que dela tira suas lições, que extrai seus fundamentos. E um livro colocado no início da história da terra prometida, portanto um livro-programa, que lança as bases dessa nova vida. O Deuteronômio oferece uma nova oportunidade para a vida do povo, paradoxalmente, bem no momento em que o final está próximo. [...] A pergunta que fizeram é esta: quais são os fundamentos sólidos que, levando-se em conta a experiência feita ao longo da história da monarquia, da vida na terra prometida, podem dar uma oportunidade ao futuro de Israel?<sup>39</sup>

Olhando para um novo horizonte a partir daquela perspectiva, observa-se que, para esse futuro acontecer era necessário que as regras de compaixão e solidariedade fossem aplicadas e nunca negligenciadas.

Entretanto, voltando-se para o passado, é possível perceber que o modelo tribal, seminômade, apresentava sinais de ruptura, na medida em que o povo desejava replicar o modelo de governo dos estrangeiros próximos, onde a centralização do poder, a concentração de renda e a segmentação do povo se tornava uma realidade. Sobre essa possível mudança na liderança Konings infere:

A princípio é preciso recordar que, em uma sociedade patriarcal, o pai de família é o garantidor dos direitos familiares e sua ausência ameaça aqueles que lhe são dependentes, filhos, esposa, escravos etc. Sua morte penalizava-os, fazendo integrar classes sociais marginalizadas da sociedade.<sup>40</sup>

Aqui introduzimos o comentário de Clements, que assevera que nessa conjuntura, a posse da terra é vista como o fator primordial da bênção de Deus e o principal vetor de riquezas:

Se a terra pertence a Deus, ela é sagrada e não pode ser comercializada e nem explorada indevidamente. Se a terra não pode ser comercializada, ela deve ser repartida e usufruída por todos. A divisão e a partilha da terra pertencem à tradição tribal, sendo que foi afetada com o surgimento da "economia monetária" a partir da monarquia. Então os pequenos

<sup>39</sup> CARRIÈRE, Jean-Marie. *O livro do Deuteronômio*. São Paulo: Loyola. 2005, p. 24.

<sup>40</sup> KONINGS, 2020, p. 28.

proprietários passavam a fazer empréstimos dos vizinhos mais ricos, oferecendo a própria terra como penhor (Ex. 22,26; Dt 24,6.10-13.17). Assim, o credor podia fazer usufruto da terra, embora não pudesse se tornar o proprietário do penhor. Esse costume era um meio de frustrar a lei referente à inalienabilidade da terra. (Lv. 25,23)<sup>41</sup>

Custódio acrescenta ainda a figura do resgatador, uma figura jurídica no escopo da lei Mosaica que dava direito ao parente mais próximo do sujeito empobrecido, a resgatar o que este havia vendido.

A lei decretava que se uma pessoa se visse forçada pela pobreza a vender seu patrimônio, o parente mais próximo tinha o direito de resgatar o que seu parente tinha vendido. Em uma situação na qual o dono de terra empobrecido não tivesse nenhum parente para agir em seu favor, a lei o encorajava a comprar de volta a terra, caso conseguisse adquirir meios para isso. Isto é: caso sua mão alcançasse tal empreendimento. "E o homem se não tiver para ele o resgatador, alcança sua mão, e encontra de acordo com seu resgate" (Lv. 25.26). Em último caso, se o empobrecido não tivesse parente para ajudá-lo e nem encontrasse recursos para fazer o resgate de sua terra, sua propriedade vendida permaneceria com o comprador até o ano do jubileu, quando o comprador a devolveria para o seu dono legítimo.<sup>42</sup>

Sobre esse momento histórico das primeiras tentativas em Israel rumo à monarquia em detrimento ao modelo tribal, destacam-se os estudos de Milton Schwantes que afirma que estes ocorrem no período dos juízes quando os líderes das diversas tribos, de alguma forma cediam espaço para tais investidas, mesmo tendo eles optado pelo tribalismo justamente contra as estruturas estatais.<sup>43</sup>

Entender este processo de transição do tribalismo para a monarquia é muito importante para melhor compreensão de como o desenvolvimento e as mudanças das relações sociais e comerciais, principalmente pela implantação do regime monárquico, acabaram intensificando as crises e desigualdades.

A Bíblia narra que Deus, através do profeta e sacerdote Samuel, advertiu o povo de Israel que a decisão de ter um rei traria consequências desastrosas, mas este não lhe deu ouvidos: Porém o povo não quis ouvir a voz de Samuel; e disseram: Não, mas haverá sobre nós um rei. E nós também seremos como todas as outras nações. (1Samuel 7.19-20). Vejamos, por exemplo, o reinado de Saul.

Para Schwantes, aos poucos houve mudança na ideologia de liderança israelita. A princípio ela era determinada pelo carisma e pela designação

<sup>41</sup> CLEMENTS, R.E. *O Mundo do Antigo Israel*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 335.

<sup>42</sup> CLEMENTS, 2005, p.335.

<sup>43</sup> SCHWANTES, Milton. *As monarquias de Israel*. São Paulo: Paulinas, 2007.

eminentemente divina e passou para uma regra normativa dinástica. Essa questão dinástica, que não se firmou em Abimeleque e nem em Jefté, estava clara em Saul.

Esse Saul, saído rei de dentro do tribalismo está em choque frontal com essa sua própria origem. Que fazer quando camponeses livres resolvem não se apresentar para as guerras? Que fazer quando o sacerdote resolve não aparecer para presidir o sacrifício a serem oferecidos antes do combate? Que fazer para angariar fundo que cubram despesas de guerra? Que fazer quando o próprio sucessor, Jonatas, ainda está enraizado em tradições clânico-tribais a ponto de por a amizade com Davi acima dos interesses da corte?<sup>44</sup>

Contudo, o tribalismo igualitário com o seu modo de produção possuía a agricultura capaz de gerar excedentes, no qual pesava a ideologia do referencial religioso e cosmovisão clara em promover o confronto com as cidades-estado, cedia a cada tentativa de implantação da monarquia, conforme Schwantes:

O próprio javismo, elaborado no contexto do tribalismo, tem marcas de uma religião pró-tribal, pró-liberdade, pró-partilha, pró-luta libertadora, sendo plenamente antagônico ao que se conhecia em termos das religiões nas cidades-estado cananeias ou filisteias.<sup>45</sup>

Com base em Schwantes é possível inferir que o modo de vida tribal performa maior alinhamento com o possível desejo de Javé em relação ao povo de Israel, uma vez que o ideal de compartilhamento e busca de igualdade é sugerido como determinado padrão para a sustentabilidade do povo.

## 2.2 A MONARQUIA E AS DENUNCIAS DOS PROFETAS

Além da questão do referencial religioso e do dilema da produção agrícola, Schwantes aponta que outros elementos também contribuíram de forma preponderante para acelerar a crise interna do tribalismo tais como o ferro, o gado, as estradas e finalmente a conquista da capital, Jerusalém por Davi. Na medida em que foram surgindo pobres e ricos, a solidariedade clânica foi se tornando insuficiente. Segundo Schwantes, dentro do contexto político, é com Davi que a monarquia tem verdadeiro início e consolidação, e o evento que vira essa página, teria sido conquista de Jerusalém. A ocupação dessa cidade foi decisiva para a

<sup>44</sup> SCHWANTES, 2007, p. 21.

<sup>45</sup> SCHWANTES, 2007, p.38-39.

política interna e expansionista do reinado de Davi, uma vez que, bem localizada e protegida, se tornou a principal rota comercial da região:

Davi não é fruto do tribalismo, não é libertador carismático como fora Gideão. Davi também não tem problemas com a destinação dos saques, que pertencem aos combatentes. Além disso, tem a religião junto a si (Abiatar e Gade). Não obstante, Davi não foi feito rei de Judá porque os anciãos assim houvessem concluído. Davi se fez rei. Portanto a tomada de Jerusalém e sua transformação na capital do novo estado é o divisor de águas.<sup>46</sup>

Dentro dessa ruptura com o modelo tribal e igualitário como preconizavam, Pixley observa o papel fundamental de Davi e reafirma a importância da conquista de Jerusalém:

Tudo culmina na conquista de uma cidade que é uma capital, a cidade jebuseia de Jerusalém. A lista de administradores de seu reino em II Samuel 8:15-18 revela uma dualidade curiosa: dois secretários, dois sacerdotes-chefes e dois exércitos liderados pelos respectivos generais. Em cada caso, um representa as tribos tradicionais e o outro o sistema tributário de sua nova capital. No modelo de produção tributário, todo rei precisa de seu próprio templo, onde sua monarquia é celebrada como desejada por Deus ou pelos deuses. Davi partiu e fez subir a Arca de Deus da casa de Obededom para Cidade de Davi. O valor histórico do experimento de Davi não foi o seu império, mas a conquista de uma capital, onde estabeleceu um templo. Desde então, a teologia de Israel tem dois centros, o Monte Sinai e o Monte Sião, a Arca da Aliança e o Templo de Salomão, a aliança de lahweh com as tribos e aliança de lahweh com Davi.<sup>47</sup>

No seu reinado, Salomão, filho de Davi, acabou por impor a corveia (trabalho forçado) aos israelitas, obrigados a dedicar boa parte da sua força de trabalho às atividades do reino. Assim, o domínio sobre o povo seguia firme e a estrutura monárquica começou a se tornar bastante cara, evoluindo ainda mais com os empreendimentos arquitetônicos. A mudança do tribalismo para monarquia deixa para trás um número significativo de pessoas empobrecidas e extremamente exploradas. Reféns e ao mesmo tempo excluídas por um novo governo. Um estado que tributa, conforme assevera Schwantes.

A produção continua como no tempo do tribalismo, mas a destinação do produto ocorre através do tributo, da entrega de parte da colheita ao estado em troca de seus serviços, e em especial a defesa fornecida pelos governantes. O templo e suas festas são o espaço predileto através do qual ocorre a arrecadação. A religião celebrada por esta tributação tende a ser a

<sup>46</sup> SCHWANTES, 2007, p.27.

<sup>47</sup> PIXLEY, Jorge. *O Deus libertador na Bíblia: teologia da libertação e filosofia processual*. São Paulo: Paulus, 2018.



do tributado. A religião Javista é a religião das pessoas tributadas, dos camponeses e, como tal, se torna religião do estado tributarista. Nos dias de Davi já havia essa tributação. Coube a Salomão sistematizá-la através do templo de Jerusalém.<sup>48</sup>

Como foi observado por Clements, a terra que seria um direito de todos e a representação maior da benção de Deus e, conseqüentemente, o principal fator de sobrevivência, unidade entre as pessoas e entre Deus e as pessoas, e fonte geradora de riqueza, agora se concentra nas mãos dos monarcas e de seus amigos. É o que pondera Silva sobre o funcionamento dessa máquina.

A burocracia estatal requeria um número respeitável de funcionários, altos cargos distribuídos à gente nascida na corte e que se julgava superior aos demais. As obras públicas requeriam dinheiro para sua concretização. O exército, recrutado entre o povo, não mais respeitando as tribos, precisava de muito dinheiro para funcionar com eficiência e assim por diante.<sup>49</sup>

Segundo Silva, essa investida contava com forte apoio de anciãos e sacerdotes, que validavam “espiritualmente” esse modelo, em detrimento aos pobres e em particular às mulheres, órfãos e estrangeiros, todos estes, que nada tinham e estavam condenados a formar, a força servil e até escrava da agora consolidada monarquia, mesmo estando essa dívida. O Estado classista estava a pleno vapor. Com o continuar dos anos, as diferenças de classe e as contradições internas foram se aprofundando até levar à quebra da frágil unidade territorial.

No território de Judá a monarquia é vista como uma realidade estranha à ordem sagrada, como um fenômeno estritamente dependente de uma oportunidade política que, com o tempo, os “anciãos de Judá” vão perdendo sua liderança, gradualmente absorvidos pela monarquia e pela corte de Jerusalém. É neste contexto que se desenvolve uma teologia da perpetuidade da dinastia davídica, referendada, segundo o deuteronomista, pelo profeta Natã (2Sm 7), e da sacralidade de Sião, moradia de Iahweh, que garante a inviolabilidade de Jerusalém. Esta teologia pode ser vista também em vários salmos, como o 2, o 89 e o 132. Elaborada pelos sacerdotes associados ao poder real de Jerusalém, obviamente esta teologia apareceria nos salmos, pois estes representam também orações e celebrações do Templo.<sup>50</sup>

Tudo isso trouxe sérias implicações no reinado de Salomão. De sorte que o aparelhamento do estado, a excessiva e esmagadora carga tributária e o próprio

<sup>48</sup> SCHWANTES. 2007, p.49-50.

<sup>49</sup> SILVA, Airton José da. *História de Israel*. Disponível em <https://airtonjo.com/site1>. Acesso em 30 mar.2022.

<sup>50</sup> SILVA, Airton José da. *História de Israel*. Disponível em <https://airtonjo.com/site1>. Acesso em 30 mar.2022.

templo como legitimador da má gestão, constituíram importantes razões para a divisão do reino de Israel como afirma Pixley:

À riqueza derivada da exploração da população de Israel, Salomão acrescentou o lucro obtido do comércio por ele estimulado. Construiu uma frota para navegar o mar vermelho (I Reis 9.26-28). Servia de intermediário entre os exércitos daquele tempo: comprou cavalos da Cilícia para vendê-los aos egípcios, e carros do Egito para vendê-los aos Arameus. (I Reis 10.26-29). Aparelhou também seu próprio exército com números contingente de carros. O templo de Javé, funcionando em Jerusalém na propriedade Real, como sacerdotes pagos pela Coroa, constituía-se uma peça importante na estrutura social da época. Assegurava, com a sua teologia e festas, a legitimidade de Salomão.<sup>51</sup>

Roboão, herdeiro de Salomão, proclamou ao povo que seria ainda mais rígido com a questão tributária do que fora seu pai, levando o estado a mergulhar em grave crise, a ponto de dividir o Reino (II Cr. 10.12-16), conforme assevera Pixley:

Diante da recusa de Roboão em atender seus pedidos, o povo recusou-se a proclamá-lo rei retirando-se das negociações e cantando em coro o antigo lema de Seba, o benjaminita: “Que parte temos com Davi? Não temos herança com o filho de Jessé! Para suas tendas, ó Israel! E agora cuida da tua casa, Davi!”.<sup>52</sup>

Com a divisão do reino, agora denominados Judá (Tribos de Judá e Benjamim) com Roboão e Israel (10 tribos do norte), seguindo Jeroboão. Esse movimento em nada proporcionaria melhorias na vida dos pobres, ao contrário, como afirma Gusso, a situação de pobreza se agravaria:

Os pobres surgem como vítimas de um sistema grosseiro que os colocava à mercê dos ricos. Em determinadas ocasiões eram obrigados a tomar empréstimos a taxas elevadas, o que acabava por comprometer as suas terras, os filhos e os seus próprios direitos de liberdade.<sup>53</sup>

As Manifestações dos profetas, a exemplo de Miquéias, seguiam apontando continuamente essas falhas e destacando o descaso para com o povo empobrecido: “Os seus ricos estão cheios de violência, e os seus habitantes falam mentiras e a sua língua é enganosa na sua boca. Assim eu também te enfraquecerei, ferindo-te e assolando-te por causa dos teus pecados.” (Miquéias

<sup>51</sup> PIXLEY, Jorge. *A história de Israel a partir dos pobres*. 6ª Ed. Tradução de Ramiro Mincato. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 33-34.

<sup>52</sup> PIXLEY, 1999, p.38.

<sup>53</sup> GUSSO, Antônio Renato. *Panorama Histórico de Israel para estudantes da Bíblia*. Curitiba: Santos Editora, 2016, p. 44.

6.12-13). Os fatos narrados pelo profeta (Reino do Sul) apontavam as desigualdades sociais e condenava o comportamento insensível dos ricos, como informa Coelho acerca da situação econômico-social no reino:

Estes haviam crescido ao máximo em termos econômicos, mas o crescimento não trouxera prosperidade para todos. A renda se concentrara nas mãos de uma elite insensível e o povo gemia com dificuldades econômicas. A justiça se corrompera e os líderes religiosos eram hipócritas, adoçando a boca do poder e iludindo o povo.<sup>54</sup>

Na mensagem de Amós, também havia um ataque incisivo contra os males sociais para os dois reinos: “Ai dos que dormem em camas de marfim, e se estendem sobre os seus leitos, e comem os cordeiros do rebanho, e os bezerros do meio do curral.” (Amós 6.4) O profeta denunciava uma sociedade marcada por injustiças, criticava a crueldade do sistema devido à ganância dos poderosos, que se aproveitavam do estado de absoluta miséria dos pobres para ampliar seus bens, recorrendo à falsificação e fraudes, conforme aponta Vieira:

Duas realidades distintas podem ser vistas a partir dos oráculos: a realidade dos ricos e poderosos e a realidade dos pobres e fracos. Os ricos e poderosos entesourando, não apenas bens materiais, mas violência, crimes, injustiças, exploração. Acumulavam suas riquezas empobrecendo ainda mais os pobres, cobrando impostos do trigo, despojando os miseráveis, vendendo pessoas para serem escravos, falseando as medidas e aumentando o peso, conforme sua ganância e conveniência.<sup>55</sup>

De acordo com Moreira, na profecia de Amós está uma crítica contundente aos agentes e mecanismos de exploração dos camponeses empobrecidos sob Jeroboão II (Reino do Norte) e seu sistema cruel e opressor:

Em outros termos, o profeta Amós não apenas critica pessoas corruptas, mas questiona também de modo muito forte o sistema gerador de pessoas corruptas. Não somente as mazelas pessoais estão na mira do “camponês” que entrou para a história como um grande profeta. Amós tem consciência de que o problema fundamental da injustiça reinante na sociedade não é fruto somente de fraquezas e ambiguidades pessoais, mas tem como causa motriz estruturas sócio-econômico-políticas e religiosas que engrenam uma máquina de moer pessoas.<sup>56</sup>

<sup>54</sup> COELHO Filho, Isaltino Gomes. *Miqueias: nosso contemporâneo*. Rio de Janeiro: JUERP, 1995, p.13.

<sup>55</sup> VIEIRA, Rosinaldo Ernesto. *Amós: o profeta dos pobres*. Anais Eletrônicos do V Simpósio Cristianismo e Interpretações. Disponível em: <http://www.unicap.br/ocs/index.php/simpocris/simpocrisxix/paper/viewFile/1268/404>. Acesso em 29 mar.2022.

<sup>56</sup> MOREIRA, Gilvander Luís. *Profeta Amós, a luta contra a injustiça social e o juízo iminente*. São Leopoldo: IHU, 2012. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias>. Acesso em 28 mar. 2022.

Entretanto, ainda dentro do conteúdo da mensagem desse profeta, outro elemento importante é apresentado por Moreira: a introdução de uma nova temática ligada ao contexto de perdição, ou seja, o juízo vindo de Deus contra os poderosos que maltratam os mais pobres:

Além das denúncias sociais, a profecia de Amós destaca-se com o anúncio de um juízo iminente de Javé na história do seu povo. Amós inverte as expectativas quanto a um tão sonhado “dia de Javé” (Amós 5,18-20). Este não será mais uma “ideologia de segurança político-religiosa” pelos fortes de Israel. A perversão da justiça para os pobres, a opressão dos empobrecidos e a exploração das pessoas mais enfraquecidas clama pelo juízo divino. O “dia de **Javé**” será um “dia mau” sobre os fortes de Israel, sobre o estado tributário, suas instituições e seus agentes.<sup>57</sup>

No Reino do Sul, a descoberta de um livro promete provocar mudanças. De acordo com Pixley, esse livro era parte do Deuteronômio e surgiu em momento próprio:

Quando o poderio assírio sofreu um debilitamento e logo um colapso, os dirigentes da sociedade judaíta fizeram um grande esforço para restaurar Israel. O livro, fruto de extenso trabalho sobre as tradições de Israel e Judá, foi colocado no templo à espera do momento oportuno para retomar a experiência de Ezequias, momento chegado durante o reinado de Josias. O Deuteronômio codifica toda a tradição legal de Israel à luz do projeto de Ezequias na esperança de que mais tarde fosse possível realizar o que a invasão de Senaquerib frustrou. Nos tempos de Ezequias, Josias procurou legitimar o reino sobre uma aliança entre Javé, o rei e o povo (II Reis 23.1-3) da mesma forma como ocorrera na renovação com Moisés antes da sua morte em Moab (Dt. 29.9-14), mas com a diferença que o rei assumia o papel de intermediário e fiador da aliança.<sup>58</sup>

Entretanto, nem mesmo as chamadas reformas associadas ao rei Josias conseguiram implantar mudanças significativas para levar equilíbrio entre as classes já constituídas (pobres e Ricos). Nesse contexto, Silva destaca a visão espiritual do rei Josias, mas no tocante a relação com o povo em suas necessidades básicas, ele seguiu a velha receita da monarquia, o aumento de tributos:

Aproveitando a fraqueza assíria, Josias ocupou algumas partes do antigo reino de Israel, aumentando seus tributos e melhorando suas defesas. Houve uma limpeza geral no país: cultos e práticas estrangeiras, introduzidos em Judá sob a influência assíria, foram eliminados. A magia e os vários modos de adivinhação, banidos. Santuários do antigo reino de

---

<sup>57</sup> MOREIRA. 2012.

<sup>58</sup> PIXLEY, 1999, p. 74.

Israel, considerados idólatras, arrasados, com especial destaque, no texto de 2Rs 23,4-20, para a destruição do santuário de Betel.<sup>59</sup>

Após a morte de Josias, o reino já estava praticamente nas mãos do rei da Babilônia. Com o erro da rebelião de Judá, logo Jerusalém foi sitiada e tomada e todos os príncipes e pessoas importantes da sociedade foram levadas cativas, conforme II Reis 24. Sobre isso, Silva registra:

Em 600 a.C. Nabucodonosor tentou invadir o Egito e não conseguiu. Judá rebelou-se, acreditando na libertação. Seu erro foi fatal. Enquanto os babilônios marchavam para Jerusalém, morreu Joaquim (provavelmente assassinado), em dezembro de 598 a.C. e foi substituído por seu filho Joaquin, de 18 anos, que capitulou em março de 597 a.C. O rei foi deportado para a Babilônia com a corte e toda a classe dirigente.<sup>60</sup>

Triste fim para monarquia em Israel. O Reino do Norte fora derrotado e seu povo disperso pelas províncias assírias (II Reis 17:6) e agora o Reino do Sul com a sua dita inviolável capital, Jerusalém, fora conquistado e levado cativo para Babilônia. Como ficará a situação de ricos e pobres desse novo contexto?

Segundo Pixley até mesmo a literatura e os registros legais relativos ao período monárquico foram marcados por se constituir como a história dos que dominavam as riquezas, em detrimento à vida dos empobrecidos.

A história oficial de Israel no livro dos Reis é a história dos reis. A história dos livros das Crônicas não é melhor, visto que é a história somente dos reis de Judá, sem Israel, o reino do Norte, adicionada a um tratamento especial aos sacerdotes que oficiavam no templo dos reis, o Templo de Jerusalém. Esta é uma história dos ricos, pois a riqueza numa sociedade organizada segundo o modo de produção tributário coincide com o rei e seus ministros<sup>61</sup>

Entretanto, Pixley também afirma que ainda assim, existiam salmos, dos quais destaca os de número 10, 68, 72, 86, 140, os quais fazem referência às ações de Deus em socorro dos pobres, sendo esses o alvo maior de Sua preocupação:

Dezenas de salmos que celebram o cuidado que Deus tem com os pobres ou com os que clamam a Deus de parte de pessoas que dizer ser pobres. É evidente que os pobres têm um lugar especial nas orações e hinos do saltério. Considerando-se que essa coleção foi compilada, se não

<sup>59</sup> SILVA, Airton José da Silva. *História de Israel*. Disponível em: <https://airtonjo.com/site1/historia-15.htm>. Acesso em 30 mar.2022.

<sup>60</sup> SILVA, Airton José da Silva. *História de Israel*. Disponível em: <https://airtonjo.com/site1/historia-15.htm>. Acesso em 30 mar.2022.

<sup>61</sup> PIXLEY, Jorge. *O Deus libertador na Bíblia: Teologia da libertação e filosofia processual*. São Paulo: Paulus, 2018, p. 6-10.

composta, no Templo de Jerusalém, isso pode surpreender. Creio que a resposta a essa surpresa é que o rei tinha uma responsabilidade especial, que era a de atender os casos dos pobres, tal como se percebe em particular no salmo 72, uma bênção para a entronização de um rei. Assegura-se aqui que ele fará justiça aos humildes do povo.<sup>62</sup>

O próprio período chamado de exílio babilônico mostra que este não é o cativo de Judá, afirma Pixley, mas do rei, de sua família e de seus servos e amigos ricos (II Reis 24.14-16).

Se a população de Judá pode ser calculada em 250.000 nessa época, isso significa 4% da população. A massa camponesa foi deixada em suas terras para que o solo não fosse prejudicado. Houve uma segunda deportação em 587 que constituiu de novo uma deportação dos que estavam em Jerusalém, na corte e no templo de Zedequias, perfazendo 832 pessoas, segundo Jeremias 52.28.<sup>63</sup>

Nesse sentido, é possível observar que até mesmo os que não eram da nobreza e que também foram levados, estavam pelo menos vinculados ao contexto logístico e estratégico, principalmente no âmbito militar.

### 2.3 O EXÍLIO E A REVISÃO DA TRADIÇÃO JUDAICA

Conforme foi visto, considerando os apontamentos de Pixley, o período de exílio, contou com a submissão e cativo predominante da família real, sua corte e assessores próximos, bem como os ricos proprietários de terras e meios de produção. Para Pixley, o povo pobre ficou em Judá:

Os exilados na Babilônia eram um grupo pequeno da população judaíta, segundo Jeremias 52:30, quatro mil e seiscentos no total. Isso é uma parte ínfima da população, que não podia ser inferior a 250.000 habitantes, camponeses em sua maioria, que não foram levados ao exílio. Então parece que essa elite esperava que Ciro restaurasse a situação de Jerusalém e de seus sacerdotes, assim como das de bem (os exilados), como de fato fez. Tanto no Livro de Esdras como no de Neemias, os reis persas são apresentados como favoráveis aos judaítas.<sup>64</sup>

Essa mesma categoria de pessoas que fica em Jerusalém parece no comentário de Champlin, que acompanha o entendimento de Pixley quanto a sua origem pobre e sua manutenção na terra devastada de Judá:

---

<sup>62</sup> PIXLEY, 2018, p. 6-10.

<sup>63</sup> PIXLEY, 2018, p. 6-10.

<sup>64</sup> PIXLEY, 2018, p. 6-10.

Somente os mais pobres entre os judeus foram deixados na Terra Prometida, pois não representavam uma ameaça aos interesses da Babilônia, quando tentassem reiniciar sua vida de humildes agricultores. O povo mais pobre, que era incapaz de causar revoltas. Chegou até a equipá-los com vinhedos e campos para que pudessem sustentar-se. É provável que agora estivessem melhores do que antes, tendo sido, na maioria dos casos, servos ou mesmo escravos do passado. Talvez desses a Babilônia cobrasse taxas ou tributos para que o império tivesse algum proveito pecuniário. Levar a escória da sociedade teria sido mais uma carga para o governo babilônico.<sup>65</sup>

Observando as experiências da narrativa de Ezequiel, profeta conhecido como “maior” e que é listado entre aqueles que atuaram durante o exílio, é possível perceber certo alinhamento com os apontamentos de Pixley, haja vista que esse profeta fazia parte da elite que viera cativa para Babilônia. Ezequiel se insere nesse contexto na abertura do seu livro, deixando claro seu vínculo à classe sacerdotal:

Aconteceu no trigésimo ano, no quinto dia do quarto mês, que, estando eu no meio dos exilados, junto ao rio Quebar, se abriram os céus, e eu tive visões de Deus. No quinto dia do referido mês, no quinto ano de cativo do rei Joaquim, veio expressamente a palavra do Senhor a Ezequiel, filho de Buzi, o sacerdote, na terra dos caldeus, junto ao rio Quebar, e ali estive sobre ele a mão do Senhor. Ezequiel 1:1-3.

Um fato que chama a atenção nesse contexto é a interpretação de Liebi sobre a súplica do profeta Ezequiel (Ez. 11.13-20) quando este implora ao Senhor para preservação de um remanescente de Israel:

Como resposta à súplica de Ezequiel, Deus lhe mostrou onde se encontrava o remanescente de Israel: não em Jerusalém, mas no cativo. Os verdadeiros irmãos do profeta não mais eram os judeus em Jerusalém, que haviam ficado no Templo e cujas transgressões havia visto com os próprios olhos, mas os exilados e desprezados por eles. A partir de então, para Deus, estes desprezados eram “toda a nação de Israel”. Assim, Deus escolheu em Ezequiel um profeta para informar aos exilados sobre esses terríveis acontecimentos.<sup>66</sup>

Sobre essa interpretação de Liebi quanto aos que ficaram em Jerusalém, que se achavam justos e os que foram deportados para Babilônia, considerados imundos, há também a concordância de Taylor quando este afirma:

<sup>65</sup> CHAMPLIN, Russell Norman. *O Antigo Testamento Interpretado: versículo por versículo*. São Paulo: Hagnos, 2013. v.5.

<sup>66</sup> LIEBI, Roger. *Ezequiel*. Tradução Arthur Reinke. Porto Alegre: Chanada, 2016. p. 58-59.

A prova de que os exilados eram o povo de Deus é extraída daquilo que Deus fizera por eles bem como daquilo que ele lhes promete. Enquanto estavam espalhados pelas terras, Deus lhes servira de santuário, por um pouco de tempo, sendo-lhes a compensação pela falta de um templo e de sacrifícios, sendo sua proteção e sua fonte de forças<sup>67</sup>

Entretanto, é possível perceber que os apontamentos de Liebi e Taylor, abraçam a narrativa deuteronomista pós-exílica que exaltava o valor daqueles que estavam na Babilônia, em detrimento dos que ficaram em Judá. Ou seja, apoiam uma narrativa posterior que criou em seu tempo uma cronologia histórica. Diferentemente do pensamento de Pixley que contraria essa cronologia, apontando que a narrativa foi estabelecida em outro momento histórico, longe da jornada vivida pelo povo no passado.

Enquanto aqueles levam a crer que Deus estava restaurando seu povo a partir dos exilados e pretendia reinseri-los no seu plano de propagadores da sua Palavra, por outro lado, como foi visto, Pixley mostra outro remanescente pobre e explorado, que também alegava trazer consigo a marca de legítimo povo de Deus.

Nesse contexto, questões de ordem literárias e teológicas começam a ganhar força diante da situação dos judeus cativos. Em terra estrangeira, sem templo, mas com forte sentimento de expressar sua religiosidade, a partir do que sobrou depois da destruição de Jerusalém: a Palavra. Sobre esse momento na vida dos cativos Gallazzi afirma que:

Ao redor da Palavra nasce a sinagoga: a reunião de culto e celebração da Palavra. Esta Palavra precisa ser escrita para que não se perca diante da pressão cultural dos persas. A Palavra escrita deve ser traduzida e interpretada para que a leitura se torne compreensível. A função do profeta que era de transformar em Palavra de Deus os acontecimentos da vida, devagar vai sumindo. Aparece com muito mais força a função do escriba, do rabino, cuja função é explicar uma palavra que já está escrita no livro. A palavra fica “presa” no livro e o teólogo passa a ter maior autoridade do que o profeta. A fidelidade ao livro se torna a norma operativa do judeu.<sup>68</sup>

É nesse momento de empoderamento do deuteronomista que se dá o que aqui se sugere ser uma revisão da literatura judaica, a partir da percepção e motivação do clero, que busca garantir a sobrevivência da religião sem perder de vista o domínio sobre o povo.

<sup>67</sup> TAYLOR, John B. *Ezequiel: introdução e comentário*. Tradução Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 1984, p. 102.

<sup>68</sup> GALLAZZI, Sandro. *Ester, a mulher que enfrentou o palácio*. São Paulo: Vozes, 1987.



Segundo Gallazzi, a situação econômica dos deportados também não havia se deteriorado. Muitos procuravam emprego nas cidades, sobretudo no comércio e até na carreira administrativa do império, sendo que alguns alcançaram boas posições e até prosperaram:

Muitos judeus seguiram o conselho de Jeremias (Jr. 29:4-5) e em Babilônia formaram família, compraram terreno em terra bem mais fértil do que a da Judéia. Muitos israelitas tinham conseguido ficar ricos. Esdras 2.69 e Neemias 7.71 nos dão o montante das ofertas que os judeus deram quando um grupo deles voltou para Jerusalém. Mesmo dando números diferentes, eles falam de quantias vultosas. A situação ainda melhorou, pois mais tarde, um século depois, quando outro grupo foi para Jerusalém, eles levaram mais ofertas<sup>69</sup>.

Nesse contexto, mais uma vez a visão da prosperidade envolvendo a parte do povo que já possuía bens em Jerusalém antes da queda da cidade, reaparece na medida em que a terra estrangeira se torna também um lugar de oportunidades e possibilidades de ganhos, Tognini é mais um autor que mostra alinhamento com a visão dos escritores pós exílicos no que diz respeito à prosperidade:

A política babilônica também ajudou os judeus de outra forma. Antes do exílio, eles se ocupavam quase exclusivamente de lavoura e pecuária. Os Anos de cativeiro converteram-nos em hábeis comerciantes. Muitos enriqueceram (em contraste, os que permaneceram em Judá viviam em extrema pobreza). Os Judeus ajudaram a construir edifícios, outros trabalharam em paz nos seus próprios lares.<sup>70</sup>

De fato, é possível afirmar que o povo pobre não fazia parte desses grupos e que não teriam condições de produzir riquezas dessa monta. Isso, certamente, foi alcançado por pessoas que já possuíam certas posses e que conseguiram se aliar aos conquistadores, conforme certifica Gallazzi, que traz a mesma visão de Pixley quanto ao sentido real do que acontecia com os exilados:

Espalhados dentro deste imenso império persa, os judeus não passam de pequenos grupos sem maior significação política. Eles são uma insignificante minoria que vive, lado a lado, da poderosa e intocável máquina burocrática do império persa. O judeu se preocupa então de estabelecer um relacionamento pacífico de convivência com a sociedade envolvente. Eles aceitam a situação de escravidão e procuram viver da melhor maneira possível, amparados por uma política persa que sempre lhes foi favorável. Os judeus da diáspora são um grupo politicamente

<sup>69</sup> GALLAZZI.1987, p. 18.

<sup>70</sup> TOGNINI, Enéas. *O período interbíblico: 400 anos de silêncio profético*. São Paulo: Hagnos, 2009, p. 56.

confiável e colaborador, que tenta se integrar, da melhor maneira, sem perder sua identidade cultural<sup>71</sup>.

A situação tornou-se mais complexa para os que voltaram desde o tempo de Esdras, que recebera o decreto do rei Ciro e regressara para reconstruir o templo, até o retorno de Neemias, que pedira permissão ao rei Artaxerxes para descer a Jerusalém para reconstruir os muros da velha cidade. Segundo Pixley, “O Dêutero-Isaias já havia anunciado a Ciro como o rei guiado pela mão de Javé para castigar as nações.”<sup>72</sup>

Naquele momento, a sociedade em Jerusalém ainda estava desorganizada. Era um composto dos pobres que ficaram e se reuniram para ajudar na reconstrução, alguns que não obtiveram êxito no exílio e os mais ricos que voltaram e retomaram suas terras e posses. De acordo com Pixley, foi um tempo de mais opressão e dificuldade:

O contraste entre Crônicas e os Dêutero-profetas é a expressão religiosa de um conflito de classes. É o enfrentamento do povo humilde do campo contra os exilados que voltaram a se instalar em Jerusalém, durante a dominação persa. Voltavam com a proteção do império e como os legítimos representantes da fé em Javé. Foi uma tentativa de roubar a fé do povo, convertendo-o em instrumento de sua própria depressão<sup>73</sup>.

Vale salientar, que nem todos os judeus voltaram depois do exílio com o Edito de Ciro. Eles continuavam a se reunir em sinagogas, como foi detalhado e oravam fazendo comentários ao conteúdo sagrado, conforme destaca Tognini:

Muitos Judeus continuaram na Babilônia; outros se valeram da oportunidade para se transferir para outros pontos do mundo. Esse fenômeno chama-se dispersão. Impelidos a prestar culto ao Senhor, os Judeus começaram em cada cidade a se reunir em casa de uma família e liam ali o Antigo Testamento, oravam, adoravam ao Senhor, cantavam salmos e, no final, ouviam um comentário da Lei.<sup>74</sup>

Entretanto, dentro do grupo que retornou, a atividade profética existente, principalmente do profeta Ageu naquele período, se dirigia à classe alta de Jerusalém, ou seja, desde a queda diante dos Caldeus, a deportação, o exílio e o

---

<sup>71</sup> GALLAZZI, 1987, p.19.

<sup>72</sup> PIXLEY, 1999, p. 91.

<sup>73</sup> PIXLEY, 1999, p. 100.

<sup>74</sup> TOGNINI, 2009, p. 78.

retorno para a capital, a palavra de admoestação fora direcionada para os ricos, conforme assevera Donner:

A atividade profética de Ageu dirigia-se à Classe Alta de Jerusalém que fora repatriada. Esta fundamentava a sua hesitação quanto à nova construção do templo na pobreza da comunidade, na parca produção dos campos, na miséria econômica generalizada, à qual todo mundo tinha de fazer frente. O profeta, no entanto, interpreta a miséria como consequência da hesitação em construir o novo templo: Javé está retendo a produção da terra porque não ganha seu templo (Ageu 1.5,9-11)<sup>75</sup>

As pessoas no trabalho de reconstrução, especialmente os mais pobres, estavam ainda mais necessitadas e indignadas. Ao que parece, no primeiro momento, ricos e pobres voltavam a conviver, mas mantendo a distância social de outrora, conforme o texto de Neemias:

Foi, porém, grande o clamor do povo e de suas mulheres, contra os judeus, seus irmãos. Porque havia quem dizia: Nós, nossos filhos e nossas filhas, somos muitos; então tomemos trigo, para que comamos e vivamos. Também havia quem dizia: As nossas terras, as nossas vinhas e as nossas casas empenhamos, para tomarmos trigo nesta fome. (Neemias 5.1-3)

De acordo com Rossi, além da exploração e do empobrecimento que ocorriam de forma dupla, o ambiente em que se encontrava o povo permitiu a criação de uma linguagem teológica com o objetivo de justificar a dor e o sofrimento:

Não podemos deixar de mencionar que não somente a situação político-econômica e social do povo se alterou substancialmente, mas também novos temas e práticas teológicas foram inseridos como referencial pelo e para o povo que estava no exílio. É diante desse novo tempo que se fortalece, por exemplo, a crença de que a riqueza era um sinal irrefutável da bênção de Deus. Os mais puros seriam os mais ricos e os impuros seriam os pobres. Anteriormente o sinal da bênção de Deus era a posse da terra (Genesis 12:1), mas agora o sinal da bênção e da presença de Deus passava a ser a riqueza.<sup>76</sup>

Os escritos do profeta Neemias mostram que a revolta dos pobres não era dirigida contra Deus, nem contra os inimigos da obra de reconstrução, mas sim contra os seus irmãos próprios irmãos judeus. O povo pobre protestava contra os

<sup>75</sup> DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos: da época da divisão do reino até Alexandre Magno*. São Leopoldo: Sinodal, 1997, p.467.

<sup>76</sup> ROSSI, L Alexandre Solano. *Origem do sofrimento do pobre: teologia e antiteologia no livro de Jó*. São Paulo: Paulus, 2018.

ricos, contra aqueles que os oprimiam e exploravam. De acordo com Champlin, Neemias convoca e adverte os nobres e oficiais, condenando aquelas práticas:

Neemias convocou os nobres e dirigentes, que eram aqueles que estavam oprimindo os pobres irmãos. Repreende-os por estar cobrando juros e empréstimos, o que era estritamente proibido pela lei mosaica. Neemias convocou uma assembleia geral para cuidar da questão. Ele não permitiu que a questão fosse discutida somente pela elite. A nação inteira armou-se acerca dos abusos.<sup>77</sup>

Neemias deixa claro que a usura era proibida pelo Senhor, e os nobres e ricos o sabiam muito bem (Levítico 25.35-36). Para ele, pagamento justo era cabível, mas cobrar taxas exorbitantes e escravizar os que não podiam pagar era absurdo e condenável por Deus. Depois do apelo de Neemias, Esdras, o sacerdote, trouxe a Lei perante a congregação, tanto de homens como de mulheres e de todos os que eram capazes de entender o que ouviam.

Esdras abriu o livro à vista de todo o povo, porque estava acima dele; abrindo-o ele, todo o povo se pôs em pé. Esdras bendisse ao Senhor, o grande Deus; e todo o povo respondeu: Amém! Amém! E, levantando as mãos; inclinaram-se e adoraram o Senhor, com o rosto em terra. (Ne. 8:5-6)

Segundo Pixley, a leitura da lei por Esdras em uma assembleia solene de sete dias recordava a proclamação do Livro da Aliança, o Deuteronômio, nos tempos de Josias, e faz pensar que se trate de sua primeira apresentação oficial, com respaldo das autoridades persas, não somente da província, mas também do império.<sup>78</sup> De acordo com Konings, A Lei de Deus, chancelada pelos persas, foi de vital importância para comunidade pós-exílio:

O Pentateuco possibilitou à comunidade pós-exílica reorganizar-se depois das tragédias de 721 a. C., tomada de Samaria pelos Assírios e 587 a. C., destruição de Jerusalém pelas tropas babilônicas. Quando o governo persa autorizou a volta dos deportados (538 a.C.), foi necessário alicerçar a comunidade em torno de novas instituições. O Pentateuco funcionou como um projeto de vida em comunidade no pós-exílio, como uma espécie de constituição nacional. Israel era desafiado a colocar as bases de sua identidade, prescindindo da identidade política, pois os persas proibiam a organização de um estado independente. O processo de afirmação da própria identidade fazia-se necessário em face ao perigo de Israel desaparecer ou ser assimilado pela potência hegemônica.

<sup>77</sup> CHAMPLIN, Russell Norman. *O Antigo Testamento Interpretado: versículo por versículo*. São Paulo: Hagnos, 2001, v.6. p. 1790.

<sup>78</sup> PIXLEY, 1999, p. 96.

Nesse interim, a esperança messiânica rejuvenesce, a exemplo de outros períodos conturbados e belicosos da história do povo de Israel. Segundo Tognini, o povo estava convencido de que era o eleito de Jeová e tinham uma concepção muito particular do Messias:

O Messias era concebido pelo povo de modo particular em cada época e de acordo com as circunstâncias vigentes. Por certo, Eva julgou ser Sete o Messias. Igualmente Léia e Raquel pensaram o mesmo acerca de algum de seus filhos. Nos períodos de paz, o Messias era um rei glorioso. Nos períodos de opressão, era o libertador; e foi desse modo que Isaías o apresentou aos cativos de Sião. Alguns Judeus julgaram ser Ciro o Messias. Nas guerras macabeias, nos últimos anos do período interbíblico e nos dias do Novo Testamento até o ano de 70 d.C., o Messias era esperado como o libertador, o redentor de Israel. Hoje os Judeus o esperam como restaurador.<sup>79</sup>

Alguns anos à frente, mas no mesmo contexto, a atuação do profeta Zacarias, um homem de origem sacerdotal (Ne 12.16), apresenta em seu conteúdo profético a mesma perspectiva abordada por Tognini. De acordo com Donner, o profeta trazia uma mensagem messiânica revelada através de visões recebidas no decurso de uma noite:

De grande interesse é a contribuição de Zacarias para o messianismo. Ele proclamou o comissário de repatriação Zorobabel e o sacerdote Josué como soberanos messiânicos. Um como chefe político profano e o outro como chefe espiritual da comunidade. Essa esquisita divisão da dignidade messiânica é um sintoma do aumento da importância do sacerdócio na época pós-exílio. Com o fim da monarquia davídica, os sacerdotes, desde a reforma josiânica, haviam perdido seu status de funcionários régios. Não era mais o rei que estava à frente dos sacerdotes, mas o sumo sacerdote.<sup>80</sup>

Neste enfoque quanto à liderança do povo, apesar do profeta designar a existência de um poder secular e outro expoente para a condução espiritual, evidenciava a volta da importância do sacerdócio, bem como reforçava a linha de pensamento teológico messiânico.

Estes apontamentos mostram que o segmento sacerdotal, de fato, se empodera nesse período de retorno à Judá em detrimento à figura política da liderança temporal, que não será mais a mesma referência do passado antes do exílio. Logicamente que os sacerdotes vão se apoiar em escritos antigos selecionados e dogmas, que lhes interessavam, bem como a agricultores, para

---

<sup>79</sup> TOGNINI, 2009, p. 79.

<sup>80</sup> DONNER, 1997, p.468.

exercer sua hegemonia sobre o povo, atitude reforçada pelas sucessivas invasões de povos conquistadores que, subjugando Israel, levaram o povo à submissão a este modelo de liderança, conforme aponta Stegemann:

Na Torá, que tomou a sua forma atual justamente no período persa, uma parte dessa tradição tornou-se a base normativa da tradição, de modo que a sua legislação social e cultural já estava fixada como obrigatória nas épocas que nos interessam. Alguns pontos depõem a favor de que, nessa tradição, em termos socioeconômicos tenha ocorrido certo equilíbrio, sobretudo entre os interesses dos agricultores (Por exemplo, na proibição do juro) e os sacerdotes (Por exemplo, no direito tributário), equilíbrio que foi levado à condição de tradição legal sagrada.<sup>81</sup>

Assim se formava um povo menos suscetível à idolatria, sem um rei legítimo da Casa Davídica, ainda mais pobre que outrora, liderados por religiosos que exerciam e validavam a opressão e exploração dos mais abastados, mas também um povo cheio de expectativas quanto à vinda de um Messias libertador, oriundo de uma tendência apocalíptica que ganhou força no período pós-exílico, conforme conclui Stegemann:

Ao lado das grandes correntes principais e tendências fundamentais, cujos primórdios remontam à fase inicial do conflito do povo judeu com os reinos helenísticos, há uma série de fenômenos religiosos no período herodiano-romano que, como o apocalipsismo, podem ser interpretados como razões indiretas de protesto frente ao caos econômico-social e político-religioso na terra de Israel.<sup>82</sup>

Este será pano de fundo para as comunidades no tempo de Jesus, em particular nos registros efetuados pelo evangelista Lucas.

### 3 A RIQUEZA NO EVANGELHO DE LUCAS

“O dinheiro não fechará as portas do céu para nós, se nossos corações estiverem em retidão diante de Deus.”

J. C. Ryle

<sup>81</sup> STEGEMANN, Ekehard W. *História social do protocristianismo*. Tradução Nélcio Schneider. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulus, 2004, p. 122.

<sup>82</sup> STEGEMANN, 2004, p. 190.

Este trabalho pretende investigar se há equilíbrio entre o Antigo e Novo Testamento e, auxiliado por outros títulos publicados sobre a temática, descobrir se as riquezas representam de alguma forma um perigo para os ricos no tocante à espiritualidade e à salvação. Para isso, nessa comparação, adotar-se-á o Evangelho de Lucas como referência para a análise descrita, dada a sua proximidade com a temática da pesquisa e da quantidade de elementos presentes no conteúdo desse evangelho que podem colaborar com busca das respostas que esse trabalho se propõe.

Pretende-se avaliar alguns textos e narrativas Lucanas envolvendo Jesus e as pessoas do seu tempo, desde aquelas que detinham o poder e a liderança política e religiosa, até os donos dos meios de produção, os quais exerciam influência na sociedade em função do poder econômico.

Entretanto, para comentar sobre esse compêndio do Novo Testamento, seus argumentos e enfoques sobre pobres e ricos, faz-se necessário conhecer sua origem (autoria, data, local), aspectos literários, destinatários, bem como o contexto social da época.

Segundo F.F Bruce, todos os Evangelhos são anônimos, mas a tradição antiga lhe atribuiu nomes<sup>83</sup>. Segundo Carson, a maioria dos críticos concorda que Lucas e Atos procedem do mesmo autor e completa que o estilo e o vocabulário são aqueles que se esperaria de um mesmo autor e não se apresentou motivos para questionamentos.<sup>84</sup>

Sendo a atribuição correta, ou que seja exatamente como aceitamos, quem era Lucas? Nenhum Evangelho afirma que Lucas conheceu Jesus, o que leva a crer que ele realmente elaborou uma cuidadosa pesquisa para reunir todas as informações que dispôs em sua obra.

Quanto a data de composição da obra, F.F. Bruce, afirma que é muito difícil estabelecer uma data em função da existência de três opiniões principais. Mas, segundo ele, a data que provavelmente é mais defendida é a de que Lucas foi

---

<sup>83</sup> BRUCE F.F. Comentário bíblico NVI: Antigo e Novo Testamento. Tradução de Valdemar Kroger. São Paulo: Editora Vida, 2008, p. 1637.

<sup>84</sup> CARSON, D.A. *Introdução ao Novo Testamento*. Tradução Márcio Loureiro Redondo. São Paulo: Vida Nova, 1997, p. 125.

escrito em torno de 80-85 d.C.<sup>85</sup>, informação que se aproxima da data defendida por Carson, que situa o escrito entre 75-85 d.C.<sup>86</sup>

Apesar das dificuldades em se firmar um local exato da composição do terceiro evangelho, há certa tendência entre os estudiosos de concordarem com a região fora da Palestina, possivelmente, segundo Carson, Antioquia ou Acaia.<sup>87</sup>

Na abordagem de Kümmel sobre a relação literária entre os três primeiros Evangelhos do Cânon, apresentando o histórico das discussões e destacando as principais teorias a respeito da origem e ligação entre eles, o comentarista elenca hipóteses que defendem a existência do material exclusivo que Lucas teria utilizado, e que por isso diverge de Marcos e Mateus<sup>88</sup>, dentre as quais destacamos:

- 1) A hipótese de um evangelho primitivo - Versa que existiu um evangelho primitivo, do qual os evangelistas fizeram suas versões.
- 2) A hipótese do fragmento - Apresentada pelos defensores desta teoria é que havia resumos das atividades de Jesus, que foram consultados pelos evangelistas, o que fez com que entre eles tivessem elementos semelhantes e distintos.
- 3) A hipótese da tradição - Esta hipótese afirma que, ao invés de evangelhos escritos, o que circulavam eram tradições orais uniformes, que se desenvolveram espontaneamente em Jerusalém a partir dos apóstolos para uso na pregação.
- 4) A hipótese da utilização - As hipóteses da existência de um evangelho primitivo; hipótese do fragmento ou hipótese "Diegesis"; e a hipótese da tradição afirmam que os sinóticos surgiram sem ligação literária direta entre si. Mas os pontos de contato entre os evangelhos apontam para uma dependência literária entre si.

Para Carson, É improvável que Lucas tenha usado um só documento como base da sua obra e que o mais aceitável seria pensar que ele esteve ocupado com fontes "L" com "Q" antes de conhecer o evangelho de Marcos. Quando recebeu o exemplar de Marcos, inseriu a maior parte dele na narrativa que vinha

---

<sup>85</sup> BRUCE, 2008, p. 1637.

<sup>86</sup> CARSON, 1997, p. 129.

<sup>87</sup> CARSON, 1997, p. 129.

<sup>88</sup> KÜMMEL, Werner Georg. *Introdução ao Novo Testamento*. 17ª ed. Tradução Isabel F. Leal Ferreira e João Paixão Neto. São Paulo: Paulus, 1982, p.41- 44.



trabalhando.<sup>89</sup> Segundo Edwards, os 175 versículos que Lucas e Mateus compartilham, podem ter vindo dessas combinações.

Em estudos recentes, segundo Carson, Lucas é visto como um dos grandes teólogos da igreja primitiva.<sup>90</sup> Sobretudo, quanto ao interesse de Lucas para com a sua própria obra, diante de algumas declarações de Jesus que registrou sobre a proximidade do juízo (Lucas 18.7-8) ou mesmo da parousia (Lucas 21.32) Carson afirma o seguinte:

Devemos levar em consideração o profundo interesse que Lucas tem pela escatologia. Não há qualquer argumento válido para pensar que Lucas foi essencialmente diferente dos outros escritores do Novo Testamento em sua atitude frente à escatologia.<sup>91</sup>

Logo, é de se refletir que o evangelho de Lucas trás consigo forte influência desse estado iminente da parousia, lançando essa mesma percepção para a Igreja primitiva que vivia dia a dia nessa mesma expectativa. Isso sem citar a própria influência paulina com quem o autor caminhou em diversos momentos, em muitos locais e regiões diferentes, inclusive tendo acesso aos seus escritos ou mesmo ouvindo o que o apóstolo Paulo falava em suas epístolas, principalmente quanto ao final dos tempos (I Tessalonicenses 4.15), conforme assevera Carson.<sup>92</sup>

Quanto aos destinatários do Evangelho Lucano, apesar do direcionamento do Livro a Teófilo, Carson infere que, a extensa pesquisa e a grande quantidade de informações, certamente refletiam o desejo de Lucas de atingir um público mais amplo:

O prefácio literário dá a entender que desde o início o objetivo era que o livro fosse lido, não por um pequeno grupo de crentes, mas presumivelmente por um grande público. O cuidado com que Lucas organizou uma quantidade tão grande de informações parece indicar que ele tinha em vista um público mais amplo [...] Ele teve em mente cristãos predominantemente gentílicos, conforme podemos perceber a partida da dedicatória a alguém com nome grego, a maneira como ele mostra claramente a relevância da salvação para pessoas fora da comunidade de Israel e o estilo greco-romano de seu prefácio. Ele evita principalmente palavras aramaicas como “Rabi”.

Segundo Lucas, as condições sociais no tempo em que Jesus viveu seu ministério eram péssimas. A maior parte da população enfrentava sérias dificuldades

---

<sup>89</sup> CARSON, 1997, p. 135.

<sup>90</sup> CARSON, 1997, p. 138.

<sup>91</sup> CARSON, 1997, p. 139.

<sup>92</sup> CARSON, 1997, p. 140.

de subsistência, ao tempo em que a concentração de renda e as exigências religiosas eram absurdas.

A terra que sempre fora o bem maior daquelas pessoas não lhes pertencia mais. Contudo, além de terem perdido suas terras, os Romanos dominavam sobre eles, tirando-lhes também a liberdade política. Não possuíam condições ou recursos para tentar mudar esse quadro, conforme observa Costalunga e Souza:

Dessa forma, torna-se evidente que as camadas sociais da população apresentavam sérias diferenças. Bem no alto, encontrava-se uma inchada faixa de latifundiários, que se podia dar ao luxo de morar numa casa em Jerusalém. Embaixo, ficava a massa dos pobres agricultores e diaristas, e eram estes os que se achavam em pior condição de vida.<sup>93</sup>

O sistema tributário romano era implacável e ganancioso. Eles impunham um modelo socioeconômico agressivo de arrecadação em todas as colônias. Altos tributos, taxas, arrendamento e mesmo confisco de propriedades ocorriam. Além disso, o sistema sempre se mostrou hostil aos Judeus, como afirma Rops:

Os impostos cobrados por agentes do tesouro imperial incluíam de um lado um imposto sobre bens imóveis, afetando produtores e proprietários de terras e que era pago em espécie, calculando na base de 205 a 25% de toda a produção. Eram arrecadados em praças, pontes, encruzilhadas e entrada de cidades.<sup>94</sup>

Por outro lado, diante da situação de calamidade e falta de perspectivas futuras, falsos messias, baseados em profecias antigas, surgiam enganando o povo já sofrido, impondo além do sofrimento físico e material, também o sofrimento psíquico e espiritual. Este era o cenário citado por Rops:

O equilíbrio da sociedade parecia incerto e sua solidez precária. A inimizade entre as classes irrompia constantemente ao menor pretexto, tomando cores. O povo comum sentindo-se miserável, se apegava a qualquer esperança e a quaisquer homens que, guardando a fé, lhes oferecessem um futuro melhor.<sup>95</sup>

Para Casalegno, grande parte do poder econômico estava concentrada nas mãos das classes altas, da nobreza sacerdotal e de famílias influentes, que

<sup>93</sup> COSTALUNGA, Agnese; SOUZA, Tarlei N. Pádua. *Ética econômica e solidariedade na Obra Lucana*. Florianópolis: Encontros teológicos.v. 34. n.3. 2019, p. 580.

<sup>94</sup> DANIEL-ROPS, Henri. *A vida diária nos tempos de Jesus*. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 187.

<sup>95</sup> DANIEL-ROPS, 2008, p. 181.

consolidaram seu patrimônio e o asseguraram através de tramas políticas e acordos com a realeza, o que agrava a desigualdade:

Grande parte dos problemas da Palestina da época de Jesus. Remonta a Herodes, o Grande, e à sua política de beneficiar seus colaboradores e amigos, a formação das grandes propriedades de terra e do latifúndio. Esta realidade reduz os arrendatários a uma condição de submissão aos patrões, não estimula a produção e impede o desenvolvimento de uma economia de concorrência.<sup>96</sup>

É diante dessa realidade que Lucas constrói sua narrativa. A pobreza ia além da posse de bens, percebe-se que ela adentrava áreas impensáveis do ser humano, causando um estrago tão grande quanto a fome ou as patologias que assolavam na época. Nesse sentido, como se fosse um antídoto ao mal, a teologia Lucana propõe uma boa notícia para os pobres: O Salvador chegou. (Lucas 2.10-11)

Mas e os ricos? Qual a sua parcela de culpa nessa situação? E os líderes os religiosos, o que faziam para amenizar o sofrimento dos desfavorecidos? E porque a mensagem de Lucas foi direcionado a expor essa situação?

O Evangelho de Lucas é uma fonte excelente para estudo e conhecimento da vida de Jesus e das suas interações com Judeus, galileus, samaritanos e povos próximos alcançados em suas andanças. Segundo Edwards<sup>97</sup>, nenhum autor não judeu da antiguidade informa sobre o judaísmo, a adoração judaica na sinagoga e no templo, e as práticas e grupos judaicos com mais conhecimento e exatidão e positividade do que Lucas.

O evangelista conhecia bem a fragilidade humana e sabia que as pessoas não seriam capazes de guardar o que fora realizado e vivido por Jesus em seus três anos de ministério na terra. Ele é o único dos evangelistas que expõe as suas fontes de os elementos que nortearam a sua pesquisa.<sup>98</sup>

Em seu escrito, Lucas destaca as carências e necessidades dos pobres que viviam nas regiões por onde Jesus pregou o Evangelho, executando curas e milagres junto a essa camada da população. Em seu relato ele aponta situações de que Jesus teria preferência pelos pobres, uma vez que trazia em sua mensagem fortes denúncias contra os ricos (Lucas 6.24-26), ao tempo em que se identificava com os necessitados conforme assevera Kümmel:

<sup>96</sup> CASALEGNO, Alberto S.J. *Pobreza e riqueza no evangelho de Lucas*. Tradução José Otacílio Leite Belo Horizonte:1988, n.20, p.18.

<sup>97</sup> EDWARDS, 2019, p. 43.

<sup>98</sup> KÜMMEL, 2009, p. 156.

Além da ênfase nos sentimentos de simpatia de Jesus, chama a atenção o fato de ser em Lucas, mais do que em Marcos e Mateus, que Jesus expressa o amor de Deus pelos desprezados deste mundo, tanto com as atitudes como com a sua mensagem. Assim vemos expressa a sua simpatia com pecadores, os samaritanos e as mulheres. Isso expressa também a rejeição dos ricos.<sup>99</sup>

Nota-se que essas denúncias corroboravam com os oráculos dos profetas pré-exílio, a saber, os principais Amós e Miquéias, que também repreenderam ricos e autoridades pela ganância e opressão contra os pobres.

Ai dos que dormem em camas de marfim, e se estendem sobre os seus leitos, e comem os cordeiros do rebanho, e os bezerros do meio do curral. Que cantam ao som da viola, e inventam para si instrumentos musicais, assim como Davi; Que bebem vinho em taças, e se ungem com o mais excelente óleo: mas não se afligem pela ruína de José [...] (Amós 6:4-6)<sup>100</sup>

Lucas se ocupa ainda em destacar a pobreza do próprio Jesus quando detalha o ambiente do nascimento do filho de Maria deitado em uma humilde manjedoura, após uma longa e penosa viagem para alistamento (Lucas 2.7). No decorrer do texto, Lucas vai ampliar a categoria dos pobres, como afirma Casalegno:

A sociedade com que Jesus toma contato e em que se encarna sua ação apresenta classes profundamente diversificadas no que se refere a suas rendas. Lucas é particularmente sensível a esta realidade. Trata-se dos efetivamente necessitados, no sentido concreto da palavra: de fato, ele não conhece o ermo abstrato “pobreza” e nas bem-aventuranças especifica o que o auditório de Jesus são mesmo os pobres, os miseráveis, não pobres de espírito, idealizando, assim, o desapego dos bens e fazendo dele uma virtude do Cristão.<sup>101</sup>

O próprio cântico de Maria, o Magnificat, quando ela visita Isabel (Lucas 1.46-55), demonstra em sua essência como a poderosa mão de Deus agiu em favor dos pobres e desbancou os ricos em seu poder e riqueza. É o que afirma Lohfink:

O Magnificat é um testemunho da “espiritualidade dos pobres” já pelo fato que a orante se considera “pobre” e, de acordo com isso, reconhece o Deus, cujo louvor entoava como “protetor dos pobres. Partindo do fato de que em nosso mundo dos pobres se espera antes o pedir que o louvar, com base no Magnificat, poderíamos acrescentar como terceira característica

<sup>99</sup> KÜMMEL, 1982. p.172.

<sup>100</sup> Bíblia Sagrada. Tradução João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2007. Todas as citações bíblicas inseridas nesta obra estão referenciadas na versão ACF.

<sup>101</sup> CASALEGNO, 1988, p.09.

que aqui a “espiritualidade dos pobres” se apresenta com a nota de vitoriosa.<sup>102</sup>

De acordo com Anselm Grün, a linguagem de Lucas quer provar que ele é mais do que um escritor. Lucas mostra interesse em ajudar os outros através das suas anotações e observações. Ele que se preocupa com as pessoas:

É a Lucas que devemos as mais belas narrativas bíblicas, como por exemplo, a dos discípulos de Emaús; também as mais belas parábolas (O filho reencontrado; o gerente astuto). Lucas sabe fascinar o leitor. Isso mostra não apenas a sua formação, mas também o seu senso estético e humanitário. Ele é sensível ao humano, ama as pessoas para as quais escreve. Ao escrever, ele se relaciona com o leitor. Lucas quer conquistar o seu leitor para Jesus: não com argumentos frios, mas com narrações que mexem com o coração.<sup>103</sup>

Por outro lado, quando o assunto é a questão dos ricos, as abordagens e narrativas do evangelista são sempre carregadas de expressões de advertências sinais de alerta, ou mesmo indicativo de desprendimento das suas posses, independente da categoria que pertencem, mas desde que sejam abastados ou com influência. Isso fica evidente em 11 parábolas exclusivas do seu compêndio.

Com intuito de compreender o perigo para os ricos, destacado na titulação deste trabalho, e de possíveis indicativos de acolhimento, quer seja por mudança consciente de atitude, quer seja por ação milagrosa da graça de Deus, a abordagem nesse capítulo será disposta nas seguintes perspectivas:

- 1) Os grupos religiosos e políticos
- 2) A destacada preferência pelos necessitados
- 3) A visão sobre os ricos.

### 3.1 OS GRUPOS RELIGIOSOS

Os sacerdotes se achavam divididos em vinte e quatro classes e esta divisão data de Davi, conforme I Crônicas 24.7-19. Segundo Donner, estes haviam perdido poder após o fim da dinastia davídica, voltaram a crescer em importância no exílio e à posteriori, chegando bastante empoderados no tempo de Jesus.<sup>104</sup> Cada

<sup>102</sup> LOHFINK, Norbert. *Hinos dos pobres: o Magnificat, os Hodayot de Qumran e alguns salmos tardios*. Edições Loyola, 2001, p. 16.

<sup>103</sup> GRÜN, Anselm. *Jesus modelo do ser humano: o Evangelho de Lucas*. Tradução Fredericus Antonius Stein. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p.22.

<sup>104</sup> DONNER, 1997, p.468.

classe oficiava por sua vez durante a semana. (Lucas 1.1-10). De acordo com Rops havia certa disputa de interesses entre essas classes:

A classe que oficiava durante a semana ficava com o controle dos pátios, dos bens do templo e até mesmo dos julgamentos de crimes ocorridos nos recintos sagrados. As classes mais favorecidas eram aquelas cujo turno coincidia com as grandes festas, pois as ofertas e sacrifícios aumentavam enormemente nessas ocasiões: das vinte e quatro classes algumas tinham, portanto uma posição mais elevada do que as outras. O primeiro capítulo de Lucas menciona todos esses costumes ao falar de Zacarias, que viria a ser o pai de João Batista. Zacarias pertencia à classe de Abias, uma das mais respeitadas.

Nesse ambiente clerical, estavam também os levitas, descendentes da tribo de Levi, que auxiliavam nos trabalhos do templo e nos sacrifícios, conforme acrescenta Rops:

Eles ajudavam os sacerdotes nos sacrifícios, desmembravam e tiravam a pele dos animais, faziam o pão da proposição e cuidavam dos depósitos e dos vasos sagrados. Em resumo, eram os maceiros e sacristãos, assim como secretários dos administradores do Templo e os escrivães e recepcionistas do Sinédrio. A posição era razoável e bem paga. Foi dito que os levitas recebiam metade do dízimo, sendo todos isentos de impostos.<sup>105</sup>

Isso também transmitia conotações espirituais no tocante às relações sociais, haja vista que são esses agentes religiosos que participam desse ambiente sociocultural, interferindo na forma de vida do povo com sua posição social e visão político-religiosa, como destaca Joachim Jeremias se referindo a esse mesmo clero: “Com efeito, no tempo de Jesus, Israel é puramente uma teocracia. Assim o clero que, em primeiro lugar, compõe a nobreza e, no período em que não há rei, o pontífice em exercício, é a personagem mais importante do povo.”<sup>106</sup>

Quanto ao crescimento do domínio sacerdotal, Lutero destaca essa situação como real apropriação do poder, pela decadência da dinastia davídica que é claro, não pertencia à linhagem sacerdotal:

O tronco real e a linhagem de Davi verdejaram e floresceram em grande honra, poder, riqueza e felicidade nos tempos de Davi e Salomão. Mas quando apareceu Cristo, os sacerdotes tinha se apossado dessa honra e governavam sozinhos. A casa real de Davi, pobre e desprezada, era como um tronco morto. Não se podia esperar nem era possível que dela ainda pudesse surgir um rei com grande honra. Justamente quando a casa real de

<sup>105</sup> DANIEL - ROPS, 2009, p. 429.

<sup>106</sup> JEREMIAS, Joachim. *Jerusalém no tempo de Jesus: pesquisas de história econômico-social no período neotestamentário*. São Paulo: Paulinas, 1983, p. 208.

Davi chegara ao topo de sua insignificância, Cristo nasceu do tronco desprezado, da humilde e pobre mocinha.<sup>107</sup>

Uma vez apontadas a influência e a autoridade do clero, destaca-se primeiramente entre os diversos grupos a analisar, pelo ceticismo, os Saduceus. Grupo religioso da chamada nobreza sacerdotal, cujo nome estava relacionado ao sacerdote Sadoc (Zadoque), nomeado por Salomão e que de sua estirpe era indispensável descender o sacerdote, conforme aponta Tognini: “A linhagem de Zadoque permaneceu no sumo sacerdócio até o cativo babilônico” (I Crônicas 6.8-12). Depois do exílio, quando Jerusalém foi restaurada, os descendentes de Zadoque continuaram no sumo sacerdócio.<sup>108</sup>

Nas narrativas de Lucas, Jesus não teve grandes embates com os Saduceus. Apesar de discussões em se tratando da vida após a morte. Eles não criam na ressurreição ou coisas vindouras e, politicamente, eram citados como próximos aos romanos. Sobre o saduceísmo e suas ações político-religiosas, Schubert infere:

Como os sacerdotes de Qumrã, também o nome dos saduceus vem de família sacerdotal de Sadoc. Enquanto os sacerdotes de Qumrã eram apocalípticos extremistas, os Saduceus eram um partido nacional-liberal da alta burguesia. Diante da tendência assimiladora do saduceísmo, esquece-se muitas vezes o seu componente nacional. Deste modo, os Saduceus são, com frequência, considerados simplesmente como o partido dos que, por motivos econômicos, se adaptavam à dominação romana. [...] Os Saduceus rejeitavam ainda a doutrina dos espíritos bons e maus e a imagem dualista do mundo com ela relacionada. Entre todos os grupos judeus, os saduceus eram os que negavam mais exatamente qualquer tipo de predestinação das ações humanas.<sup>109</sup>

Quanto à preocupação com sentenças messiânicas e escatológicas já se destacavam desde o pós-exílio, intensificando no período Macabeu, quando novos grupos religiosos começaram a se formar, arrogando para si o dom de servos legítimos, defensores da fé judaica perante a forte helenização praticada pelos gregos e verdadeiros guardiões dos valores espirituais, conforme afirma Schubert se referindo ao movimento dos Assideus:

<sup>107</sup> LUTERO, Martim. *Magnificat: O Louvor de Maria*. Aparecida: Editora Santuário, 2021, p. 45.

<sup>108</sup> TOGNINI, 2009, p.158

<sup>109</sup> SCHUBERT, Kurt. Os partidos religiosos hebraicos da época neotestamentária. São Paulo: Paulinas, 1979, p.18.

Estes Assideus já existiam no início da revolta Macabéia (167 a.C.). Provavelmente o movimento existe desde o começo do século II a.C. Compreende-se que eles tiveram origem em círculos sacerdotais-apocalípticos que olhavam com ceticismo o culto praticado no templo de Jerusalém. Sustentavam que o culto em Jerusalém era celebrado segundo um calendário errado, e que somente eles possuíam o calendário exato de 364 dias. Consideravam completamente não consagrado o templo de Jerusalém e esperavam, por isto, um novo templo, que devia descer do céu, e uma Jerusalém celeste.<sup>110</sup>

Os Assideus, traduzidos por “piedosos” por Schubert, também deram origem aos Fariseus, dissidentes do movimento, e Essênios, ala radical que permaneceu defendendo argumentações apocalípticas. De acordo com Schubert, textos encontrados em escavações em Qumrã dão suporte para este argumento: “Estas fontes demonstram que os Fariseus não eram o único grupo procedente dos Assideus e que os Essênios eram Assideus muito mais coerentes do que os Fariseus.”<sup>111</sup>

Os Fariseus foram assim designados em função de ser um movimento separatista, como foi visto, que se autodenominavam “separados”, que diz respeito ao seu ideal de santidade ritual.<sup>112</sup> Entretanto, para Reicke, eles eram um partido burguês, mas que trazia em seus dogmas o ideal de pureza revelado por Deus através da Torá e da tradição para sociedade:

Tanto no Novo Testamento como em Josefo, mais muito mais ainda na literatura rabínica, os fariseus aparecem como um partido burguês muito expansivo, com pronunciadas relações social e formas de comunidade. A teoria fundamental dos Fariseus formou-se como um sistema totalmente relacionado com a revelação e a sociedade avançada e idealista para a realização das ideias da Aliança. Deus teria, através da Bíblia, da tradição e dos doutores da Lei as normas de Pureza e os fariseus queria desdobrar esta revelação e fazê-la útil à sociedade, de modo que cada judeu pudesse realizar este ideal do Povo de Deus.<sup>113</sup>

Segundo Reicke, para preservar e desenvolver a pureza deste Levítico Povo de Deus, os doutores da Lei deviam conhecer a fundo os mandamentos e prescrições e explica-las.<sup>114</sup> Isto os tornava responsáveis por essa missão, o que abria espaço também para os Escribas e Doutores (Rabi), aos quais cabia a

<sup>110</sup> SCHUBERT, 1979, p.18.

<sup>111</sup> SCHUBERT, 1979, p. 21.

<sup>112</sup> SCHUBERT, 1979, p. 23.

<sup>113</sup> REICKE, Bo. *História do tempo do Novo Testamento: o mundo bíblico de 500 a.C. até 100 d.C.* São Paulo: Paulus, 1996, p.134.

<sup>114</sup> REICKE, 1996, p. 134.



interpretação da Lei para realização do ideal. De acordo com Tognini, os Fariseus, dentre outras doutrinas, prezavam pelos seguintes dogmas<sup>115</sup>:

- 1) Livre-arbítrio do homem, criado por Deus.
- 2) A alma imortal. Após a existência terra continua vivendo.
- 3) A ressurreição do corpo.
- 4) No mundo além, recompensa para os justos e castigo para os maus.
- 5) Existência de outros espíritos bons e maus.

Os Zelotes eram conhecidos como “galileus” porque o seu fundador era da Galileia. Judas de Gâmalá e um fariseu Zaduc levaram o povo a resistir aos romanos dizendo que pagar-lhes tributo era um sacrilégio à Lei de Moisés e, portanto, não pagavam impostos a César.<sup>116</sup> O nome “Zelote” foi dado pelo seu fanatismo em observar a Lei de Moisés. Achavam que essa Lei devia ser guardada à custa da espada. Sobre esse sentimento nacionalista que não se alinhava à missão de Jesus, Goppelt infere:

Os zelotes reconheciam apenas Deus como o seu senhor e rei e negavam-se, por isso, a reconhecer o imperador romano através do pagamento de impostos. Resistiam por meio de guerrilhas e levaram o povo à revolta messiânica contra Roma em 66 d.C. Sob o ponto de vista político, a revolta era sem sentido, mas eles esperaram até o fim pelo milagre de Deus.<sup>117</sup>

Em termos doutrinários, os zelotes se igualavam aos conceituados Fariseus, dos quais tiveram origem. Destes distinguiam pelo acentuado amor à liberdade e o desprezo à própria vida. (Tognini)<sup>118</sup> Apesar de Jesus contar com um zelote entre seus discípulos (Lucas 6.15), Ele recriminava o caminho tomado por eles, conforme registra Goppelt:

Jesus condena esse caminho, ao eliminar as suas premissas. Sua resposta parte da moeda que, na época, possibilita o comércio. Com isso ele ignora a posição teocrática de Israel bem como sua lei e aponta para a vontade de Deus como o senhor da história.<sup>119</sup>

---

<sup>115</sup> TOGNINI, 2009, p. 153.

<sup>116</sup> TOGNINI, 2009, p. 169.

<sup>117</sup> GOPPELT, Leonhard, *Teologia do Novo Testamento*. Tradução Martin Dreher e Ilson Kayser. São Paulo: Editora Teológica, 2002, p. 140.

<sup>118</sup> TOGNINI, 2009, p. 169.

<sup>119</sup> GOPPELT, 2002, p.140.

Os Essênios da comunidade de Qumrã, aqui retratados não pelas interações com o Nazareno, mas pela sua origem comum com os Fariseus e pela proximidade de atitudes e visão com Jesus, praticavam vida monástica e tinham a pobreza como forma de culto, sem vinculação direta com a posse, carência ou compartilhamento de bens. É o que afirma Schubert:

Os Essênios de Qumrã definiam-se como “comunidade dos pobres”. Aqui a pobreza não designa, portanto, um estado social, e evidentemente também tem pouco a ver com a disposição dos bens em favor da comunidade, sendo antes um título de honra para os que reconheceram os sinais do tempo e se preparam na comunidade justa para o futuro reino de Deus do fim dos dias.<sup>120</sup>

Alguns autores traçam paralelos entre o comportamento e atitudes de Jesus e as regras de vida dos Essênios, principalmente no tocante à riqueza. Martinez e Trebolle apontam esses dados chamados por eles de “soltos” que de alguma formam propiciaram essa associação:

A atitude de Jesus frente à riqueza é compatível à dos essênios de Qumran. Jesus renuncia abertamente a todo o gênero de propriedade privada e adverte sobre os perigos que as riquezas ocultam. A recomendação aos discípulos de não levar dinheiro e de confiar na hospitalidade das comunidades às quais se dirigem, correspondem àquilo que, segundo o testemunho de Flávio Josefo, era prática habitual dos essênios.<sup>121</sup>

Neste ponto não é desejo vincular Jesus aos Essênios, mas pensar que, assim como o modelo tribal se provara eficiente e igualitário sob os patriarcas e que isso conferia àquele modelo uma visão de prosperidade como bênção de Deus, e que a comunidade não experimentava a pobreza, também em Qumrã havia regras que definiam esse mesmo modo de vida, que também muito se assemelhava ao próprio modelo da chamada Igreja Primitiva relatado Atos 2.44-45. Sobre essa forma de vida dos Essênios, Tyloch infere o seguinte comentário:

A vida comunal e principalmente os bens coletivos eram as características que distinguiam essa comunidade do resto da sua época. A Regra não permite que reúnam os bens dos “homens injustos” aos dos “homens que procediam dentro dos limites de uma santidade perfeita”. Nenhum dos membros da comunidade deveria ligar-se ao “incrêdo”, tanto no trabalho como nos seus haveres para não cair em “culpa pecaminosa”.<sup>122</sup>

<sup>120</sup> SCHUBERT, 1979, p.62.

<sup>121</sup> MARTÍNEZ, Florentino García; TREBOLLE Barrera, Júlio. *Os homens de Qumran: literatura, estrutura e concepções religiosas*. Petrópolis: Vozes, 1996.

<sup>122</sup> TYLOCH, W. J. *O socialismo religioso dos essênios*. São Paulo, SP: Perspectiva, 1990, p. 153.

Se pelo lado socioeconômico ha similaridades entre a visão de Jesus e o modelo tribal e Essênio, pelo lado espiritual também há muito em comum: a irmandade, a pregação apocalíptica e a ruptura com a organização social e material. Estes vetores foram visíveis nas interações do Mestre, conforme aponta Pixley:

A estratégia do movimento de Jesus foi atacar o plano ideológico, buscando deslegitimar um domínio sustentado acima da lei de Deus [...]. Jesus busca desde já criar uma pequena comunidade que se organize segundo relações de irmandade que caracterizarão o Reino de Deus. Nem as riquezas nem os laços familiares de nada valem para esta comunidade, senão somente a disposição de pôr-se por completo a serviço dos irmãos. O movimento exige de seus adeptos uma ruptura com a sociedade, a entrega de suas riquezas e o abandono de suas famílias.<sup>123</sup>

Nesse sentido, se de fato, os Assideus são a célula original dos Fariseus (e Zelotes destes) e Essênios, e considerando que eles prezavam pela visão apocalíptica e levando em conta que, apenas o núcleo Essênio manteve a tradição dessa visão<sup>124</sup>, pode-se inferir que a proximidade com o poder, a formação de alianças políticas e acesso às riquezas, podem ter desviado a visão dos Fariseus, que foram duramente criticados por Jesus quanto às suas motivações, juntamente com o clero e a aristocracia, que ignoravam causas importantes (necessitados, estrangeiros, viúvas e órfãos), como afirma Casalegno:

A pertença das famílias aristocráticas e da nobreza sacerdotal à mesma corrente conservadora dos *saduceus* contribui para estreitar os vínculos entre estas duas classes sociais". Estes estão bem longe de serem abalados pelos problemas sociais da época, porque, de acordo com uma perspectiva vétero-testamentária parcial, consideram a sua prosperidade econômica sinal da bênção do céu e de sua "justiça" diante de Deus!. O contraste com a classe dos miseráveis é aceito como um dado de fato.<sup>125</sup>

Considerando que os essênios isolados e sem apego às riquezas<sup>126</sup> estavam distantes de levar essa mensagem para população, e que os demais grupos estavam deveras envolvidos com o sistema que lhes garantia status e conforto, justificados por uma visão vétero-testamentária quanto à riqueza, ficava evidente que o compartilhar e auxiliar os pobres não seria prioridade dos poderes político, religioso ou econômico. Nesse sentido, a manutenção do status desses

<sup>123</sup> PIXLEY, Jorge. *A história de Israel a partir dos pobres*. 6ª Ed. Tradução Ramiro Mincato.

Petrópolis: Vozes, 1999, p. 128-129.

<sup>124</sup> SCHUBERT 1979, p.18.

<sup>125</sup> CASALEGNO. 1988, p.15.

<sup>126</sup> MARTÍNEZ; TREBOLLE. 1996.

segmentos ampliava ainda mais a polarização entre duas classes bem definidas naquele tempo: ricos e pobres, conforme assevera Casalegno:

O evangelho de Lucas nos dá o quadro de uma sociedade tradicional, estratificada, pré-capitalista, sustentada por uma economia fundamentalmente agrícola. Submetida à dominação romana, da qual Lucas lembra o governador, que goza de jurisdição e poder, se compõe na realidade de duas classes sociais que se contrapõem: a primeira é constituída pelos que detêm o poder econômico, político e ideológico, a segunda por todos os pobres do país.<sup>127</sup>

Jesus demonstra sua preocupação com a atividade de sustento dos camponeses e com a terra, que no passado fora o maior bem do povo, sua fonte de sobrevivência e forma de retribuir a Deus em gratidão pelas bênçãos recebidas<sup>128</sup>. Na parábola do semeador, retratada em Lucas 8.4-15, onde o autor do Evangelho mostra a importância da terra para vida em comunidade, Canaveral nos apresenta uma visão interessante sobre os possíveis motivos do empobrecimento:

Jesus está situando a compressão da parábola no campo simbólico, ideológico e dialético da história que está acontecendo no Império Romano, com o imperador, com os latifundiários, com a classe rica de Jerusalém, que privaram os camponeses de suas terras e que agora arrendam e contratam como jornaleiros nas terras que eram deles.<sup>129</sup>

Para Canaveral, as sementes que caíram em lugares inóspitos, como caminho, pedras e espinhos, representavam as terras inférteis que o povo pobre tentava arar, mas sem nenhum resultado, o que agravava a sua pobreza. Mas a terra boa pertencia aos ricos, que colhiam fartas safras às custas dos empobrecidos:

Se os ricos tinham acumulado as melhores terras, onde é que a semente da parábola rende cem por cento, ou seja, que um grão produz cem grãos? Não seria, naturalmente, nas margens do caminho, nem nas terras pedregosas, nem onde havia os espinhos naturais. A colheita agora não está na agricultura doméstica, familiar e comunitária do campesinato. Ela

<sup>127</sup> CASALEGNO, 1988, p.17.

<sup>128</sup> Se a terra pertence a Deus, ela é sagrada e não pode ser comercializada e nem explorada indevidamente. Se a terra não pode ser comercializada, ela deve ser repartida e usufruída por todos. A divisão e a partilha da terra pertencem à tradição tribal, sendo que foi afetada com o surgimento da "economia monetária" a partir da monarquia. Então os pequenos proprietários passavam a fazer empréstimos dos vizinhos mais ricos, oferecendo a própria terra como penhor (Ex. 22,26; Dt 24,6.10-13.17). Assim, o credor podia fazer usufruto da terra, embora não pudesse se tornar o proprietário do penhor. Esse costume era um meio de frustrar a lei referente à inalienabilidade da terra (Lv. 25,23). CUSTÓDIO, 2022.

<sup>129</sup> CANAVERAL, Orozco Anibal. *O Cavoucar camponês na Bíblia: Contribuições para uma interpretação camponesa da Bíblia*. Tradução Geraldo Korndörfer e Luis M. Sander. São Leopoldo: CEBI, CETELA, 2007, p. 88.

está no latifúndio comercial, onde a lógica produtiva pode levar a estatísticas de rendimento, de colheitas de pobres e ricos, de sementes que rendem 100% e de sementes que rendem 30%.<sup>130</sup>

Nesse contexto, é aberto significativo espaço para a mensagem que, primeiramente com João Batista, e depois por Jesus, foi apresentada àquela comunidade, reforçando a necessidade de se repartir o pão (oriundo da terra e esta pertencente a Deus) alertar aos ricos sobre os reais valores e indicar a todos, independente de classe, da necessidade de se prepararem para as coisas vindouras, principalmente no tocante à salvação, isso considerando Canaveral:

Compartilhar o pão precisa da organização tribal camponesa e urbana como alternativa para a organização do império. A imagem de Jesus fazendo com que os discípulos subissem ao barco para que cruzassem o lago antes que ele pode simbolizar que eles são enviados a protagonizar o Projeto Tribal dos pães e peixes no coração do império.<sup>131</sup>

É notável que o confronto que existia entre Jesus e as autoridades e lideranças do povo judeu, passava obrigatoriamente pela ação contínua de Jesus em resgatar os valores historicamente estabelecidos por Deus e cobrar o cuidado que tanto os líderes quanto os mais ricos deveriam ter pela população mais pobre, a começar pelo provimento de víveres, compartilhamento de bens e o acesso à terra para produção.

Essas pessoas ricas e indiferentes eram alvo constante da crítica do Mestre<sup>132</sup> porque, certamente se observassem os propósitos de Deus, esse reconhecimento e apoio aos mais necessitados, trariam equilíbrio às relações sociais e o cumprimento das regras propostas pelo Senhor.

### 3.2 A DESTACADA PREFERÊNCIA PELOS POBRES

É comum a afirmação que o evangelho de Lucas é Evangelho dos pobres e necessitados, pois, como foi visto, apresenta Jesus muito próximo dos excluídos na comunidade Lucana. Desde a relação de submissão ao opressor romano, até a insensibilidade dos líderes religiosos e a opulência dos poderosos nota-se que as desigualdades eram profundas naquela sociedade.

<sup>130</sup> CANAVERAL, 2007, p. 88.

<sup>131</sup> CANAVERAL, 2007, p. 88.

<sup>132</sup> STEGEMANN, 2004, p. 233.

De acordo com Kümmel, ao relacionar o nascimento de Jesus em Belém com o censo ordenado pelo imperador, baseando-se em datas da história romana, a própria história de Jesus se torna reconhecível como fazendo parte do curso geral da história.<sup>133</sup> Dessa forma, ele trás uma visão ampliada da comunidade judaica.

Para melhor entendimento do dia a dia daquela comunidade diante desse cenário que mesclava voz profética e liderança de entes religiosos empoderados, é importante entender a preocupação Lucana com os necessitados, em qualquer condição social (raça, gênero, profissão), que abordavam Jesus em suas andanças.

Por outro lado, de acordo com Rops, conceitos tradicionais como “Tribos” e “Casa” (este usado apenas para expressar descendência ilustre), tão importantes no Antigo Testamento já não possuíam muito significado naquele contexto. Ele afirma que esta separação horizontal foi substituída por uma série de distinções verticais, uma estratificação social por classes. A base de estratificação social se apoiava na riqueza, como acontecia no Império Romano:

Em ponto algum do Novo Testamento existe qualquer referência a uma distinção entre o que chamaríamos de pessoas educadas e simples, ou nobres e plebeus. Mas, por outro lado, encontramos continuamente ricos e pobres. Quantas das parábolas de Cristo estão ligadas à posição conferida pela riqueza, essa distinção que nossa sociedade moderna conhece tão bem. A classe reinante se afirmava por causa da sua riqueza e das ligações políticas providas por ela mesma e não pelos serviços prestados.<sup>134</sup>

Nesse sentido, quem seria considerado pobre no evangelho de Lucas? Quais os pressupostos que definem o perfil desses indivíduos? De acordo com Fabris, para definir determinado conceito de pobre na Bíblia, é necessário avaliar as perspectivas econômico-social, antropológico-cultural e religiosa. Feita essa análise, ele conclui afirmando o seguinte conceito:

Pobre é aquele que é destituído dos bens essenciais para viver e para ter dignidade e liberdade humanas. O pobre não é só uma categoria social ou econômica, nem somente uma categoria espiritual-religiosa. A sua condição econômico-social se torna uma qualidade espiritual, uma categoria religiosa. Mas os bens essenciais devem ser definidos segundo os tempos, os contextos sociais e evolução histórica. Bens essenciais, antes de tudo, para viver, porque a vida é um bem fundamental. Na dignidade estão incluídas também a justiça e os direitos fundamentais da pessoa.<sup>135</sup>

<sup>133</sup> KÜMMEL, 2009, p. 173.

<sup>134</sup> DANIEL-ROPS, Henri. *A vida diária nos tempos de Jesus*. São Paulo: Vida Nova, 2008.

<sup>135</sup> FABRIS, Rinaldo. *A opção pelos pobres na Bíblia*. São Paulo: Paulinas, 1991, p. 14-15.

Nas bem aventuranças, famoso sermão da planície, abordando mais uma vez o texto de Lucas 6.20, nota-se como a expressão “pobres” está contextualizada para representar exatamente o que Fabris afirma sobre o que era ser pobre naquele tempo, ou seja, não possuir bens e elementos de primeira necessidade. Ainda segundo Fabris, Lucas não faz abordagem espiritual (ele não cita o termo “espírito”), apresenta apenas realidade crua vivida pelo povo:

Lucas não traz especificação dos pobres, a saber, “em espírito”. O texto Lucano diz simplesmente “pobres”. E, em vez de “Reino dos céus”, é “Reino de Deus”. Não é uma grande diferença, mas o “Reino dos céus” sublinha mais o aspecto transcendente espiritual. Em Lucas se trata de condições, que em Mateus tendem a tornarem-se qualidades. São condições reais: pobres, famintos, atribulados ou que choram e perseguidos. Esse aspecto realista, social e econômico, é confirmado pelos quatro “ais” perfeitamente simétricos, mas invertidos e especulares em relação às quatro bem aventuranças Lucanas.<sup>136</sup>

Contudo, é também importante notar como Fabris interpreta a expressão “aos pobres é dado o Reino de Deus”, em consonância com outra expressão evangélica que é “a vós é dado o mistério do Reino de Deus”. Nessa comparação, é possível perceber que, quando se registra o perigo de ser rico no evangelho de Lucas, diz-se respeito às possíveis ações que Deus espera que sejam realizadas para o Reino, mas que não ocorriam.

Todas as pessoas que são indigentes e necessitadas são objeto da escolha benigna, gratuita, saneadora e libertadora de Deus. É só assim que pode haver universalidade verdadeira. É uma universalidade ilusória a que privilegia quem está em boa situação. Se todos forem escolhidos, na realidade são favorecidos aqueles que são primeiros da categoria, aqueles que, afinal, saem ganhando com a escolha. Deus, ao contrário, parte dos últimos ou, segundo a linguagem evangélica, parte dos pobres ou dos pequenos, para alcançar aqueles que estão fora, os primeiros, os ricos e poderosos. Nesse ponto, a riqueza e o poder podem tornar-se um perigo, o de tais pessoas se fecharem à ação de Deus. O critério de pobreza não é mais definido em termos econômicos, sociais ou culturais. É o modo de agir de Deus que diz quem são os pobres.<sup>137</sup>

Segundo Lucas, o ponto central do Reino de Deus é o anúncio aos pobres de que este lhes pertence, conforme Lucas 6.20, “Então, olhando ele para os seus discípulos, disse-lhes: Bem-aventurados vós, os pobres, porque vosso é o

---

<sup>136</sup> FABRIS, 1991, p. 25.

<sup>137</sup> FABRIS, 1991, p. 27.

reino de Deus.” É uma resposta aos necessitados e que garante que Ele vem em socorro do seu povo. Esse é o entendimento de Guerra e Silva:

O papel do Reino de Deus frente às necessidades dos pobres é trazer consolo, retirar a dor da opressão e exploração e acabar com a fome. São estes aspectos que são traçados nos Evangelhos, em destaque no Evangelho de Lucas, que enfatiza a falta do alimento, do pão. O Reino tem como escopo o encontro de Deus com a humanidade, tornando-a parte dessa comunhão. Consequentemente, o sofrimento, a dor, a tristeza, os choros, serão superados pelo Deus que é misericordioso.<sup>138</sup>

Entretanto, vale salientar que Lucas traduz essa visão do Reino de forma tão poética que aproxima o leitor da realidade de que Jesus veio para os pobres. Isso se dá porque Lucas quer exaltar os feitos de Deus e mostrar seu amor pelo ser humano, destacando ainda mais os necessitados, excluídos e miseráveis, que sobreviviam naquele período de trevas, caos e desespero, aguardando o enviado que traria paz e liberdade.

Questionado por João Batista se Ele era o Messias, Jesus respondeu detalhando as suas ações milagrosas e redentoras, listando-as como sendo a essência da sua própria missão: “Ide e anunciai a João o que vistes e ouvistes: os cegos veem, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos são ressuscitados, e aos pobres é anunciado o evangelho.” (Lucas 7. 18-22)

Após o envio da resposta, como não houve novo questionamento da parte de João, entende-se que o Batista esperava exatamente essa resposta porque ela testemunhava da sua missão: a prática da justiça, conforme destaca Casalegno:

Aos publicanos João Batista lembra que não exijam mais do que lhes foi ordenado, desmascarando sua tendência frequente a tirar proveito pessoal e sua arbitrariedade, aos soldados, de maneira prática e clara, manda não extorquirem dinheiro, não caluniarem e contentarem-se com o seu salário.<sup>139</sup>

De fato aquelas palavras de Jesus demonstrando o cuidado para com os necessitados, como solução à mísera condição social e a pregação do Evangelho aos pobres como resposta ao clamor por restauração espiritual, não deixava dúvidas para João Batista que aquele homem era verdadeiramente o Messias, que traria redenção ao seu povo, conforme indica Costalunga e Souza:

<sup>138</sup> GUERRA, Danilo Dourada; SILVA, Lucas Barbosa Ferreira. *Os ricos e os excluídos no Evangelho de Lucas. Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v.30, n. 3, 2020, p. 492.

<sup>139</sup> CASALEGNO, 1988, p.27.



Recorda-se que toda a ênfase dada por Lucas aos pobres parece caminhar em uma única direção: mostrar a salvação em Jesus, único Salvador, que não oferece salvação pelo poder, força, dinheiro, glória humana, meios que evidentemente não salvam, porém marginalizam os pobres e são causa de sofrimento e que fique claro, como enfatiza o evangelista, que a salvação de Jesus é total, porque salva de tudo, inclusive do pecado e da morte.<sup>140</sup>

Sendo assim, se é o modo de agir de Deus que define quem são os pobres, então mesmo Lucas trazendo o conceito material de pobreza, ou outros sinóticos realizando abordagem espiritual, a exemplo de Mateus usando a expressão “pobres de espírito”, é possível deduzir que o perigo aqui pesquisado, venha a ser representado pela relação dos ricos com as riquezas a partir da percepção e atitudes destes diante de Deus.

De sorte a ratificar que o conceito de pobreza, dentro da visão Lucana, se expandia além da posse de bens, será abordada a relação de Jesus com publicanos e samaritanos e como a sociedade do seu tempo interagiu com eles.

Os publicanos não eram um partido político ou mesmo seita religiosa, mas uma classe de trabalhadores imposta pelo sistema de arrecadação romano.

É claro que nem todos os publicanos eram pessoas simples da comunidade, mas também nem todos eram ricos. Entretanto pela forma como a sociedade os tratava, odiando-os em função da cobrança de impostos para Roma, entende-se que dentro da missão de Jesus, na ótica de Lucas, estes também faziam parte dos necessitados. Sobre os publicanos Tognini infere:

Os publicanos cobravam, em nome do erário público, os impostos diretos. Eles tinham uma porcentagem nesses impostos. Em alguns casos, ficavam com todos os impostos indiretos. Algumas inscrições gregas encontradas nas escavações revelam o grupo publicano impondo-se pela força do dinheiro. Eram odiados por todos em todo lugar [...] eram iguados a pecadores e prostitutas.<sup>141</sup>

A exemplo de João Batista era muito comum nas suas caminhadas diárias Jesus interagir e citar os publicanos, inclusive por meio de parábolas. Ele usava a figura desse personagem odiado para dar lições ao povo e deixar claro que veio por ele também. É o que registra Tognini:

Jesus salvou e pôs no apostolado a Levi ou Mateus; salvou Zaqueu, chefe dos publicanos (Lucas 19.1-10). João Batista batizou muitos publicanos.

<sup>140</sup> COSTALUNGA; SOUZA, 2019, p. 574.

<sup>141</sup> TOGNINI, 2009, p.171-172.

(Lucas 3.12-13) e não lhes ordenou que deixassem o trabalho, mas que não cobrassem mais do que o estipulado. Aproximaram-se de Jesus publicanos e pecadores e Jesus os amava.<sup>142</sup>

Por sua vez, os samaritanos também não eram seita ou mesmo partido político, porém, segundo Edwards eram oriundos dos remanescentes do antigo Reino do Norte que uma vez conquistado pelos Assírios em 721 a.C., quando os Assírios assentaram babilônios e outros povos da mesopotâmia em Samaria se misturaram com outros povos, conforme observa Edwards:

Os séculos de casamentos mistos deixaram Samaria prioritariamente gentia e, portanto, etnicamente contaminada aos olhos dos judeus. Isso combinado com o santuário renegado deles no monte Gerizim tornou os judeus, inclusive os discípulos de Jesus (Lucas 9.54), muitíssimo antagônicos em relação aos samaritanos. Para os judeus, os Samaritanos não eram apenas proscritos, mas também inimigos.<sup>143</sup>

Por isso, mesmo não sendo, necessariamente, considerados pobres ou mesmo apresentar características da população carente, no que diz respeito à posse de bens materiais, os samaritanos também entram para o grupo daqueles defendidos por Lucas, haja vista que sofriam preconceito e eram desprezados pelos dos judeus conforme relata Tognini:

O ódio entre eles se intensificou de tal maneira que os judeus consideravam os samaritanos cães e imundos. Eles não tinham mínimo acesso ao templo de Jerusalém. Quando os judeus do norte iam a Jerusalém, passavam através da Peréia, pois era um insulto aos samaritanos que um judeu com destino a Jerusalém passasse por seus territórios. A razão de Jesus ser desprezado pelos samaritanos foi que o “seu rosto era como o de quem ia para Jerusalém” (Lucas 9.51-55). Na volta, porém era lícito passar por Samaria.

### 3.3 A VISÃO SOBRE OS RICOS

Vestidos de púrpura ou linho fino, possuindo empregados, escravos ou exercendo domínio econômico sobre o povo em geral, Como foi visto, havia muitos tipos de ricos na comunidade Lucana e essa riqueza se expressava, sobretudo pela posse de terras. Independente da origem dos seus bens, a maioria se identificava pela vida luxuosa e próspera em detrimento dos pobres, conforme aponta Rops:

---

<sup>142</sup> TOGNINI, 2009, p.172.

<sup>143</sup> EDWARDS, 2009, p.417.

Tudo parece indicar que nos dias de Jesus existia em Israel uma classe de pessoas mais do que moderadamente abastada, a qual tratava com dureza os pobres e levava vida luxuosa, gastando num dia mais do que o trabalhador podia ganhar num ano. Suas mulheres se vestiam esplendidamente e se cobriam de joias e perfumes.<sup>144</sup>

Entretanto, é sabido que riqueza é um conceito relativo, haja vista que, quem reunisse condições de boa moradia, vestimenta e alimentação, poderia ser considerado rico, dadas as condições dos pobres, conforme Stegemann:

Marcas características da riqueza eram consideradas os banquetes sociais, para os quais se convidavam os amigos e vizinhos ricos ou os parentes. Serviam-se, então, as iguarias mais refinadas de todo o mundo. Contudo, além desses banquetes sociais, caracterizavam a vida dos ricos justamente suas possibilidades de alimentação. Em princípio, só eles podiam dar-se ao luxo, por exemplo, de comer carne.<sup>145</sup>

Ainda assim, havia pessoas que, em virtude das posses ou posição, dispunham claramente de poder social, mas que, sendo mulheres, escravos libertos, eram impedidos de pertencer aos extratos superiores.<sup>146</sup> Stegemann observa ainda o seguinte comportamento em se tratando do gênero do indivíduo:

Um status social alto ou baixo em uma determinada sociedade e as oportunidades de vida como um todo, podem ser facilitados também pela pertença de uma pessoa a um gênero. Efetivamente, a pertença ao gênero masculino ou feminino, acarretava, nas sociedades antigas do Mar mediterrâneo, uma assimetria social fundamental que não se restringia o status social das mulheres, mas também, de modo geral as suas possibilidades de participação do poder social e da dotação com privilégios.<sup>147</sup>

A situação dos pobres se destaca quando Lucas aponta o contraste com relação aos abastados e isso é muito claro no tempo de Jesus, no qual existe um absurdo desequilíbrio econômico. É o que afirma Casalegno sobre esse abismo que é narrado em alguns encontros que Jesus tem com algumas lideranças:

Algumas parábolas só de Lucas põem em relevo a riqueza fundiária ligada à posse da terra. O homem rico, cujo campo produziu muito fruto (12,16-21), que pensa acumular seus muitos bens nos celeiros, é um exemplo clássico de proprietário que goza de grande fortuna econômica. É um pequeno latifundiário, cuja preocupação é garantir um futuro tranquilo, através dos bens recolhidos, não necessariamente por meios desonestos.<sup>148</sup>

<sup>144</sup> DANIEL-ROPS, 2009, p. 175.

<sup>145</sup> STEGEMANN, 2004, p. 99.

<sup>146</sup> STEGEMANN, 2004, p. 84.

<sup>147</sup> STEGEMANN, 2004, p. 84-85.

<sup>148</sup> CASALEGNO, 1988, p. 13.

O Evangelho de Lucas é dotado por essas parábolas que retratam relações de poder, autoridade, pujança econômica, relações comerciais quadros de preconceito e exclusão, situações essas, típicas das interações entre ricos e pobres na comunidade Lucana.

Lucas deixa sua marca inconfundível quanto aos perigos das riquezas, além de ser duplamente zeloso, quando narra uma parábola sobre um homem considerado insensato, para com isso dar uma lição em outro homem que, cobiçoso, tentava pressionar Jesus a julgar sua causa.

Lendo esse trecho da perícope, é possível perceber que mesmo aqueles que não possuíam riquezas eram levados pela cobiça a desejar-las porque entendiam que a posse bens ou riquezas, se tornariam solução para os problemas. De fato, observando os interesses do personagem que busca herança, avalia-se que o evangelista não estava exagerando quando escrevia de forma tão contundente, o quanto Jesus alertava os seus ouvintes sobre os riscos do ser humano almejar bens. Por isso, Jesus se nega a julgar o litígio entre aquele homem e seu irmão.

Para Schimidt, Jesus estava focado na sua missão e queria também transmitir uma mensagem contundente sobre aquilo que viera realizar e do quanto isso era mais importante do que gastar seu tempo ou dedicar a sua atenção para assuntos que eram resolvidos por líderes religiosos e escribas.

O pedido é recusado, pois requer uma decisão de Jesus que ele não vê enquadrada na sua missão. Ele não veio para auxiliar os homens a conseguirem seus bens materiais. Ele tem um encargo especial. Recusa ser juiz, porque a sua missão é pregar o Reino de Deus. E esta missão não lhe é confiada por homens. Não é possível transferir para Jesus a imagem de um escriba da época.<sup>149</sup>

Entretanto, foi na parábola que o Mestre deixou uma reflexão marcante para todos que ali estavam, de sorte a acentuar, mais uma vez, a loucura de querer atribuir à abundância uma garantia para a vida, conforme comenta Blomberg:

A parábola é introduzida com a descrição de uma disputa de herança entre dois irmãos que Jesus recusa-se a julgar. Ele sabe que o homem que faz a solicitação não está interessado na justiça, mas em fazer as coisas do seu

---

<sup>149</sup> SCHIMIDT, Ervino. *Reino de Deus e as riquezas conforme Lucas 12*. Porto Alegre: Faculdade de Teologia da IECLB, 1975, p. 15.

jeito. Jesus não deseja promover a transferência de propriedade de um homem cobiçoso para outro.<sup>150</sup>

Jesus queria alcançar o coração daquele homem e para isso o confronta e a todos ali presentes, com uma história que utiliza elementos bem conhecidos da comunidade acrescidos da figura de um rico produtor rural.

O modo de ver a vida daquele personagem mostrava que ele deixava de ver o que verdadeiramente importava e que não considerava o que era de real valor: o Reino de Deus. Sobre o personagem da parábola, Darrel Bock destaca:

O homem usa oito vezes, no espaço de poucos versículos, um pronome ou um adjetivo em primeira pessoa. É o plano dele e a colheita dele. Ele a guardará para si mesmo. O problema na parábola não é ter a colheita, porque ela foi um presente. Tampouco o problema diz respeito ao planejamento; pois ele tinha que fazer isso. O problema era acumular essa riqueza como se fosse “toda a minha safra e todos os meus bens”. Ele a usaria para si mesmo. O Senhor rotula essa abordagem como a de um insensato. Deus pediria contas de sua alma naquele mesmo dia. Os bens estocados como dele, agora são deixados para trás.<sup>151</sup>

Em sua jornada na coleta de dados para a produção do seu relato, mesmo diante de situações graves de desprezo pelos pobres ou de auto exaltação dos ricos, o evangelista Lucas não manifesta o sentimento direto de atribuir aos ricos as mazelas dos pobres, mas destaca os perigos da riqueza como forma de leva-los à reflexão para o abandono de suas posses e ingresso na vida cristã.

Para Goppelt, os conteúdos registrados por Lucas nas interações do mestre com os ricos ou envolvendo questões relacionadas às riquezas reforçam por meio de um discurso condenatório uma profunda necessidade de reflexão, compreensão, renúncia e mudança de atitude:

O agricultor não é louco por fazer seus cálculos sem o fato Deus, como muitas vezes foi dito, mas por ter feito o cálculo todo sob um prefixo errado. É louco por pensar que pode viver com os seus bens. E, mesmo assim, ele apenas fez o que o homem normalmente faz. Também esse exemplo quer despertar a compreensão do ouvinte para a atividade de Jesus, para a sua mensagem do reino. Será que o homem pode ser libertado por Jesus dessa tentativa necessária, mas, em última análise, vã, de se garantir a si mesmo?<sup>152</sup>

<sup>150</sup> BLOMBERG, 2009, p. 119.

<sup>151</sup> BOCK, Darrel L. *Jesus segundo as Escrituras*. São Paulo: Sheed Publicações, 2006, p. 252.

<sup>152</sup> GOPPELT, 2002, p.111-112.

Isso é também percebido por Casalegno quando infere que a prática de esmolas e gestos simples de se desfazer de algumas posses em favor dos outros pode quebrantar os corações dos mais abastados.

Por ocasião de um banquete, a denúncia de Jesus à superficialidade do comportamento farisaico, preocupado só com a exterioridade, é seguida de uma exortação a darem esmola daquilo que está no prato, assim "tudo será puro para vós". Segundo Lucas, portanto, um gesto de desfazer-se das próprias riquezas em favor dos necessitados, como é a esmola, purifica o homem todo, liberta o coração do apego egoísta. O texto que considera a beneficência em primeiro lugar como meio de purificação pessoal, não exclui sua dimensão de ajuda social.<sup>153</sup>

Na parábola do Rico e Lázaro, a abordagem Lucana sobre o destaque para a pobreza fica mais uma vez evidente, haja vista que, ironicamente, o personagem que tem o nome citado é o pobre e não o Rico. Sobre esse aspecto, Edwards faz a seguinte inferência:

O nome Lázaro é uma forma do nome hebraico Eleazar, significando "o único Deus ajuda". [...] um nome adequado para o estereótipo de uma pessoa pobre. O próprio nome, todavia, tem que ser relevante, pois não conseguimos imaginar porque Jesus designaria um nome arbitrário para o único personagem identificado pelo nome em uma parábola. Lázaro, no fim, está à altura do seu nome. Não graças ao rico, mas graças a Deus que o recebe seguramente no céu nos braços de Abraão.<sup>154</sup>

Esta parábola evidencia a vida regalada e suntuosa de um homem rico que, apesar de não ser descrito como corrupto ou desonesto, mostra sinais de pouca importância para o cuidado com os necessitados, aqui explícito, o pobre Lázaro (Lucas 16.21). A descrição da pobreza de Lázaro era tão evidente quanto a opulência do rico; uma marca das narrativas Lucanas. Todavia, o tratamento insensível dado a Lázaro na porta do rico, é revertido na eternidade, conforme aponta Bruce:

Seja o que estiver representado a linguagem simbólica, essa parábola ensina claramente que o destino de justos é a infinita felicidade e o dos ímpios a aflição indescritível [...] além da insistência na realidade das diversas condições após a morte, há uma insistência equivalente na verdade de que para todos os homens há orientações suficientes do caminho do caminho para o céu nas Escrituras.<sup>155</sup>

<sup>153</sup> CASALEGNO, Alberto S.J. *Pobreza e riqueza no evangelho de Lucas*. Tradução José Otacílio Leite. Belo Horizonte: 1988, p.28.

<sup>154</sup> EDWARDS, 2019, p. 593.

<sup>155</sup> BRUCE, 2009, p. 1685.

Mais um relato Lucano que trás à baila a dupla visão que o evangelista transmite de forma bem frequente em seu escrito tanto a necessidade de agir em favor dos pobres no plano terreno, quanto estar preparado para a eternidade. À primeira vista, e a exemplo do rico insensato, parece que o relato é condenatório para os ricos, mas segundo Blomberg, não é essa a ideia da narrativa:

Quando repete a sua solicitação o homem rico diz que se alguém dentre os mortos fosse até seus irmãos, eles se arrependeriam. (Lucas 16.30). Tudo isso sugere que fortemente que o homem rico tenha percebido que seu problema foi nunca ter se arrependido verdadeiramente e se acertado com Deus.<sup>156</sup>

Ou seja, o conteúdo escatológico empregado por Lucas se torna um vetor muito importante para o despertar da espiritualidade, que todos podem alcançar, uma vez transformados por Jesus, conforme destaca Edwards:

Jesus ensinou que o reino de Deus irrompe na existência terrena e a transforma, “*na terra como no céu*”. O homem rico resistiu a essa transformação. O dinheiro era seu Deus. Ele achava que a antiga ordem seria a ordem eterna e até mesmo no Hades, ele imagina Lázaro como seu servo. (Lucas 6.24)<sup>157</sup>

É possível resgatar essa grandeza de espírito transformadora na prática, no exemplo de solidariedade e renúncia visto na parábola de “O Bom Samaritano”. Ao contrário do Homem rico que ignorava Lázaro, o samaritano realiza atitudes graciosas, o que o aproxima do ideal de Deus na medida em que ele enxerga no necessitado uma oportunidade de compartilhar os bens que possui demonstrando assim como Deus, um claro sentimento de urgência em socorrer, excluídos ou marginalizados, independente de quem seja, conforme sugere Gourgues:

O que é correto e que se pode invocar na visão de Lucas não é que o samaritano simbolize Deus, mas que ele ama como Deus, que sua atitude e seu comportamento constituem uma imitação dos de Deus. Com efeito, a narrativa vem abolir as fronteiras: deve-se amar a todos, não importa quem sejam. O samaritano não ama Deus no próximo, ele ama o próximo como Deus.<sup>158</sup>

<sup>156</sup> BLOMBERG, 2009, p. 123.

<sup>157</sup> EDWARDS, 2019, p. 593.

<sup>158</sup> GOURGUES, Michel. *As parábolas de Lucas: do contexto às ressonâncias*. São Paulo. Edições Loyola, 2005, p. 30.

Agindo assim, aquele homem que expressou bondade por quem nunca viu, faz valer os postulados estabelecidos pelo Senhor no tocante às boas práticas de convivência e regras de relações sociais, desde a releitura do Deuteronômio, e do cuidado com pobres, presentes nos que estão unidos em espírito com Deus.

Ao mesmo tempo é possível observar nesta parábola, que Lucas também rechaçava a perspectiva vétero-testamentária parcial dos líderes religiosos, que consideravam que a sua prosperidade econômica era sinal da bênção do céu e de sua "justiça diante de Deus".<sup>159</sup> Essa mensagem clara de Jesus, narrada por Lucas, corrigia essa distorção e provava que esse conceito era um erro grave, uma vez que o rico se perdeu, conforme adverte Unger:

Essa parábola também tinha como alvo os fariseus hipócritas, descrentes e zombadores. Eles se vangloriavam de sua suposta observância da lei e consideravam a riqueza, que acumulavam gananciosamente, como prova disso. Jesus provou a falácia do raciocínio deles. A grande fortuna do rico era, ao contrário, não prova da graça divina, pois ele foi para o inferno.<sup>160</sup>

As belas e exclusivas parábolas de Lucas destacadas nesse trabalho deixam clara a mensagem do amor ao próximo movido pelo amor a Deus e do amor a Deus movido pela manifestação de amor ao próximo e transmitem a ideia de que por trás dessas histórias não está, apenas os dois grandes mandamentos, mas o reino que vem com o ministério de Jesus, conforme assevera Goppelt:

Quem age como o agricultor rico, especialmente agora, é um louco; pois aos que buscam o reino de Deus, será acrescentado o que ele, em vão, procura garantir. O "ai" dirigido aos ricos é a antítese ao "bem-aventurados" dirigido aos pobres que herdarão o reino. Dessa maneira se evidencia a intenção querigmática das palavras de Lucas dirigidas aos ricos: A condenação dos "ricos" atinge a todos; pois todos querem garantir sua existência. No fundo, a condenação é um chamado ao arrependimento. Cada "rico" deve compreender a oportunidade oferecida por Jesus e, como "pobre", ter a parte no reino que sacia todas as necessidades.<sup>161</sup>

#### 4 A MENSAGEM DE JESUS PARA POBRES E RICOS

"Deus nunca disse que a jornada seria fácil, mas Ele disse que a chegada valeria a pena."

<sup>159</sup> CASALEGNO. 1988, p.15.

<sup>160</sup> UNGUER, Merrill Frederick. *Manual bíblico Unger*. Tradução Eduardo Pereira e Lucy Yamakami Ferreira. São Paulo: Vida Nova, 2006, p. 430.

<sup>161</sup> GOPPELT, 2002, p.114.



Como ficou evidente em toda a pesquisa, a estratificação social era bem consolidada e hierarquizada. Segundo Saulnier, entre os ricos estavam os sacerdotes, levitas e anciãos (aristocracia leiga) <sup>162</sup>. Se for possível dizer que havia um segmento abaixo dos ricos, de acordo com Saulnier, este seria formada por artesãos, outros operários especializados e pequenos comerciantes. Logo abaixo vinha o povo comum e por fim os miseráveis.

Nas narrativas, Jesus utilizou os elementos comuns ao dia-a-dia daquela comunidade. Isso significa que o Evangelho buscava alcançar com o seu argumento todos os extratos sociais, não importava em qual segmento estavam. Assim, a comparação levava todos à reflexão, uma vez que os termos usados pelo mestre, seja da política, economia ou religião eram de domínio público e a sua lógica confrontava a todos indistintamente.

A mensagem de Jesus estava vinculada à esperança de salvação dentro de uma perspectiva futura, mas sem perder de vista as necessidades urgentes do povo que o cercava. Fica evidente que Jesus veio tratar o ser humano em sua integralidade, de sorte que não era possível, em seu modo de agir, atender às necessidades físicas sem também direcionar o ser humano para a busca da espiritualidade e a salvação, independente da sua classe, como afirma Ladd:

O propósito de Deus para os gentios é um aspecto central de uma ênfase mais ampla em Lucas: Que Deus não mostra nenhuma parcialidade (Atos 10.34) Todas as classes, alta ou baixa, rica ou pobre, homem ou mulher, judeus, samaritanos ou gentios, estão incluídas no alcance de seu propósito salvador.<sup>163</sup>

Esse apontamento de Jesus, mostrando perspectivas materiais e espirituais, possivelmente atendia ao discurso defensivo dos pobres no Antigo Testamento proferido pelos profetas chamados “sociais”.

Ou seja, o que outrora era visto e de fato gerava algum temor como castigo físico e/ou material, passa a ser direcionado no sentido apocalíptico trazendo consigo consequências espirituais vindouras, conforme é possível observar nas

<sup>162</sup> ROLLAND, Bernard; SAULNIER, Christiane. *A Palestina no tempo de Jesus*. Tradução José Raimundo Vidigal. São Paulo : Paulus, 1983.

<sup>163</sup> LADD, George Eldon. *Teologia do Novo Testamento*. Tradução de Degmar Ribas Junior. São Paulo: Hagmos, 2003, p. 307.

profecias de Amós (5.18-20), Daniel (9.20-27), bem como Zacarias (14.1-21) e Malaquias (3.1-5), esse último mesclando reprovação aos opressores e sinalizando a vinda daquele que seria o Messias. Conforme assevera Goppelt:

Importante, porém, é o fato de que o chamado ao arrependimento, dirigido aos dois grupos, atinge de tal maneira as raízes da existência humana que, no fundo, todos são atingidos. Por isso podemos anteciper o sentido do chamado ao arrependimento. Contra as lideranças da sociedade que o cerca, Jesus dirige um ai que significa condenação escatológica: Ai de vós, os ricos! Ai de vós, fariseus, e ai de vós, escribas! Os evangelistas acentuam diferentemente esse chamado ao arrependimento. Lucas acentua o ai contra a classe social dominante, contra os ricos<sup>164</sup>.

Como foi visto, esse resgate da mensagem dos profetas aproxima Jesus dos mais pobres e levanta suspeita dos poderosos. Mas há um perfeito alinhamento entre o atendimento imediato das necessidades dos pobres, uma vez que os pobres não precisam de médico (Lucas 5.31), a reprodução do oráculo dos profetas e o Reino vindouro de Deus, presente na mensagem pregada pelo próprio Jesus e em seu exemplo de pobreza.

Ou seja, o argumento da teologia pós-exílica que apontava a prosperidade como bênção e proximidade com Deus por meio da obediência e guarda da lei, tem agora na vida espiritual o seu sentido.

Ajuntai tesouros inextinguíveis nos céus, disse Jesus (Lucas 12.33). Tanto o caminho da justiça própria buscada pela religiosidade insensível ao próximo, quanto ao isolamento da sociedade abdicando valores materiais, sugerido por outras seitas, nenhum destes, por si só, se representam neste mundo como sinal de aprovação de vida por Deus. Segundo Goppelt, o reino escatológico prevalece a todas as variáveis seculares:

Riqueza e justiça são a soma da oposição ao chamado ao arrependimento proclamado por Jesus. Evidencia também que livre torna-se apenas aquele a quem Jesus consegue tomar seu discípulo. Pois na busca da riqueza está, segundo o dito de Q, uma tentativa idólatra de obter a vida por meios próprios, com o medo de perdê-la por causa das coisas que não se possui. Assim Jesus não quer, como os fariseus, submeter a propriedade à justiça, nem, como os essênios, suspendê-la por meio de uma nova estrutura social. Ele põe a existência sobre um novo fundamento, sobre o reino escatológico de Deus que vem em sua atividade, sobre o discipulado. O chamado ao arrependimento, dirigido aos ricos, corresponde àquele outro dirigido aos justos; dele poderemos desenvolver, aqui, apenas a primeira parte, que expressa a condenação.<sup>165</sup>

<sup>164</sup> GOPPELT, 2002, p.110.

<sup>165</sup> GOPPELT, 2002, p.115.

Voltando aos comentários sobre as bem aventuranças, segundo o relato do evangelista Lucas, é possível perceber, de forma contundente, o contraste entre pobres e ricos. Na verdade as expressões escritas pelo “médico amado”, não escondem, de certa forma, a preferência pelos mais necessitados em detrimento aos outros citados no referido sermão. É como se houvesse uma resposta com agravo aos ricos, para cada destaque elogioso aos pobres, conforme quadro abaixo:

**Quadro 1 - Bem-aventuranças em Lucas – Comparativos entre Pobres e Ricos**

Lucas 6,20-23	Lucas 6,24-26
Felizes vós, os pobres, porque vosso é o Reino de Deus.	Mas, aí de vós, ricos, porque já tendes a vossa consolação.
Felizes vós, que agora tendes fome, porque sereis saciados.	Aí de vós, que agora estais saciados, porque tereis fome!
Felizes vós, que agora chorais, porque havereis de rir.	Aí de vós, que agora rides, porque conhecereis o luto e as lágrimas!
Felizes vós, sereis quando os homens vos odiarem, quando vos rejeitarem, insultarem e prosciverem vosso nome como infame, por causa do Filho do Homem.	Aí de vós, quando todos vos bendisserem, pois do mesmo modo seus pais tratavam os falsos profetas.

Fonte: Bíblia Sagrada<sup>166</sup>

Nota-se que, enquanto os ricos receberam favores neste mundo, parece que os pobres obterão a sua recompensa em uma época vindoura, da qual os ricos não participarão e que será eterna. Nesse aspecto, Lucas mostra em seu evangelho, de forma direta, o perigo de ser rico, ou melhor, o perigo de ser dado às riquezas a ponto destas dominar o indivíduo. De acordo com Mara, há uma dupla avaliação a se fazer sobre bens terrenos e pobreza à luz das bem aventuranças em Lucas.

A pobreza é a primeira das bem aventuranças, e retorna, em cada um dos seus aspectos, também em todas as outras. Com a pobreza, segundo o discurso evangélico, alcança-se a plenitude escatológica, precisamente a bem aventurança desde hoje iniciada. Mas há também o ponto de vista complementar, da condenação das riquezas. A admoestação de Lucas 6.24-26, tem todo o aspecto de uma condenação absoluta dos ricos.<sup>167</sup>

<sup>166</sup> Bíblia Sagrada. Tradução João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2007.

<sup>167</sup> MARA, Maria Grazia. *Riqueza e pobreza no cristianismo primitivo*. São Paulo: Loyola, 1992, p.20.

Todavia, apesar de ser conhecido como o Evangelho que é apregoado aos pobres<sup>168</sup>, é sempre tangenciando o modo de vida dos dois principais segmentos daquela sociedade que Lucas constrói a narrativa do seu evangelho, destacando em cada personagem a mensagem concisa, mas irrestrita, abrangendo a todos, que precisava transmitir a respeito de Jesus, de sorte que acaba deixando em evidência quem eram os ricos (benevolentes), os ricos (opressores), e os pobres. Nessa mesma direção, Sider considera a ação do Senhor narrada em todo esse evangelho:

Jesus pronunciou uma bênção sobre os pobres e uma maldição sobre os ricos (Lucas 6.20-25). Também em Tiago (5:1) o tema é recorrente. Por que razão a Escritura declara que Deus regularmente reverte a boa sorte do rico? Está Deus engajado numa luta de classes? Na verdade, os textos que estamos usando nunca afirmam que Deus ama mais aos pobres que aos ricos. Porém, estão constantemente fazendo menção ao fato de que Deus reabilita ao pobre e desprivilegiado. Persistentemente nos asseguram de que Deus derruba os ricos e poderosos — exatamente por terem chegado a esta posição por meio da opressão aos pobres e por terem deixado de alimentar aos famintos.<sup>169</sup>

#### 4.1 O CAMELO E A AGULHA

No encontro de Jesus com o homem rico, é possível perceber que, ao desafiar seu interlocutor a doar os seus bens para os pobres e segui-Lo, ele se afasta entristecido por ser riquíssimo, conforme relato de Lucas 18.18-27. Jesus lamenta o fato e afirma como é difícil o rico ser salvo.

Esta perícopa é o destaque da pesquisa no evangelho Lucano. É no contexto desse encontro que Lucas relatará uma comparação impactante feita por Jesus sobre o acesso dos ricos ao Reino de Deus.

Uma breve exegese do texto lançará luz ao conteúdo do diálogo, aproximando o leitor da realidade vivida por aquela comunidade e como os ricos se destacavam pelas suas posses. Para isso segue tradução instrumental da perícopa:

E interrogou certo líder dizendo: bom mestre, o que farei para herdar a vida eterna? Disse Jesus a ele: porque me chamas bom? Ninguém é bom senão um só, Deus. Sabes os mandamentos: não adulterarás, não matarás, não furtarás, não dirás falso testemunho, honra o teu pai e a mãe. Ele disse: Estas coisas todas guardei desde a juventude. Mas Jesus ouvindo disse a ele: Ainda uma coisa te falta: vende todas as coisas que tens e distribui a pobres e terás um tesouro nos céus, e vem, segue a mim. Mas ele ouvindo

<sup>168</sup> GUERRA; SILVA, 2020, p. 492.

<sup>169</sup> SIDER J. Ronald. *Cristãos ricos em tempos de fome*. Tradução Ênio R. Mueller. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1984, p, 75.

estas coisas ficou muito triste, pois era extremamente rico. Jesus olhando para ele [ficou muito triste] disse: Quão dificilmente os que têm riquezas entram no Reino de Deus. Mais fácil, pois, é um camelo entrar pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino de Deus. Disseram, pois os que tinham ouvido: E quem pode ser salvo? Ele disse: os impossíveis com os homens são possíveis com Deus.

#### 4.1.1 Versículo destacado do texto – Lucas 18.25

εὐκοπώτερον γάρ ἐστιν κάμηλον διὰ τρήματος βελόνης εἰσελθεῖν ἢ πλούσιον εἰς τὴν βασιλείαν τοῦ Θεοῦ εἰσελθεῖν.

Mais fácil, pois, é um camelo entrar pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino de Deus.

Em Mateus 19.24, Marcos 10.25 e em Lucas 18.25 a palavra usada é kámelon (κάμηλον). Em grego, a palavra καμελον significa exatamente camelo, o animal conhecido de duas corcovas.

Em grego, a palavra para agulha é ραφισ utensílio usado para costurar. Tanto Mateus quanto Marcos utilizam ραφιδος (agulha de costura). Lucas usa o termo βελονες (agulha médica).

#### 4.1.2 Delimitação do texto e Estrutura

O texto central da perícopé é delimitado nos versículos 18-27. Entretanto, dos versos 28 a 30, há a reação dos discípulos para com a temática abordada. Nota-se certa aproximação entre o texto e o relato anterior, haja vista que o acesso ao Reino de Deus é a temática em ambos os casos. Mudança de personagens em relação a perícopé anterior, no lugar das crianças aparece o jovem rico.

Em relação à perícopé anterior, a linguagem continua narrativa. Há mudança na linguagem de narrativa para discursiva na perícopé posterior e o tema é a paixão, diferente do texto em análise, no qual, para Champlin, Jesus não estava procurando ensinar qualquer coisa a respeito de sua pessoa neste ponto, quanto à sua natureza ou qualidade moral. Antes, aproveita a declaração do homem para ressaltar a fonte última de bondade, a saber, o próprio Deus.<sup>170</sup>

A estrutura do texto é a seguinte:

<sup>170</sup> CHAMPLIN, 2002, p. 178.

### **A) Jesus e o líder rico**

18: O líder rico interroga Jesus, chamando-O de bom

19: Jesus exalta a bondade como exclusiva de Deus.

20: Jesus orienta os mandamentos

21: O líder é praticante dos mandamentos

22: A proposta de Jesus ao jovem

23: A reação do rico frente à proposta de Jesus

### **B) Jesus e os discípulos**

24: Impossibilidade dos ricos entrarem no reino de Deus

25: Confirmação da impossibilidade usando as figuras do camelo e da agulha.

26: Dúvida dos discípulos face ao que Jesus disse.

27: Jesus explica as suas Palavras aos discípulos

#### **4.1.3 Análise de conteúdo**

Após um encontro com crianças, Jesus continua o seu caminho, mas é interrompido de uma maneira fortuita por um líder judeu. A primeira impressão é, de fato, a preocupação daquele homem com a vida eterna. Na continuação do relato, o líder pergunta: “Bom Mestre, o que tendo feito herdarei a vida eterna?” Segundo Edwards, ele poderia estar tentando impressionar Jesus, pois, “Deus ou a Torá, no judaísmo, são corretamente chamados de bom, mas não os rabis.”<sup>171</sup>

A pergunta do homem de como herdar a vida eterna não era uma pergunta qualquer, havia a intenção do homem de entrar em juízo consigo mesmo, pois tinha dúvida a respeito disso. É uma pergunta prática em busca de uma resposta didática. O homem acha que sairá reconhecido por Jesus, mas o mestre em muitos relatos apresenta respostas ásperas aos seus interlocutores, com o objetivo de testar a seriedade das intenções deles, como afirma Darrel Bock:

A teologia do diálogo é significativa. O homem pergunta sobre a vida eterna, mas Jesus, avaliando a conversa mais tarde, fala do Reino. O Reino tem a ver com questões de vida eterna e salvação. Em última instância, aqueles que tomam parte do Reino experimentam a vida eterna como parte dos salvos. A resposta de Jesus deixa claro que o padrão para entrar no céu é a justiça e receptividade para com Deus.<sup>172</sup>

<sup>171</sup> EDWARDS, 2009, p. 646.

<sup>172</sup> BOCK, 2006, p. 286.

A continuação da conversa é interessante. Aquele líder se mostrou um digno cumpridor dos mandamentos, sentia-se satisfeito em estar correto diante deles, mas sua afirmação é presunçosa. Nesse sentido é possível que ele quisesse fazer alguma mais alguma coisa com base na lei para obter a aprovação final.

Mas Jesus, usando a própria lei, que exigia altruísmo nas relações, queria corrigir a posição do homem quanto às suas conquistas. *“Ainda te falta uma coisa...”* afirmou Jesus. Era uma exigência impactante para sua vida. Vender tudo o que possuía e dar aos pobres para ter um tesouro nos céus e depois seguir a Jesus, era realmente demais para ele. Sobre isso Champlin infere:

Tudo quanto ele fizera no campo da inquirição espiritual, não o separara dessas riquezas e da dependência às mesmas. O jovem queria ser um discípulo rico. Não tinha coragem de tomar lugar entre os pobres pescadores galileus. A renúncia é sempre uma das condições do discipulado, e isso poderia envolver pobreza santa.<sup>173</sup>

De fato, a resposta de Jesus atinge o centro da vida daquele homem, que era mais um amante das riquezas. Ser um discípulo de Jesus era uma vocação escatológica para cumprir o trabalho do Reino de Deus que estava por vir. Aquele que aceitava essa nova função para sua vida, precisava renunciar a vida antiga.

Mas aquele homem, não conseguiu se libertar das suas amarras. Ele pertencia à elite econômica do judaísmo. Era comum se pensar naquela época que ser rico era sinal da bênção divina. Se isso assim fosse, como Jesus poderia pedir àquele homem que deixasse suas terras e riquezas, para segui-lo?

Quanto a isso, Miller infere que a intenção de Jesus é exatamente desafiar essa presunção que estava arraigada de que a riqueza era de alguma forma expressão natural da bênção divina.<sup>174</sup> Nesse sentido acrescenta-se que mais uma vez aqui se trata da cultura pós-exílica quanto à riqueza e não como dado sincrônico.

Segundo Blomberg, a comparação que Jesus lança mão, de fato assusta seus ouvintes<sup>175</sup>, que reagem perguntando: sendo assim, quem pode ser salvo? Sobre essa pergunta, Blomberg pressupõe que tenha sido motivada pelo ideário tradicional da recompensa pela obediência:

---

<sup>173</sup> CHAMPLIN, 2002, p. 178.

<sup>174</sup> MILLER, Robert. *The Complete Gospels*. San Francisco: HarperCollins, 1994, p. 37.

<sup>175</sup> BLOMBERG, 2009, p. 139.

A agonia do homem sugere que, pelo menos aqui, o esquema da aliança de riquezas como recompensa pela obediência pode estar sendo pressuposto. Se esse líder da sinagoga fosse uma pessoa respeitada na comunidade, é possível entender porque ele poderia pensar que a riqueza era uma recompensa pela obediência e não algo a que devesse se render. O estranhamento dos discípulos com a resposta de Jesus sobre como é difícil para o rico entrar no reino segue naturalmente. Se uma pessoa rica e devota não pode ser salva, quem pode?<sup>176</sup>

Essa avaliação de Blomberg ressalta a forma de pensar do homem daquele tempo, principalmente quando se apropriava de histórias conhecidas como a de Jó, onde retidão e integridade, de alguma maneira, representavam resposta divina na forma de riqueza e prosperidade, ao que se chamou de “Teologia da retribuição”, comentada por Lage em sua obra:

É interessante notar que no livro de Jó, o econômico é sempre uma questão relacionada à ação de Deus, seja na posse de bens, nos filhos, o respeito dos outros e o reconhecimento social, o aspecto econômico torna-se sinônimo de uma vida tranquila abençoada por Deus.<sup>177</sup>

Entretanto, a referida teologia é contrariada por Lage, quando este destaca que a história de Jó<sup>178</sup> pela sua própria narrativa, nega os postulados dessa teologia. Corroborando com essa impossibilidade de o homem salvar a si mesmo, por qualquer que seja o meio, agravada ainda mais pelo simples fato de ter riquezas, Champlin aponta que Jesus não evitou o uso de hipérboles porque Ele desejava que as suas palavras exercessem em seus ouvintes, o exato efeito e dimensão dessa impossibilidade.

Sua declaração embora pareça exagerada, tornou-se inesquecível. Este versículo diz o que significa. As riquezas ou quaisquer outras tentações são um antagonismo forte demais para o mero poder humano. Jesus disse isso incisivamente e exigiu que enfrentássemos o fato. A réplica dos discípulos foi apropriada. Pois todo homem deve indagar, de sua impotência humana: “Então quem pode ser salvo?” O homem, sozinho, não pode limpar o passado ou derrotar a morte.<sup>179</sup>

Nessa mesma direção segue Blomberg que, nesse interim, valendo-se das palavras de Jesus em resposta à incredulidade de seus ouvintes, sinaliza a graça de Deus como agente único e perfeito para a salvação de pobres e ricos:

<sup>176</sup> BLOMBERG, 2009, p. 139.

<sup>177</sup> LAGE, Juvanir. *Os pobres no livro de Jó: da teologia da retribuição para a economia de retribuição*. *Revista Caminhando*. v. 24, n. 1, p. 93-102, jan/jun. 2019.

<sup>178</sup> LAGE, 2019, p. 93-102.

<sup>179</sup> CHAMPLIN, Russell Norman. *O Novo Testamento Interpretado: versículo por versículo*. São Paulo: Hagnos, 2002, v.2, p.179.



À medida que cresce a incredulidade dos discípulos, Jesus responde: *“Para o homem é impossível, para Deus não; todas as coisas são possíveis para Deus”*. Jesus realmente descreve uma impossibilidade literal, humanamente falando, ao citar o maior animal então conhecido e a menor abertura comum deste mundo. Mas, com Deus, as impossibilidades humanas tornam-se possíveis.<sup>180</sup>

O homem rico deu as costas para Jesus. A sua riqueza material era seu próprio Deus e, conforme as Escrituras mesmo afirmam, ele não poderia servir a dois senhores: “Nenhum servo pode servira dois senhores; porque irá odiar um e amar o outro ou irá se dedicar a um e desprezar o outro. Vocês não podem servir a Deus e à riqueza” (Lucas 16.13). Nesse contexto, Edwards traça um paralelo entre o homem rico e as crianças da perícopes anterior (Lucas 18.15-17):

A ironia entre o jovem rico e as crianças da história precedente é palpável. As crianças não possuem nada, contudo o reino de Deus é delas; o jovem rico possui tudo, contudo falta-lhe algo. Só quando ele se tornar como uma criança, ou seja, vender tudo o que tem, possuirá tudo.<sup>181</sup>

Outro paralelo também é levantado por Goppelt quando compara a atitude do publicano Levi, também chamado de Levi, que ao ser chamado por Jesus deixa tudo para segui-Lo (Lucas 5.27-29), e a decisão do homem rico que, ignorando a grandeza do convite, decepcionado vai embora:

Enquanto que Levi abandona seus bens incertos, o rico não consegue separar-se da riqueza que julga ser uma recompensa de sua justiça. Abandonando a riqueza, estaria renunciando também à sua justiça. Para ele a venda dos bens não significaria um esforço especial, mas realização, concretização atualizada do discipulado.<sup>182</sup>

Aqui está a questão central do encontro de Jesus com aquele rico. Seria muito difícil para ele distribuir tudo o que havia conquistado, segundo ele, com justiça e retidão. Vivera cumprindo os mandamentos e a sua recompensa o levará até aquela posição e posses. Mas o desafio lançado por Jesus alcança tanto o homem rico da história, como os seus discípulos, que também se assustam dado o caráter radical do pedido, conforme aponta Casalegno:

---

<sup>180</sup> BLOMBERG, 2009, p. 139.

<sup>181</sup> EDWARDS, 2019, p. 649.

<sup>182</sup> GOPPELT, 2002, p.113.

O tema do vender o que se possui e distribuí-lo aos pobres, presente também em Lc 18,22 e 19,8a, adquire todo o seu relevo, se enquadrado no tema mais amplo que acentua a radicalidade do comportamento cristão. O evangelista põe-no em evidência com elementos redacionais próprios; no chamamento dos discípulos só Lucas exige o abandono de "tudo" (5,11.28); só ele tem a expressão "qualquer um de vós que não renuncia a todos os seus bens não pode ser meu discípulo", numa perícopes que exorta a uma decisão radical.<sup>183</sup>

O comentarista Edwards defende que a palavra dura de Jesus aplicada na analogia entre o camelo (κάμηλον) e a agulha (βελόνης) se caracterizava como justificada e autêntica, exatamente em função do que o homem rico da perícopes deixou para trás:

A riqueza pode existir em outras formas que não a material. Todavia, a riqueza material do jovem, a despeito de sua justiça baseada na Torá, era em última análise seu Deus, pois o impedia de fazer a única coisa necessária para a salvação.<sup>184</sup>

Com isso, ao tempo em que Jesus mostra claramente aos seus discípulos que é necessário ao ser humano mostrar seu amor a Deus de forma prática e concreta, sendo generoso na medida em que prospera, mostra por outro lado que a salvação está fora do alcance das realizações humanas. Segundo Edwards, há certa tensão envolvendo aspectos relacionados à ação da graça e as boas obras:

A resposta de Jesus a essa relação envolve uma tensão. De um lado ninguém consegue a salvação por meio das boas obras; a salvação é uma impossibilidade humana tornada possível só por Deus. O jovem rico e os discípulos, por sua vez, são chamados a levar as boas obras a sério. Eles são particularmente advertidos em relação aos perigos associados com a riqueza. Jesus mantém a graça divina em tensão indissolúvel com a obediência do homem. Só a fé pode resolver esse paradoxo.<sup>185</sup>

De acordo com Edwards, os discípulos se reportam a Jesus de forma diferente. Enquanto aquele rico pensava que aquilo que era e/ou possuía poderia agradar a Deus e garantir a salvação, os discípulos entendiam que seguir a Jesus não é apenas difícil, mas impossível. A admissão de impossibilidade humana abre a porta para possibilidade divina:

Os discípulos respondem a sua deficiência de forma diferente do jovem rico. Ele estava confiante de que poderia fazer algo para agradar a Deus e foi embora triste; os discípulos tem certeza que não podem fazer nada para agradar a Deus, e Deus faz neles o que eles não podem fazer. Aqui mais

<sup>183</sup> CASALEGNO, 1988. p. 29.

<sup>184</sup> EDWARDS, 2019, p. 652.

<sup>185</sup> EDWARDS, 2019, p. 655.

uma vez, como na parábola do fariseu e do publicano, está presente o cerne da doutrina da graça.<sup>186</sup>

Qual seria então a saída para os ricos e abastados? Estariam então, a partir dessa tensão estabelecida, fora do alcance plano de salvação, haja vista que muitos viam nas suas riquezas uma resposta recompensadora de Deus ao seu bom comportamento e se ancoravam em suas ações consideradas justas? Conforme destacado por Blomberg<sup>187</sup>, Entende-se que a chave para resposta a essa pergunta passa pelo resgate do que Jesus respondeu aos seus discípulos: “coisas impossíveis com os homens são possíveis com Deus”. (Lucas 18.27)<sup>188</sup>

#### 4.2 PASSANDO UM CAMELO PELO FUNDO DA AGULHA

O evangelista se preocupa tanto com essa questão da riqueza e da salvação que, na sequência da perícopé do jovem rico, oferece uma espécie de vínculo entre a narrativa do homem rico e a de Zaqueu. Ele também era rico e tinha sua riqueza oriunda da sua atividade principal como chefe de cobradores de impostos (Publicanos), conforme registro de Lucas (Lucas 19.2).

A história de Zaqueu apresenta grande contraste com a história do homem rico. Apesar de ambos possuírem bens e provocarem um encontro com Jesus, a atitude de Zaqueu diante do Mestre se contrapõe ao homem rico da narrativa anterior. Segundo Richter Reimer esse encontro provocou mudanças profundas naquele servidor dos romanos:

A relação com Jesus fez com que Zaqueu retornasse às suas origens, restaurando justiça. A devolução quádrupla em caso de roubo de meios de produção ou de produtos, no caso realizado na coletoria, é prevista em êxodo 21.37 e Números 5.6-7. A proposta de devolução, como parte da tradição jubilar judaica, oportuniza a reabilitação de pessoas empobrecidas, para que possam voltar a condições próprias e independentes para produzir e viver livres de processos de endividamento.<sup>189</sup>

Essa mudança de atitude fica clara nessa perícopé, uma vez que Jesus não obriga Zaqueu a abrir mão de nada para segui-lo, mas Zaqueu é que ergue a

<sup>186</sup> EDWARDS, 2019, p. 653.

<sup>187</sup> BLOMBERG, 2009, p. 139.

<sup>188</sup> *The Bible: Authorized King James Version*, Oxford UP, 1998.

<sup>189</sup> REIMER, Ivoni Richter (org). *Economia no mundo bíblico: enfoques sociais, históricos e teológicos*. São Leopoldo: CEBI/Sinodal, 2006, p. 155.

voz e propõe entregar metade de suas posses para os pobres e restituir quatro vezes mais àqueles aos quais tenha defraudado. Sobre isso, Blomberg destaca:

Zaqueu não é salvo por sua administração, mas pelo encontro com o Filho do Homem. Note como o próprio Jesus toma a iniciativa no versículo 5, apesar de Zaqueu mostrar-se ansioso para vê-lo no versículo anterior. No entanto, o que Zaqueu faz com o seu dinheiro mais uma vez é um exemplo excelente das boas obras que fluem do verdadeiro arrependimento.<sup>190</sup>

Com base na manifestação de Champlin, pode-se notar essa vinculação indicada por Lucas na sequência das histórias quando se percebe na história de Zaqueu, a clara resposta à pergunta contundente da história do jovem rico: “Quem poderá ser salvo?”

Jesus falou em termos absolutos. Um homem deixado só, com seus vícios, suas fraquezas, jamais poderia vencer e achar a vida. É mister o “milagre da graça”, o que faz dele o que ele deve ser. Ora, o que é impossível aos homens, é possível para Deus. Zaqueu provou isso, e ele tinha o mesmo problema em potencial do jovem rico. Deus quebra o encanto dos vícios, incluindo o das riquezas.<sup>191</sup>

Conforme apontado por Champlin, a experiência de Zaqueu é a prova da possibilidade das coisa impossíveis acontecerem com Deus, através da mensagem de Jesus escrita e compartilhada por Lucas, conforme destaca Edwards:

A história de Zaqueu testifica que Jesus também é amigo dos ricos; até mesmo de opressores ricos. A história da encarnação relatada por Lucas não é desenvolvida de acordo com um estereótipo de justiça em que os pobres são favorecidos e os ricos condenados. A amizade de Jesus não é oferecida como vindicação dos pobres e condenação dos ricos, mas como as “boas novas de grande alegria” (Lucas 2.20) para todos os perdidos, quer pobres, quer ricos. A graça é sempre escandalosa porque é sempre imerecida. A graça é duplamente escandalosa para Zaqueu, um opressor rico, que parece muito menos merecedor de graça que Lázaro, um proscrito desprezado. A graça é um escândalo porque insiste em incluir aqueles que queremos excluir.<sup>192</sup>

Verdadeiramente, a história de Zaqueu em contraposição à história do homem rico, é a garantia de que o rico também pode ser visto como necessitado na visão de Deus, uma vez que caminhe “com” Deus, isso que faz tudo possível. Pela Graça de Deus, o Cordeiro Santo se sacrificou para que o “camelo”, mesmo

<sup>190</sup> BLOMBERG, 2009, p. 141.

<sup>191</sup> CHAMPLIN, 2002, p. 179.

<sup>192</sup> EDWARDS, 2019, p. 671.

parecendo impossível, pudesse passar pelo caminho estreito das impossibilidades humanas e assim caminhar com Jesus e pudesse ser salvo, como afirma Richter:

A graça de Jesus em relação a Zaqueu converte-se em relações de graça e compromisso na vivência social e comunitária. Somente assim pessoas ricas têm lugar no ministério de Jesus e nas comunidades de Lucas.<sup>193</sup>

Nessa simples comparação entre as histórias destacadas com pessoas consideradas ricas pelo evangelho Lucano, é possível ver o homem ou o jovem rico como a pessoa que exerce, de fato, o papel do “rico” e assim recebe uma das mais duras sentenças de Jesus quanto à possibilidade de alguém ficar fora do céu.

Por outro lado, tem-se na figura de Zaqueu, que é nominado no texto, tal qual Lázaro, e que representa, exatamente, o rico “empobrecido” dos valores materiais e transformado pela graça, ganha assim o acesso ao céu. Ou seja, o “camelo” que, guiado por Jesus Cristo, passa pelo buraco da agulha.

---

<sup>193</sup> RICHTER, 2006, p. 155.

## 5 Conclusão

Cumprir as determinações de Deus, principalmente quanto ao cuidado e proteção dos pobres, se sobrepunha às possíveis falhas e desventuras dos líderes do povo ao longo de sua história.

Após os patriarcas, abandonado o modelo tribal, evidencia-se que o desvio daqueles que eram os líderes (portanto mais abastados), dos princípios estabelecidos por Deus. Nesse contexto, a monarquia e sua consolidação, não apenas concentrava renda e criava abismos sociais, como também provocava crises psicológicas (depressão), idolatria e desvio espiritual na vida do povo.

Tomando como base o texto de Miquéias 1.5 que diz: “Tudo isto por causa da transgressão de Jacó e dos pecados da casa de Israel. Qual é a transgressão de Jacó? Não é Samaria? E quais os altos de Judá? Não é Jerusalém?”, é possível formar o entendimento que a mudança na forma de governo e produção, com transferência de poder para as capitais, seguindo-se da exploração, do sequestro da produção agrícola, da apropriação do excedente econômico, exclusão e até derramamento de sangue do povo (Miquéias 3.9), além da apostasia (contexto espiritual), que segundo a teologia pós-exílica, também se insere como causas do cativeiro na Babilônia, mesmo considerando as frequentes advertências dos profetas.

É evidente que naqueles 70 anos exilados, sem rei próprio para cobrar impostos e lançar cargas pesadas sobre o povo, sem terra própria para se explorar e até escravizar os seus irmãos<sup>194</sup> e sem templo para validar as excrescências opressivas e políticas do regime monárquico.

No contexto de reflexão do povo em terra estrangeira, vale salientar que foi nesse ambiente que, se agarrando a elementos de fé, a liderança sacerdotal conseguiu elaborar leis e regras, que remontavam ao período dos reis e patriarcas, de sorte que de alguma forma, dali pra frente, o cuidado com os mais pobres fosse efetivo. É certo que a literatura deuteronomista<sup>195</sup> trouxe avanços para o convívio em sociedade, mas não foi suficiente para erradicar a pobreza e injustiça.

Pelo que foi visto nas referências e comentários, o modelo tribal tratava melhor essas questões, uma vez que valorizava a posse da terra, cuidava melhor da

<sup>194</sup> Aqui se destaca o direito de busca nos campos previstos na lei (Deuteronômio 24.19-20).

<sup>195</sup> GALLAZZI, 1987, p. 14.

distribuição da renda e da qualidade de vida do povo, haja vista que os líderes de cada clã, apesar de terem uma condição melhor no que diz respeito à posse de mais bens, eram responsáveis para que não houvesse ninguém passando necessidade debaixo de sua tutela. Além disso, esses líderes eram orientados a não permitir que ninguém passasse necessidade e assim, todos eram assistidos, sem dar margem para a pobreza extrema.

Dessa forma é possível concluir que, as pessoas que prosperavam no relato do Antigo testamento, não eram necessariamente protegidas ou prediletas de Deus, mesmo sendo generosas com os outros. Conclui-se que, apesar da posse de riquezas não constituir em si mesma a condição de pecado contra Deus, o comportamento extravagante, indiferente e opressor dos ricos para com os pobres e a própria desobediência às regras definidas por Deus eram o inimigo a ser vencido.

Contudo, após o exílio, apesar de que a busca de outros deuses tenha sido praticamente afastada da vida dos Judeus, a nova liderança constituída não conseguiu retomar o projeto tribal de redistribuição das terras e apoio aos mais fragilizados. Mesmo após toda essa jornada da monarquia para o exílio e do retorno do cativo, passando pelo período macedônico até o domínio romano e contando ainda com o rigor das normas exigidas no Deuteronômio, nem assim o equilíbrio social foi buscado.

O novo ingrediente profético, reforçado durante o período Macedônico por aqueles que defendiam a fé e as tradições judaicas, mais as questões sociais não resolvidas, criariam o ambiente para que Jesus fizesse críticas diretas àqueles que governavam o povo, quer seja pelo poder religioso, político ou econômico. As críticas refutavam a ideia da riqueza como evidência de salvação e posição diante de Deus, bem como de superioridade juntos à comunidade. Pelo contrário, expunha a condição frágil do rico e de suas inúteis tentativas de alcançar a salvação.

Encerramos este trabalho encontrando caminhos para resposta ao questionamento desta pesquisa, no tocante ao sentimento de que os ricos pareciam desfrutar do favor de Deus nos relatos do Antigo Testamento, mas não no Novo Testamento. Isso porque, com os dados coletados de diversos comentaristas e escritores sobre o tema, é perceptível que uma construção literária posterior consolidou uma teologia e através dela todo um arcabouço cultural que implementou esse ideal.

Ao que indicam as leituras estudadas, essas mudanças seguiram impactando e influenciando o comportamento desses homens que, agora talvez mais prósperos que os seus antepassados líderes de tribos (sendo que estes possuíam cuidado com os seus liderados), corromperam-se com as facilidades da monarquia e no contato político com outros povos também monárquicos, provocando assim a ruptura na relação com Deus ainda no próprio Antigo Testamento, se comparados os escritos que tratam do período tribal em relação ao período monárquico.

Como foi analisado, tudo isso gerou o desenvolvimento de um pensamento teológico que foi se mesclando e se sedimentando ao longo da história, desde a teologia ligada aos montes (Pixley)<sup>196</sup>, passando pela teologia da retribuição (Lage)<sup>197</sup> sobre os quais deveria ocorrer a adoração, também a teologia da perpetuidade da dinastia Davídica (Silva)<sup>198</sup>, bem como à linha teológica da individualidade pela responsabilidade da salvação, esta não mais ligada ao contexto de livramento tão comum nas guerras e batalhas, mas à salvação em seu contexto escatológico quanto ao final dos tempos.

A dedicação exclusiva à busca da prosperidade e dos bens materiais inverte o sentido do projeto de Deus para o ser humano. Muito cedo, esta dedicação acabará justificando a injustiça social, a pobreza, a miséria e poderá neutralizar o pouco da solidariedade que existe dentro de cada um, levando a sociedade a apontar Deus como o grande culpado pelas grandes mazelas humanas.

Isso não precisa ser assim. Ao longo da pesquisa realizada no Antigo Testamento, foi possível observar em Abraão, Davi, Josias, dentre outros, que prosperidade e obediência podem caminhar juntas. Sabe-se que essa sempre foi a orientação do criador para com toda a sua obra. Este sempre foi o propósito do Senhor para a sua maior criação.

Quando o ser humano aplica em sua vida os pilares da boa convivência com o Senhor, consigo mesmo e com o próximo, as dimensões de relacionamento vertical e horizontal executam o propósito de Deus e fazem o ser humano crescer e

---

<sup>196</sup> PIXLEY, Jorge. *O Deus libertador na Bíblia: Teologia da libertação e filosofia processual*. São Paulo: Paulus, 2018.

<sup>197</sup> LAGE, Juvanir. *Os pobres no livro de Jó: da teologia da retribuição para a economia de retribuição*. *Revista Caminhando* v. 24, n. 1, p. 93-102, jan/jun. 2019.

<sup>198</sup> SILVA, Airton José da Silva. *História de Israel*. Disponível em <https://airtonjo.com/site15 htm>. Acesso em 30 mar. 2022.



se desenvolver em uma atmosfera em que a espiritualidade é o vetor principal para a adoração, louvor e santidade.

Os dados apresentados sobre os ricos e as suas perspectivas voltadas para espiritualidade mostraram um público com comportamento muito próximo de alguns personagens que conviveram com Jesus e a comunidade Lucana.

Se um líder rico apresenta questões sobre a vida eterna, mesmo tendo rejeitado o conselho de Jesus (Lucas 18.18-24), se um rico chefe alfandegário manifesta um sentimento arrebatador de se encontrar com alguém que não possui nada material para lhe oferecer (Lucas 19.1-10) ou então se um membro rico do sinédrio oferece um túmulo novo para abrigar o corpo de um Rabi, que nada de material que usou pôde chamar de seu (Lucas 23.50-53), quando um capitão do exército romano pode ser destacado como piedoso e temente a Deus (Atos 10.1-2;25), podemos afirmar que ao longo da história muitas pessoas consideradas ricas, prósperas ou abastadas também agiram da mesma maneira, buscando algo mais que a aproximação, manifestando interesse pela espiritualidade.

Entretanto há pessoas ricas em nosso contexto nas quais é possível observar a preocupação com a obtenção da consciência do sagrado, e necessidade de uma conexão com uma comunidade religiosa. Sobre estes é possível afirmar, a exemplo dos outros do passado, que se abandonarem as riquezas e seguirem o destituído Jesus na sua itinerância, poderão ter esperança para eternidade.

O comentário de Sider sobre a questão das riquezas no mundo atual, levam à reflexão de quem, ou o quê o ser humano está cultivando, amando ou mesmo adorando. Se há dedicação integral ou se apenas se aproveita das circunstâncias para parecer próximo de uma relação com o sagrado.

Por isso Ele não quer que o sirvam de forma parcial ou sem amá-lo com todo o coração. Ele não quer que o ser humano sirva às coisas criadas, mas que as use. Jesus deixa claro que o problema não é o ser humano possuir riquezas, mas sim as riquezas possuírem o ser humano e afastá-lo da comunhão com o Pai.

A fidelidade devida a Deus não pode ser direcionada para “outro senhor”, pois é a fé em Deus que vai tornar a vida próspera e não o amor aos bens materiais. Isso serve para todos que se intitulam cristãos.

Em toda a história da humanidade e em cada etapa do plano de Deus, a premissa do projeto divino sempre foi restabelecer um profícuo, verdadeiro,

sustentável e saudável relacionamento com o ser humano, a sua mais gloriosa criação, aqueles a quem Ele quer chamar de filhos em Cristo Jesus. (João 1.2)

A vida é cheia de opções e o ser humano está sempre fazendo as suas escolhas. Ora para o bem, Ora para o mal. Entretanto, se constantemente vive-se esta dualidade, ora servindo à luz, e em outro instante servindo às trevas, as palavras de Jesus tem grande valor para os nossos dias: “Ninguém pode servir dois senhores; porque ou há de aborrecer-se de um e amar ao outro ou se devotará a um e desprezará ao outro. Não podeis servir a Deus e às riquezas.” (Lucas 16.13)

A natureza humana não pode servir, ao mesmo tempo, ao que é espiritual e ao que é carnal. Jesus deixou claro que é preciso fazer uma escolha e isso é um ato de fé. Deus não mudou e continua querendo da sua criação o que esta possui de melhor.

Em toda a história da humanidade e em cada etapa do plano de Deus, a premissa do projeto divino sempre foi restabelecer um profícuo, verdadeiro, sustentável e saudável relacionamento com o ser humano, a sua mais gloriosa criação, aqueles a quem Ele quer chamar de filhos em Cristo Jesus. (João 1.2), independente de serem ricos ou pobres quanto à posse de bens materiais.

## Referências

ANDRADE, Cesar William. *As tribos de Israel: exemplo histórico de empoderamento dos marginalizados*. *Rev. Inter. Mob. Hum*, Brasília, Ano XVII, n. 33, p. 269-289. 2009.

Bíblia Sagrada. Tradução João Ferreira de Almeida. Sociedade Bíblica do Brasil, São Paulo, 2007. As citações bíblicas inseridas estão referenciadas na versão ACF.

BLOMBERG, Criag L. *Nem pobreza nem riqueza: as posses segundo a teologia bíblica*. 1ª ed. Tradução Aline Marques Kaehler. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2009.

BOCK, Darrel L. *Jesus segundo as Escrituras*. Tradução Daniel de Oliveira. São Paulo: Sheed Publicações, 2006.

BRUCE F.F. *Comentário bíblico NVI: Antigo e Novo Testamento*. Tradução Valdemar Kroker. São Paulo: Editora Vida, 2008.

CANAVERAL, Orozco Aníbal. *O Cavoucar camponês na Bíblia: Contribuições para uma interpretação camponesa da Bíblia*. Tradução Geraldo Korndörfer, Luis M. Sander. São Leopoldo: CEBI, CETELA, 2007.

CARSON, D.A. *Introdução ao Novo Testamento*. Tradução Marcio Loureiro Redondo. São Paulo: Vida Nova, 1997.

CASALEGNO, Alberto S.J. *Pobreza e riqueza no evangelho de Lucas*. Tradução José Otacílio Leite. Belo Horizonte: 1988.

CHAMPLIN, Russell Norman. *O Antigo Testamento Interpretado: versículo por versículo*. São Paulo: Hagnos, 2001. v.1.

CHAMPLIN, Russell Norman. *O Antigo Testamento Interpretado: versículo por versículo*. São Paulo: Hagnos, 2001. v.3.

CHAMPLIN, Russell Norman. *O Antigo Testamento Interpretado: versículo por versículo*. São Paulo: Hagnos, 2001. v.6.

CHAMPLIN, Russell Norman. *O Novo Testamento Interpretado: versículo por versículo*. São Paulo: Hagnos, 2002. v.2.

CHAMPLIN, Russell Norman. *O Novo Testamento Interpretado: versículo por versículo*. São Paulo: Hagnos, 2013. v.2.

CHAMPLIN, Russell Norman. *O Antigo Testamento Interpretado: versículo por versículo*. São Paulo: Hagnos, 2013, v.3.

CLEMENTS, R.E. *O Mundo do Antigo Israel*. São Paulo: Paulus, 1995.

COELHO, Isaltino Gomes Filho. *Miquéias: nosso contemporâneo*. Rio de Janeiro: JUERP, 1995.

COLLINS, Michael e PRICE A. Matthew. *História do Cristianismo*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

COSTALUNGA, Agnese e SOUZA, Tarlei N. Pádua. *Ética econômica e solidariedade na Obra Lucana*. Florianópolis: Encontros teológicos, v.34. n. 3. 2019.

*Critério de Classificação Econômica Brasil ou CCEB*. Disponível em: <https://www.questionpro.com/blog/pt-br/pesquisa-criterio-brasil>. Acesso em: 12 set. 2021.

DANIEL-ROPS, Henri. *A vida diária nos tempos de Jesus*. São Paulo: Vida Nova, 2008.

DANKO, William D.; STANLEY, Thomas J. *O Milionário Mora ao Lado*. São Paulo: Manole, 1999.

DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. Da época da divisão do reino até Alexandre Magno. São Leopoldo: Sinodal, 1997.

EDWARDS, James R. *O comentário de Lucas*; tradução de Regina Aranha. São Paulo: Sheed Publicações, 2019.

ELISSEN, Stanley A. *Conheça melhor o Antigo Testamento*. Tradução de Emma Anders de Souza Lima. São Paulo: Editora Vida, 2002.

FABRIS, Rinaldo. *A opção pelos pobres na Bíblia*. São Paulo: Paulinas, 1991.

FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia desenterrada: a nova visão arqueológica do antigo Israel e das origens nos seus textos sagrados*. Tradução Nélio Schneider. Petrópolis: Vozes, 2018.

GALLAZZI, Sandro. *Ester, a mulher que enfrentou o palácio*. São Paulo: Vozes, 1987.

GOPPELT, Leonhard, *Teologia do Novo Testamento*. Tradução de Martin Dreher e Iلسon Kayser. São Paulo: Editora Teológica, 2002.

GOTTWALD, Norman K. *As tribos de Yahweh: uma sociologia da religião de Israel libertado. 1250-1050 aC*. Sheffield Academic Press, 1999.

GOURGUES, Michel. *As parábolas de Lucas: do contexto às ressonâncias*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

GRÜN, Aselm. *Jesus, modelo do ser humano: o Evangelho de Lucas*. Tradução Fredericus Antonius Stein. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GUSSO, Antônio Renato. *Panorama Histórico de Israel para estudantes da Bíblia*. Curitiba: Santos Editora, 2016.

GUERRA, Danilo Dourado; SILVA, Lucas Barbosa Ferreira. *Os ricos e os excluídos no Evangelho de Lucas. Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v.30, n. 3, p. 486-500, 2020.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

JEREMIAS, Joachim. *Jerusalém no tempo de Jesus: pesquisas de história econômico-social no período neotestamentário*. São Paulo: Paulinas, 1983.

KAISER, Walter C. *Teologia do Antigo Testamento*. 2ª Ed. Tradução Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 2007.

KÜMMEL, Werner Georg. *Introdução ao Novo Testamento*. 17ª ed. Tradução Isabel F. Leal Ferreira e João Paixão Neto. São Paulo: Paulus, 1982.

KONINGS, Johan; SILVANO, Zuleica. *Deuteronômio: "Escuta, Israel"*. São Paulo: Paulinas, 2020.

LADD, George Eldon. *Teologia do Novo Testamento*. Tradução Degmar Ribas Junior. São Paulo: Hagnos, 2003.

LAGE, Juvanir. *Os pobres no livro de Jó: da teologia da retribuição para a economia de retribuição*. *Revista Caminhando* v. 24, n. 1, p. 93-102, jan/jun. 2019.

LIEBI, Roger. *Ezequiel*. Tradução Arthur Reinke. Porto Alegre: Chamada, 2016.

LOHFINK, Norbert. *Hinos dos pobres: o Magnificat, os Hodayot de Qumran e alguns salmos tardios*. Edições Loyola, 2001.

LUTERO, Martim. *Magnificat: O Louvor de Maria*. Aparecida: Editora Santuário, 2021.

MARA, Maria Grazia. *Riqueza e pobreza no cristianismo primitivo*. São Paulo: Loyola, 1992. 268 p.

MARTÍNEZ, Florentino García; TREBOLLE Barrera, Júlio. *Os homens de Qumran: literatura, estrutura e concepções religiosas*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MEDEIROS, Marcelo. *O estudo dos ricos no Brasil*. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*. v.7, n.1, p.99-128, Rio de Janeiro: Econômica, 2005.

MESQUITA, A. N. *Povos e Nações do Mundo Antigo: uma História do Velho Testamento*. Rio de Janeiro: JUERP, 1975.

MILLER, Robert J. *The Complete Gospels*. San Francisco: HarperCollins, 1994.

*Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998. Dicionários Michaelis.

MOREIRA, Gilvander Luís. *A Bíblia respira profecia*: “se calarem a voz dos profetas...”. Belo Horizonte: Horizonte Teológico, v.11, n. 21, p. 43-70, jan. 2012.

MOREIRA, Gilvander Luís. *Profeta Amós: a luta contra a injustiça social e o juízo iminente*. São Leopoldo: IHU, 2012. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br>. Acesso em: 28.mar.2022.

NASH, Laura; MCLENNAN, Scotty. *Igreja aos domingos, trabalho às segundas: o desafio da fusão de valores cristãos com a vida dos negócios*. Tradução Carlos Henrique Trieschmann. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

PIXLEY, Jorge. *O Deus libertador na Bíblia: teologia da libertação e filosofia processual*. São Paulo: Paulus, 2018.

PIXLEY, Jorge. *A história de Israel a partir dos pobres*. Tradução Ramiro Mincato. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

REICKE, Bo. *História do tempo do Novo Testamento: o mundo bíblico de 500 a.C. até 100 d.C.*. São Paulo: Paulus, 1996. 376 p.

REIMER, Ivoni Richter (org). *Economia no mundo bíblico: Enfoques sociais, históricos e teológicos*. São Leopoldo: CEBI/Sinodal, 2006.

RICO. In: DICIO, *Dicionário Online Priberam*. Portugal: 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/rico/>. Acesso em: 27 dez. 2021.

ROBERTS, J.M. *O Livro de ouro da História do mundo*. Tradução Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

ROLLAND, Bernard; SAULNIER, Christiane. *A Palestina no tempo de Jesus*. Tradução José Raimundo Vidigal. São Paulo: Paulus, 1983.

ROSS, Allen P. *Gramática do hebraico bíblico para iniciantes*. Tradução Gordon Chown. São Paulo: Editora Vida, 2005.

ROSSI, L Alexandre Solano. *Origem do sofrimento do pobre: teologia e antiteologia no livro de Jó*. São Paulo: Paulus, 2018.

RYLE, J.C. *Meditações no Evangelho de Lucas*. São José dos Campos: Editora Fiel, 2002.

SCHIMIDT, Ervino. *Reino de Deus e as riquezas conforme Lucas 12*. Porto Alegre: Faculdade de Teologia da IECLB, 1975.

SCHUBERT, Kurt. *Os partidos religiosos hebraicos da época neotestamentária*. São Paulo: Paulinas, 1979.

SCHWANTES, Milton. *As monarquias de Israel*. São Paulo: Paulinas, 2007.

SCHULTZ, Samuel J. *A história de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2009.

SIDER J. RONALD. *Cristãos ricos em tempos de fome*. Tradução Enio R. Mueller. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1984.

SILVA, Airton José da Silva. *História de Israel*. Disponível em: <https://airtonjo.com/site15 htm>. Acesso em: 30 mar. 2022.

SIQUEIRA, Deis. *Novas religiosidades na capital do Brasil*. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 2002.

SIQUEIRA, Deis. *Religiosidade contemporânea brasileira: Estilo de vida e reflexividade*. *Sociedade e cultura*, Goiânia, jan/jun, v. 9, n. 1., p. 18, 2006.

STEGEMANN, Ekehard W. *História social do protocristianismo*. Tradução Nélio Schneider. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulus, 2004.

TAVARES, Cristiano. *Riqueza e pobreza no Antigo Testamento*. Academia.edu. PUCRS, 2008. Disponível em: [https://www.academia.edu/11915736/Riqueza\\_e\\_pobreza\\_no\\_Antigo\\_Testamento](https://www.academia.edu/11915736/Riqueza_e_pobreza_no_Antigo_Testamento). Acesso em: 17 nov.2021.

TAYLOR, John B. *Ezequiel: introdução e comentário*. Tradução Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 1984.

*The Bible: Authorized King James Version*, Oxford UP: 1998.

TOGNINI, Enéas. *O período interbíblico: 400 anos de silêncio profético*. São Paulo: Hagnos, 2009.

THOMAS, J. Stanley e William D. Danko. *O Milionário Mora ao Lado*. Tradução Isa Mara Lando. São Paulo: Manole, 1999.

TYLOCH, W. J. *O socialismo religioso dos essênios*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

UNGUER, Merrill Frederick. *Manual bíblico Unger*. Tradução Eduardo Pereira e Lucy Yamakami Ferreira. São Paulo: Vida Nova, 2006.

VIEIRA, Rosinaldo Ernesto. *Amós: o profeta dos pobres*. Anais Eletrônicos do V Simpósio Cristianismo e Interpretações. Disponível em: <http://www.unicap.br/ocs/index.php/simpcris/simpcrisxix/paper/viewFile/1268/404>. Acesso em: 29 mar.2022.

YANCEY, Philip. *O Jesus que eu nunca conheci*. Tradução Yolanda M. Krievin. São Paulo: Editora Vida, 2001.